



Universidade Federal da Bahia
Instituto de Letras
Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística
Rua Barão de Jeremoabo, nº147 - CEP: 40170-290 - Campus Universitário Ondina Salvador-BA
Tel.: (71) 3263 - 6256 – Site: <http://www.ppgll.ufba.br> - E-mail: pgletba@ufba.br



ROSEMARIE DE ATHAYDE SILVA MOURA

**SINTAGMA PREPOSICIONADO TOPICALIZADO:
O COMPORTAMENTO DA PREPOSIÇÃO**

Salvador
2007

ROSEMARIE DE ATHAYDE SILVA MOURA

**SINTAGMA PREPOSICIONADO TOPICALIZADO:
O COMPORTAMENTO DA PREPOSIÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Letras.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ilza Maria de Oliveira Ribeiro

Salvador
2007

Biblioteca Central Reitor Macêdo Costa - UFBA

M929 Moura, Rosemarie de Athayde Silva.

Sintagma preposicionado topicalizado : o comportamento da preposição / Rosemarie de Athayde Silva Moura. - 2007.

156 f.

Orientadora : Profª Drª Ilza Maria de Oliveira Ribeiro.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras, 2007.

1. Gramática comparada e geral - Preposições. 2. Gramática gerativa. 3. Língua portuguesa - Sintaxe. I. Ribeiro, Ilza Maria de Oliveira. II. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Letras. III. Título.

CDU - 81'367.633

CDD - 415

A Pedro, meu neto,
que trouxe suavidade à jornada.

AGRADECIMENTOS

À Profª Drª. Ilza Ribeiro, que me abriu as portas do mestrado, por me proporcionar os diversos e profícuos cursos que enriqueceram minha formação lingüística, por me mostrar o caminho da busca incessante, da independência intelectual e pelo apoio constante rompendo barreiras da distância geográfica;

Aos Profs. Drs. Mary Kato, Jairo Nunes e Ian Roberts, pela oportunidade de compartilhar do imenso saber e pelas lições, não apenas de reflexão lingüística, mas também de simplicidade que sublinhavam esses encontros;

À Profª Drª Edivalda Araújo, pela ajuda com precioso material de estudo e pelas orientações iniciais, que me foram muito valiosas;

À Profª. Drª Norma Lopes, que me disponibilizou o material do PEPP, e à Profª Constância, doutoranda e colega da Pós-Graduação da UFBA, que, receptiva e solícita, me forneceu as informações suplementares;

Às Profªs Drªs Heloísa Salles e Marilza Oliveira pela receptividade e solicitude quando a elas recorri em busca de suporte teórico;

À Profª Drª Célia Telles, que prestativa e solidária, atendeu a minhas solicitações;

A todos os professores que, contribuindo para a minha formação, enriqueceram o caminho percorrido;

Ao Cap. Selma Iara, chefe da Seção de Ensino A do Colégio Militar de Salvador, cujo apoio, incentivo e compreensão foram essenciais para que eu chegasse até aqui;

A Paula Vanessa, colega de mestrado e gerativismo, que, sempre presente, me sustentou com palavras de incentivo, ajuda operacional e esclarecimentos sempre que necessários;

A Rerisson pelas “luzes gerativistas”;

A Cristina, Verônica, enfim a todos aqueles com quem compartilhei momentos de aulas, estudos e gostosos bate-papos, entre os quais incluo os companheiros de estudos das disciplinas obrigatórias, mestrandos e doutorandos que, solícitos, amigos e divertidos, se revelaram autênticos “colegas de turma”;

A Ruy, meu marido, que comigo vivenciou todos os passos desde o curso de especialização, pelo apoio familiar e compreensão pelas ausências;

A meus filhos, a minha nora e a todos os familiares que me incentivaram e apoiaram sempre que precisei;

E acima de tudo a Deus, a Quem recorri em todos os instantes em que senti necessidade de amparo espiritual.

RESUMO

Esta dissertação faz uma descrição do comportamento da preposição em sintagmas preposicionados topicalizados. Em se tratando de posição não-argumental, intrinsecamente discursiva, e tendo a preposição função eminentemente sintática, o estudo se realiza na interface sintaxe-discurso. Focaliza-se a questão da realização ou não da preposição em constituintes na periferia esquerda da oração, observando-se aspectos relacionados: ao funcionamento da preposição nas relações sintáticas, à sintaxe dos constituintes – complementação e adjunção –, e às questões semântico-pragmáticas decorrentes da função de tópico. Quanto ao papel da preposição nas relações sintáticas, examina-se o fato de ser lexical ou funcional, predicadora ou realizadora de Caso e se é ou não subcategorizada – o que significa focalizar aspectos semânticos e sintáticos, não só do próprio item, como também do constituinte que encabeça (complemento / adjunto) e do componente (verbo / nome) com que este constituinte se relaciona. O foco principal é a sintaxe verbal, mas, em função da argumentação, são examinados dados da sintaxe nominal. O estudo realizou-se em dados coletados no PEPP – Programa de Estudos sobre o Português Popular de Salvador, cujos informantes possuem entre 1 a 11 anos de permanência na escola. Adotando o quadro teórico da gramática gerativa, assume-se que os constituintes se situam na periferia esquerda através de movimento; constatou-se que esta posição, por poder transmitir informações voltadas tanto para o exterior quanto para o interior da sentença, pode influir no comportamento da preposição, não só favorecendo o apagamento, como também a sua realização, como nos tópicos contrastivos. Assume-se, também, a proposta de Kato de que os sintagmas determinantes na periferia esquerda, ligados a categoria vazia do tipo preposicional no interior da sentença, possuem Caso *default* e que se movem para a posição à esquerda da sentença por meio de vP *remnant movement*. De acordo com os dados levantados, constatou-se que o apagamento da preposição na sintaxe de adjunção (assim como quanto aos complementos circunstanciais) ocorre se o constituinte possui traço [+F] e/ou é tópico. Considerando-se que é possível a interpretação da função semântica dos adjuntos adverbiais sem cabeça deslocados à esquerda, assume-se que estes são constituintes intrinsecamente preposicionais, com o núcleo realizado fonologicamente ou não, e que podem possuir Caso Oblíquo *default*.

Palavras-chave: preposição, sintaxe de complementação e adjunção, construções de tópico, sintaxe gerativa.

ABSTRACT

This dissertation presents a description of the preposition behavior in topicalized Prepositional Phrases. Since these constituents are in a non-argumental and intrinsically discursive position, and since preposition has eminently syntactic function, the study takes place at the interface syntax-discourse. It focuses the realization or the deletion of prepositions in constituents in the left periphery of the clause, observing issues concerned to the function of the preposition in syntactic relations, the complementation as well as adjunction syntax of constituents and the semantic-pragmatic issues of topic position. Concerning the preposition role in syntactic relations, it was examined the fact of being the preposition a lexical or a functional item, a predicate or a Case marker and whether it is subcategorized or not. Thus this research deals with semantic and syntactic aspects, not only of the preposition itself, but also of the constituent that it heads (a complement or an adjunct) and of the element (a verb or a noun) connected with this constituent. The main focus is the verbal syntax, but regarding to expository purposes, the data of nominal syntax were taken into account. The study was performed using the data collected from PEPP (Programa de Estudos sobre o Português Popular de Salvador – Salvador's Popular Portuguese Studies Program), in which the informers have from 1 to 11 years of formal schooling. Adopting the framework of generative grammar, it was assumed that the constituents end up in the left periphery through movement; it was confirmed that, by being able to transmit information addressed outside and inside the clause, the left periphery can affect the preposition behavior, by favoring not only the deletion of preposition, but also its realization, as in contrastive topics. It was also assumed Kato's proposal that the topicalized determiner phrase bound to an empty category of prepositional kind has *default* Case and that it moves to topic position by means of *vP remnant movement*. According to the data, the preposition-drop in adjunction syntax (as well as in circumstantial complements) occurs if the constituent owns [+F] feature and/or if it is a topic. Considering that the thematic function of left dislocated bare-adverbials is appropriately interpreted, it is assumed that they are intrinsically prepositional constituents, with overt or not overt preposition, and that they may dispose *default* Oblique Case.

Key-words: preposition, complementation and adjunction syntax, topic constructions, generative grammar

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Função Sintática do Nome X função da preposição (papel- θ e Caso).....	50
Quadro 2: Classificação das relações estabelecidas por P	59
Quadro 3: Mapeamento de Informantes.....	106

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 —	Quantificação geral dos dados.....	109
Tabela 2 —	Quantificação de dados da sintaxe de complementação nominal	111
Tabela 3 —	P em AAdn: quantificação em relação a tipo de predicado, papel- θ e tipo de tópico.....	112
Tabela 4 —	P em AAdn: ocorrências em relação a N modificado (função sintática, tipo e sua realização ou não)	113
Tabela 5 —	Ocorrências de PPs da sintaxe verbal na periferia esquerda (percentual referente ao total de dados).....	118
Tabela 6 —	PPs AAdvS na periferia esquerda e papel- θ : percentual de ocorrências <i>com</i> e <i>sem</i> P.....	120
Tabela 7 —	Adjuntos sem cabeça: o traço [\pm F] e a função Tópico (\pm Top).....	131
Tabela 8 —	Ocorrências de funções- θ sob enfoque [\pm F] e [\pm T]	131
Tabela 9 —	Comportamento de P em CVs topicalizados: Vs com mais de uma ocorrência	136
Tabela 10 —	Relação papel- θ — comportamento de P.....	140

LISTA DE ABREVIATURAS E SÍMBOLOS

A	Adjetivo
A	Argumental
A'/ não-A	Não-argumental
Agr	Concordância (do inglês <i>Agreement</i>)
AP	Sintagma Adjetival (do inglês <i>Adjective Phrase</i>)
AAdn	Adjunto adnominal
AAdv	Adjunto adverbial
AdvP	Sintagma Adverbial (do inglês <i>Adverbial Phrase</i>)
ACC	Caso acusativo (do inglês <i>Accusative</i>)
C / Comp	Complementizador (do inglês <i>complementizer</i>)
CLLD	Deslocamento à esquerda clítico (do inglês <i>Clitic Left Dislocation</i>).
CP	Sintagma Complementizador (do inglês <i>Complementizer Phrase</i>)
CV	Complemento verbal
DAT	Caso dativo
D / Det	Determinante
DP	Sintagma Determinante (do inglês <i>Determiner Phrase</i>)
DS	Estrutura Profunda (do inglês <i>Deep Structure</i>)
<i>ec</i>	Categoria vazia (do inglês <i>empty category</i>)
[F]	Traço (do inglês <i>feature</i>)
FinP	Sintagma Finitude
FocP	Sintagma Foco
ForceP	Sintagma Força
FS	Função sintática
GEN	Caso genitivo
GG	Gramática Gerativa
GT	Gramática Tradicional
I/Infl	Flexão, do inglês <i>Inflection</i>
IP	Sintagma Flexional (do inglês <i>Inflectional Phrase</i>)
LD	Deslocamento à esquerda (do inglês <i>Left Dislocation</i>).
LF	Forma Lógica (do inglês <i>Logical Form</i>)
[Loc]	Circunstância de lugar
MP	Programa Minimalista (do inglês <i>Minimalist Program</i>)

N	Nome substantivo (do inglês <i>Noun</i> , núcleo de NP)
NO	Objeto Nulo (do inglês <i>Null Object</i>)
NP	Sintagma Nominal (do inglês <i>Noun Phrase</i>)
OBL	Caso oblíquo
OD	Objeto Direto
OI	Objeto Indireto
OP	Operador
P	Preposição
P&P	Princípios e Parâmetros
PB	Português do Brasil
PE	Português Europeu
PF	Forma Fonética (do inglês <i>Phonetic Form</i>)
PP	Sintagma Preposicional (do inglês <i>Prepositional Phrase</i>)
QP	Sintagma Quantificador (do inglês <i>Quantifier Phrase</i>)
S	Oração (do inglês <i>Sentence</i>)
SC	Oração pequena (do inglês <i>Small Clause</i>)
Spec	Especificador (do inglês <i>Specifier</i>)
SS	Estrutura Superficial (do inglês <i>Surface Structure</i>)
SV	Sintaxe verbal
t	Vestígio (de movimento de constituinte, do inglês <i>trace</i>)
Top	Tópico
TopP	Sintagma Tópico (do inglês <i>Topical Phrase</i>)
Tp	(Língua com) Proeminência de Tópico
[Tp]	Circunstância de tempo
TS	Topicalização Selvagem
UG	Gramática Universal (do inglês <i>Universal Grammar</i>)
V	Verbo
V _{COP}	Verbo copulativo (ou cópula)
Vexist	V existencial
VP	Sintagma Verbal (do inglês <i>Verbal Phrase</i>)
VTD	Verbo Transitivo Direto
VTDI	Verbo Transitivo Direto e Indireto
VTI	Verbo Transitivo Indireto
X ⁰	Notação de núcleo sintagmático

θ	Temático (na expressão papel- θ)
*	Agramatical
\emptyset	Omissão de termos

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1: CONSIDERAÇÕES INICIAIS	13
CAPÍTULO 2: PREPOSIÇÃO: SEU PAPEL NAS RELAÇÕES SINTÁTICAS	21
2.1 A PREPOSIÇÃO SOB A ÓTICA DA GRAMÁTICA TRADICIONAL.....	23
2.1.1. Sobre as relações sintáticas	24
2.1.2 Sobre a preposição	28
2.2 A PREPOSIÇÃO NO ÂMBITO DA GRAMÁTICA GERATIVA.....	32
2.2.1 Base teórica: conceitos relevantes	32
2.2.1.1 <i>O Léxico</i>	33
2.2.1.2 <i>A Teoria Temática</i>	34
2.2.1.3 <i>A Teoria do Caso</i>	35
2.2.1.4... <i>O Programa Minimalista: alguns aspectos relevantes</i>	37
2.2.2 O Sintagma Preposicional e o estatuto da Preposição sob a ótica da GG	39
2.2.2.1 <i>Duarte (2003) e Brito (2003)</i>	40
2.2.2.2 <i>Berg (1998; 2005)</i>	43
2.2.2.3 <i>Farias (2005)</i>	47
2.2.2.4 <i>Oliveira (2002; 2004)</i>	48
2.2.2.5 <i>Torres Morais e Berlinck (2002)</i>	52
2.2.2.6 <i>Ramos (1989)</i>	56
2.3 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS	57
CAPÍTULO 3: O SINTAGMA PREPOSICIONADO NA PERIFERIA ESQUERDA DA ORAÇÃO	67
3.1 SOBRE A ABORDAGEM SEMÂNTICO-DISCURSIVA	68
3.2 SOBRE A ABORDAGEM SINTÁTICA: A DIVISÃO DO CP.....	71
3.2.1 O sistema-C: especificação de Força-Finitude	72
3.2.2 O sistema TÓPICO-FOCO	72
3.3 SOBRE O TÓPICO.....	75
3.3.1 Características das construções de tópico e das línguas Tp	76
3.3.2 O Tópico: tipologia	76

3.4	TÓPICOS E ADJUNTOS.....	83
3.4.1	Adverbiais na periferia esquerda da oração.....	85
3.5	A PROPOSTA DE KATO.....	95
3.6	CONSIDERAÇÕES PARCIAIS.....	98
 CAPÍTULO 4: ANÁLISE DE DADOS		106
4.1	ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	106
4.2	ANÁLISE DOS DADOS.....	108
4.2.1	Sintaxe Nominal.....	109
4.2.2	Sintaxe Verbal	117
4.2.2.1	<i>Os adjuntos adverbiais na periferia esquerda da oração</i>	<i>118</i>
4.2.2.1.1	Questões discursivas: sua relação com o comportamento de P	121
4.2.2.1.2	Questões semânticas: sua relação com o comportamento de P	127
4.2.2.1.3	O comportamento de P: sua relação com aspectos semântico-discursivos	129
4.2.2.2	<i>Os complementos verbais na periferia esquerda da oração</i>	<i>133</i>
 CAPÍTULO 5: CONSIDERAÇÕES FINAIS		148
REFERÊNCIAS.....		153

CAPÍTULO 1

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Nesta dissertação, investigamos o comportamento da preposição no Sintagma Preposicionado (PP, de *Prepositional Phrase*) na periferia esquerda da oração, analisando os contextos em que ela é realizada ou apagada. Nosso foco central são as construções de tópico¹ marcado, que aqui se entende como o sintagma inicial, externo à sentença e já ativado no contexto discursivo; entretanto, em função de assumirmos, com Rizzi (1997), que, da mesma forma que o argumento verbal topicalizado, os adjuntos adverbiais deslocados à esquerda envolvem um Sintagma Tópico (TopP, de *Topical Phrase*), tanto as construções com argumento topicalizado como as com adjunto adverbial topicalizado fazem parte de nosso estudo.

Lambrecht (2001, p.469), estudando as construções clivadas², que, da mesma forma que a topicalização, apresentam deslocamento de constituinte sintático, refere o fato de que em enunciados do tipo

(1) “*C’est à toi que je pense*”.

É em você que eu penso.

o componente *à toi*, no Sintagma Foco, recebe a marcação de caso preposicional que é lexicalmente atribuído ao objeto do verbo *penser* da sentença relativa, sendo a preposição obrigatoriamente realizada no Sintagma Foco. Poderíamos deduzir daí que seria natural, no processo de topicalização do PP, que a preposição (P) acompanhasse o sintagma nominal (NP,

¹ O tópico se define como aquilo a que a proposição expressa pela sentença diz respeito, correspondendo à informação dada, em oposição ao dado novo (comentário).

² Por orações clivadas entende-se um conjunto de construções do paradigma morfológico dos pronomes-Q (construções-Q) empregadas “para salientar um constituinte sintaticamente como foco sentencial” (KATO, M. e outros, 1996, p.308).

de *Noun Phrase*) já que o “Princípio de Projeção exige que o movimento de um constituinte subcategorizado ou selecionado deixe um vestígio na posição de origem” (RAPOSO, 2002, p.294). Sendo tal vestígio uma cópia categorial do constituinte movido, atribuem-se a ambos índices idênticos:

(2) Cerveja_i, eu não bebo *t_i*.

No entanto, quando da topicalização do PP, pode ocorrer o apagamento da preposição, como em:

(3) Cerveja_i, eu gosto *ec_j*³.

em que o verbo subcategoriza um complemento do tipo PP, introduzido pela preposição *de*, constituinte este que, movido para a posição de tópico, deveria preservar sua estrutura. Entretanto, este constituinte, que mantém com a categoria vazia (*ec*, do inglês *empty category*) conectividade referencial, se apresenta com estrutura de categoria DP/NP⁴. Trata-se, na terminologia de Duarte (2003, p. 501), de um caso de Topicalização Selvagem (cf. 3.3.2).

Por outro lado, pode-se observar que, com determinados PPs, a evidência de P no constituinte movido é obrigatória, como no enunciado em (4):

(4) a. Com a Joana, ninguém falou.
b. *A Joana, ninguém falou⁵.

Já em outro tipo de topicalização, o Deslocamento à Esquerda, a preposição omitida na expressão topicalizada é conservada na posição canônica, regendo o pronome-cópia, como em

(5) A Joana, ninguém falou mais *sobre ela*.

³ Atribuem-se índices diferentes por uma questão de coerência com a análise anterior, em relação ao enunciado em (2). Ressaltamos que a questão da categoria do constituinte movido é um dos pontos discutidos neste trabalho.

⁴ DP, de *Determiner Phrase* (Sintagma Determinante); NP, de *Noun Phrase* (Sintagma Nominal). Sobre estes constituintes, cf. cap. 2, nota 30.

⁵ O asterisco é empregado para marcar a agramaticalidade dos enunciados. No caso de enunciados marginais, empregam-se pontos de interrogação. Quanto ao enunciado em questão, note-se sua possibilidade, uma vez que se considere o contexto de realização.

Acerca de construções do tipo em (3), ou seja, de Topicalização Selvagem, Duarte (2003, p.501) afirma que exibem certo grau de sintatização, pois entre o constituinte topicalizado e a posição sintática de que ele foi extraído há conectividade referencial e temática, mas não conectividade categorial e casual. Isto pode ser constatado através da comparação entre (3) e a contrapartida não topicalizada:

- (6) a. Eu não gosto *dessa cerveja*.
 b. *Eu não gosto *essa cerveja*.

A seu ver, a condição para que as estruturas do tipo em (3) sejam aceitas por falantes de norma culta é que o elemento suprimido seja uma preposição sem conteúdo semântico “com mero papel de atribuidora de Caso”⁶.

Estamos aqui em meio ao cerne da discussão acerca do estatuto da categoria PP e, por conseguinte, do de P.

Ao abordar o estatuto da preposição enquanto predicador, Raposo (1992, p.278-279) atém-se à natureza do PP: se se trata de preposição núcleo de complemento subcategorizado pelo verbo ou se é núcleo de adjunto adverbial não subcategorizado. No primeiro caso, a preposição colabora com o verbo na atribuição do papel temático (papel- θ) ao seu complemento DP, como ocorre em

- (7) O João partiu *para Paris*.

em que o verbo subcategoriza complemento circunstancial com traço mais geral Locativo, e a preposição atribui o traço mais específico Meta. Já no caso de a preposição ser núcleo de um adjunto adverbial não subcategorizado, será apenas ela a responsável pela atribuição da função temática. Nos enunciados abaixo, a preposição atribui a função Comitativa ao DP **o Luís** em (8); já em (9) ela atribui a função Instrumento ao DP **uma faca**:

- (8) A Joana comprou o livro *com* o Luís.
 (9) O Luís cortou o pão *com* esta faca.

⁶ Neste caso, consideramos a preposição não como *atribuidora*, mas *realizadora* de Caso, sendo o verbo o elemento atribuidor de Caso, como se verá mais adiante.

Quanto a estruturas semelhantes, destaque-se a perspectiva diferente da gramática tradicional. Bechara (2001, p.298), discorrendo sobre a variação do significado da preposição, defende que este vocábulo sozinho não traduz a carga total de significado. O autor faz o cotejo entre constituintes preposicionados introduzidos por *com*, observando que em

(10) Everaldo cortou o pão *com a Rosa*.

devido ao termo “*a Rosa*”, a noção traduzida pelo constituinte preposicionado é de Companhia; já em (9) tem-se a noção de Instrumento, que advém da semântica do termo *a faca*. O autor conclui, quanto ao significado da preposição, que há sempre um significado unitário, básico, que se desdobra em sentidos contextuais a que se chega pela situação particular de emprego.

Observemos o comportamento dessa preposição quando da Topicalização do PP:

(11) * O Luís, a Joana comprou vários livros na semana passada.

(12) * A Rosa, Everaldo cortou o pão.

(13) Esta faca, o Luís cortou o pão.

Nos enunciados em (11) e (12), onde se constata a impossibilidade de apagamento da preposição, o comportamento deste vocábulo, com conteúdo lexical pleno, evidencia seu caráter de predicador, atribuindo sozinho o papel- θ ; já em (13), pode-se creditar o apagamento da preposição ao fato de não ser este item predicador isolado: constatamos aqui a existência da composição entre a semântica do verbo e a do NP (*faca*) interno ao DP (*esta faca*)⁷; na atribuição de papel- θ , vemos, então, colaboração entre a preposição e o resultado da composição entre verbo e nome. Verifica-se, assim, a importância do contexto de realização na interpretação do PP, situação em que se dá o entrecruzamento de aspectos semânticos e sintáticos, aspectos estes que despontam, assim, como relevantes para a análise do comportamento da preposição em contextos de Topicalização.

Vale ressaltar ainda que não há coincidência plena na interpretação dos fatos no sentido de se estabelecer o estatuto das preposições nos PPs. Compare-se, por exemplo, a análise feita por Raposo (1992) do enunciado (7) com a que Torres Morais e Berlinck (2002) fazem acerca de

⁷ O DP *esta faca*, considerando-se aí um caso de P apagada, seria o complemento do núcleo P do sintagma preposicionado *com esta faca*.

(14) José viajou para São Paulo.

Enquanto, para as autoras, a preposição, aqui sendo núcleo de um adjunto, atribui sozinha o papel- θ Direção, segundo Raposo (1992), *para Paris* é subcategorizado pelo verbo *partiu*⁸, havendo colaboração, na atribuição de papel temático, entre o verbo (que atribui Locativo) e a preposição (que atribui o traço específico Meta). Nestes enunciados, pode-se constatar a agramaticalidade quando da omissão da preposição, tanto em posição canônica, quanto na topicalização do PP:

- (15) a. * José viajou _ São Paulo.
 b. * _ São Paulo, José viajou.

Uma questão pertinente ao nosso estudo é a existência, no português, do objeto nulo discursivamente identificado. Acerca de enunciados do tipo

(16) Eu encontrei [-] ontem à noite.

Raposo (1992, p.339-341), considerando o Princípio de Projeção (o qual exige que se projete a posição do objeto direto) e o critério- θ (exigindo que esta posição esteja associada a um argumento (foneticamente nulo) que receba a função- θ interna atribuída pelo verbo), propõe a necessidade de um tópico discursivo que atribua um valor ao objeto direto; evidencia-se aqui a relação sintática entre um constituinte numa posição não-A⁹ e o vestígio variável argumental por ele ligado. Tal tópico, aqui foneticamente nulo, somente é recuperado no contexto discursivo. Acreditamos ser possível, nos casos de topicalização que investigamos, analisar o constituinte na posição de tópico como a realização fonética desse tópico discursivo, estabelecendo-se a mesma relação sintática: o vestígio variável está ligado por este constituinte em posição não-A¹⁰. E, da mesma forma, ou seja, recorrendo ao discurso, podemos recuperar relações semânticas, no caso da interpretação dos adjuntos adverbiais sem preposição realizada.

⁸ Consideramos a grade de seleção de *partir* e *viajar* como equivalentes.

⁹ “Posições argumentais (A) são aquelas ocupadas canonicamente em estrutura-D pelos argumentos de uma frase (...); são aquelas em que se definem as relações gramaticais básicas da frase (sujeito, objeto direto e objeto de preposição)” (RAPOSO, 1992, p.131)

¹⁰ Esclarecemos que não foram exploradas minúcias acerca de objeto nulo; este conceito apenas nos interessou enquanto posição a que se liga o constituinte em posição de tópico.

Raposo (1992, p.278-279), referindo-se ao estatuto das preposições enquanto predicadores, afirma ser “uma área que necessita de estudos mais aprofundados que não estamos em condições de desenvolver”, o que já indica a gama de dificuldades com que nos deparamos ao lançarmos um olhar mais acurado sobre o funcionamento desse vocábulo. A reflexão sobre alguns contextos de realização da preposição pode evidenciar não só a grande diversidade no tocante à atuação desse vocábulo na frase, mas também as fortes divergências entre os lingüistas quanto à análise do seu comportamento sintático-semântico. Se, por parte da gramática tradicional, por exemplo, é comum o enfoque da preposição como vocábulo dependente semanticamente dos vocábulos periféricos, a gramática gerativista nos apresenta a preposição como núcleo de um sintagma (PP), podendo, inclusive, atuar como predicador, atribuindo Caso e papel- θ .

Ocorre que, a par dessa atuação de núcleo sintagmático, a preposição se nos apresenta como um item não raras vezes apagado na posição de tópico¹¹, o que nos leva a buscar uma explicação para tal fenômeno, mais especificamente, que fatores são determinantes para a obrigatoriedade da evidência de P como item lexicalizado ou para a possibilidade de P se apresentar como uma categoria (lexical ou funcional) vazia.

Segundo enfoque da “estrutura da informação”, só é possível compreender totalmente determinadas propriedades formais das sentenças atentando-se para os contextos lingüístico e extralingüístico em que estas sentenças ocorrem. De acordo com Lambrecht (1996), a diversidade nas formas de expressão deve ser analisada sob a perspectiva da interação entre forma lingüística e estados mentais dos falantes e ouvintes; o autor, entretanto, adverte que estes estados mentais somente são relevantes para o lingüista na medida em que se refletem na estrutura gramatical.

Fazendo uma análise do comportamento da preposição associando-o a aspectos não apenas sintáticos, mas também semântico-discursivos, este trabalho traz esclarecimentos sobre a função da preposição nos sintagmas preposicionados e, conseqüentemente, pode contribuir para a conceituação desse vocábulo, que ora se nos mostra bastante imprecisa.

Partimos das seguintes hipóteses:

- i) O apagamento da preposição é possível se se tratar de item funcional, realizador de Caso; preposição com conteúdo semântico, exercendo na sentença a função de predicador, não pode ser apagada no processo de topicalização;

¹¹ Na posição canônica, o fenômeno de apagamento de P não é freqüente, embora possa ocorrer em adjuntos adverbiais, principalmente de tempo; o estudo de tais ocorrências foge ao escopo dessa dissertação.

- ii) A omissão da preposição na construção topicalizada se deve ao fato de este item ser previsto na grade temática do verbo;
- iii) As propriedades do tópico, à esquerda da oração, pode exercer influência na realização ou não da preposição, no caso de PPs em posição de tópico.

Buscamos, neste trabalho, não só traçar um quadro do comportamento de P a partir da sua realização ou não em seqüências do tipo [_{PP} P [NP]] topicalizadas, mas também estabelecer uma definição da natureza categorial das seqüências [_{PP} P [DP]] e [_{PP} [P \emptyset] [DP]] topicalizadas. Para tal, identificamos e analisamos as diferenças sintáticas subjacentes à realização de constituintes do tipo PP com e sem preposição, assim como examinamos aspectos semântico-discursivos, com o fim de estabelecer os contextos que favorecem não apenas a omissão da preposição, como também sua realização.

Na medida em que o “deslocamento” do PP pode nos apontar padrões de comportamento de P, a base de nosso estudo é a análise de enunciados em que este sintagma se posiciona na periferia esquerda da oração. Para isto, fazemos um levantamento dos dados em que ocorre o fenômeno, utilizando como *corpus* o PEPP – Programa de Estudos do Português Falado de Salvador. Trata-se de *corpus* composto de entrevistas orais do tipo Documentador e Informante abordando-se diversos temas, predominando a educação de hoje e do passado; tem por editores Norma da Silva Lopes (Universidade do Estado da Bahia); Constância Maria Borges de Souza (Universidade do Estado da Bahia); Emília Helena Portella Monteiro de Souza (Universidade Federal da Bahia), sob orientação da professora Myrian Barbosa da Silva (Universidade Federal da Bahia). O PEPP é formado por quarenta e oito gravações de entrevistas, de aproximadamente quarenta minutos, com informantes dos dois sexos, de diferentes faixas etárias (de 15 a 65 anos em diante). A escolaridade dos informantes varia entre mínima, a Primária (1 ano de permanência na escola), e máxima, a Secundária (11 anos de estudo), e os dados foram coletados entre 1998 e 2000. Tais informações têm por objetivo uma apresentação geral do *corpus*; ressaltamos que não são de nosso interesse aspectos sócio-lingüísticos e que as entrevistas nos foram de grande valia para checagem das realizações em estudo numa situação discursiva, portanto distensa.

Selecionamos um total de 16 inqueritos, englobando diferentes faixas etárias e graus de escolaridade, com informantes dos dois sexos. Tendo em vista que não temos, nesta dissertação, interesses sociolingüísticos, os dados encontrados na fala do documentador, em

sendo relevantes para o trabalho, também foram considerados¹². Fizemos o levantamento das construções topicalizadas que envolvessem emprego de preposição e fizemos uma descrição preliminar dessas construções com base na teoria gerativista, mais consoante com o propósito de se analisar e *explicar* como um aspecto do sistema de conhecimentos adquirido – o emprego da preposição – é utilizado pelo falante em situações discursivas concretas.

O trabalho está estruturado da forma que segue: neste capítulo apresentamos em linhas gerais e sucintas as questões que cercam a preposição e o sintagma preposicionado. No capítulo 2, discorremos sobre a preposição e sobre as relações sintáticas em que esse item atua, através de levantamento, cotejo e discussão de conceitos e análises realizados sob a ótica da Gramática Tradicional e da Gramática Gerativa. No terceiro capítulo, focalizamos questões sintáticas, semânticas e discursivas relacionadas à posição do Sintagma Preposicionado na periferia esquerda da oração; discorremos sobre o tópico – características e tipologia – e traçamos um paralelo entre construções topicalizadas e adjuntos, constituinte que também enfocamos nesse capítulo. No capítulo 4, apresentamos os resultados da pesquisa realizada e no quinto e último capítulo, registramos as considerações finais.

¹² Assim procedemos por considerarmos que os fatos lingüísticos com que aqui lidamos não estão relacionados a questões de variação lingüística.

CAPÍTULO 2

PREPOSIÇÃO: SEU PAPEL NAS RELAÇÕES SINTÁTICAS

A preposição é, na tradição gramatical, definida como elemento relacionador, ou seja, trata-se de palavra sem conteúdo lexical, cuja função na frase se limita a estabelecer relação entre os termos. Nos estudos lingüísticos, entretanto, constata-se que a definição e análise dessa palavra não é tarefa das mais simples. Nos enunciados

- (1) *Pouco a pouco* ele desapareceu.
- (2) Entreguei o livro *a Pedro*.
- (3) Pedro chegou *a São Paulo*.
- (4) Pedro chegou *com o irmão*.

o que se pode observar é uma grande diversidade não só quanto ao conteúdo semântico das preposições, mas também quanto ao seu papel na sintaxe. Em (1), temos uma estrutura fixa na língua, na qual se esvazia o significado da preposição; depende-se o conteúdo da expressão a partir da junção dos três elementos, que passam a constituir um todo significativo. Em (2), temos a preposição introduzindo o objeto indireto. Aqui o conteúdo semântico apresenta-se também esvaecido, porém menos do que em (1); percebemos nela o sentido básico de direção¹. Em (3) e (4), temos um verbo tradicionalmente classificado como intransitivo, mas que exige complemento circunstancial, que pode estar explícito, como no primeiro, ou implícito, como no segundo; em (3) destacamos o termo complementar, introduzido pela preposição *a*², que, na plenitude de seu significado, atribui ao termo o papel temático Meta; a

¹ Não nos referimos aqui a papel temático, Benefactivo, e sim ao sentido referido na gramática tradicional. Ao nos referirmos a papel temático segundo a ótica da gramática gerativa, empregaremos a inicial maiúscula.

² Empregamos a preposição *a* em lugar de *em*, usual no PB, em função da argumentação: *em a* está presente o traço [+Direção], [+Meta], que se opõe a [+Origem].

preposição, neste caso, evidencia uma situação, eliminando a possibilidade do sentido oposto Origem, que adviria do emprego da preposição *de* (*Pedro chegou de São Paulo*). Já no enunciado em (4), o termo em destaque não faz parte da sintaxe do verbo; trata-se de um adjunto adverbial em que a preposição *com*, com conteúdo semântico pleno, não só atribui Caso, como também o papel temático Comitativo; também aqui a preposição nos remete ao sentido oposto: o da preposição *sem*³, com o valor de ausência (*Pedro chegou sem o irmão*).

Evidencia-se, assim, uma grande diversidade no que tange ao estatuto da preposição. Em sendo elemento relacionador, conforme visão tradicional, a preposição só poderia ocorrer em construções nas quais estabelecesse a ligação entre dois termos: o antecedente (que doravante denominaremos A) e o conseqüente (a que chamaremos B⁴). Há, no entanto, a possibilidade de a preposição ocorrer isolada, como em

(5) Durante a votação da reforma da Previdência, muitos deputados mantiveram-se *contra*.

Com relação a este emprego, Bechara (2001) o atribui à adverbialização da preposição. Seria um retorno à base adverbial das preposições, que correspondem, de acordo com Mattoso Câmara Jr. (1969, p.159-161), a instrumentos gramaticais que “são especializações funcionais dos advérbios”. Observe-se que este lingüista destaca o caráter relacional da preposição, quando afirma:

São dos pronomes e nomes na função modificadora de advérbios que surgem as preposições e conjunções, quando se lhes oblitera o conteúdo nocional e nelas se concentra um conceito de relação.

Por outro lado, sob a ótica da gramática gerativa, a preposição pode funcionar como elemento predicador, na medida em que descreve uma situação, selecionando seus componentes e atribuindo-lhes papéis temáticos. Em (4), por exemplo, além da informação centrada no verbo *chegar*, que seleciona um Experienciador (*Pedro*) e no qual está implícito o complemento circunstancial Locativo, há uma outra situação em torno da preposição *com*, que seleciona, além do Experienciador, um outro elemento, ao qual, neste caso, em função do

³ As noções “papel temático” e “Caso” são explicitadas adiante (cf. 2.2.1.2 e 2.2.1.3, respectivamente).

⁴ Preferimos B e não C para fugir à coincidência com a designação C de Complementizador, núcleo de CP (*Complementizer Phrase*, o Sintagma Complementizador).

traço [+ humano], a preposição atribui papel temático Comitativo concomitante ao Caso Oblíquo⁵.

Tendo em vista as divergências, discutimos neste capítulo o estatuto da preposição sob a ótica da gramática tradicional (GT) e da gramática gerativa (GG), focalizando as relações sintáticas de que participam os Sintagmas Preposicionados⁶. Na seção 2.1, que trata do enfoque tradicional, registramos os pontos de vista dos gramáticos quanto às relações sintáticas⁷ e quanto à preposição como classe gramatical; a seção 2.2, que focaliza a GG, trata, num primeiro momento, de alguns conceitos teóricos básicos relevantes para esta dissertação; em seguida, focaliza-se o PP: seu conceito, estrutura e função em ambientes sintáticos diversos, nos quais é examinada sua relação com o verbo⁸; como forma de demonstrar a complexidade do assunto, registramos alguns trabalhos de lingüistas gerativistas que tratam do emprego e funcionamento da preposição nas estruturas de complementação ou adjunção. Por fim, na última seção do capítulo, 2.3, registramos as considerações parciais acerca das questões abordadas no capítulo.

2.1 A PREPOSIÇÃO SOB A ÓTICA DA GRAMÁTICA TRADICIONAL

A sistematização que ora fazemos se justifica em função das discussões em torno do estatuto da preposição e de seu papel nas relações sintáticas. Tendo em vista nosso propósito de, com o presente estudo, dar uma contribuição a este debate, faz-se necessário não apenas registrar os estudos realizados no âmbito da GG, mas também fazer uma apresentação sucinta da abordagem feita por alguns gramáticos ao nosso objeto de estudo nesta dissertação. Assim sendo, nossa pesquisa, embora eleja o aparato teórico da GG, procura o confronto com o ponto de vista de alguns gramáticos tradicionais: Cunha e Cintra (1995), Lima (1998) e Bechara (2001). Tendo em vista que um aspecto que norteia nosso trabalho é a busca por uma definição do estatuto da preposição nas relações sintáticas, é, portanto, necessário o registro do quadro geral das diversidades e similaridades quanto aos enfoques, que devem abarcar da

⁵ No caso de o elemento preposicionado ser [-humano], como, por exemplo, *com o livro*, embora fuja aos padrões usuais de realização do papel temático Comitativo, a função semântica seria, igualmente, um Comitativo; não podemos deixar de ver aí, conforme observa Bechara (2001, p. 298), o significado básico (que ele denomina “unitário, fundamental, primário”) que esta preposição imprime ao PP: de “co-presença”.

⁶ Excluímos o agente da passiva e os PPs oracionais, tendo em vista que demandariam discussões que fogem ao escopo dessa dissertação.

⁷ Embora em nossa pesquisa não nos furtemos a considerar outras funções sintáticas, aqui focalizamos as relações sintáticas entre verbos e complementos, tendo em vista constituírem a sintaxe nuclear; a noção de adjunto surge como não-complemento e será enfocada nas discussões.

⁸ As relações com Nomes são focalizadas no conteúdo das discussões, sendo explicitadas sempre que algum dado lingüístico assim o exigir.

GT à GG. A análise que fazemos dos dados coletados não foge a este espírito: procuramos manter o diálogo entre os dois campos de estudo da língua.

2.1.1 Sobre as relações sintáticas

Apresentamos aqui, de forma sucinta, o enfoque dado pelos gramáticos citados aos constituintes preposicionados que fazem parte da sintaxe verbal, seja por relação de complementação, seja por adjunção, priorizando os complementos e buscando, por meio da comparação, demonstrar os pontos de divergência e convergência entre as abordagens.

Quanto às relações sintáticas, a primeira observação a ser feita é sobre a aproximação que pode ser feita entre os enfoques de Lima (1998) e Bechara (2001), em oposição ao de Cunha e Cintra (1995). Estes, consoante visão geral da GT, consideram como objeto indireto os constituintes preposicionados que integram o processo verbal, em função de este não estar contido de forma completa nas formas verbais. No que diz respeito à preposição, Cunha e Cintra (1995, p.141) observam que a que introduz o OI difere da que encabeça o adjunto adverbial, pois, enquanto neste a preposição possui “claro valor significativo”, naquele “apresenta acentuado esvaziamento de sentido”. Os autores comparam os seguintes exemplos:

- (6) a. Cantava *para os amigos*.
- b. Não duvides *de mim*.
- (7) a. Viajou *para São Paulo*.
- b. Não saias *de casa*.

Observam que, em (6), as preposições *para* e *de*, introduzindo OBJETO INDIRETO, são simples elos sintáticos, enquanto, em (7), as preposições que introduzem ADJUNTOS ADVERBIAIS servem para indicar, respectivamente, o *lugar para onde* e o *lugar donde*.

Cunha e Cintra (1995, p.505), ao tratar de regência verbal, afirmam que, além da ordem dos termos, ela é indicada por meio da preposição “cuja função é justamente a de ligar palavras estabelecendo entre elas um nexos de dependência”; estes autores advertem que se devem diferenciar as preposições que ligam complementos a um verbo (OBJETO INDIRETO) ou a um nome (COMPLEMENTO NOMINAL) das que encabeçam ADJUNTOS ADVERBIAIS ou ADJUNTOS ADNOMINAIS, pois só as primeiras estabelecem relação de regência (CUNHA e CINTRA, 1995, p.506). Os autores, portanto, consideram como participantes da relação de

regência apenas as preposições da sintaxe de complementação, estando a noção de termo regente relacionada apenas a verbos e nomes (substantivos e adjetivos), numa postura, pois, diferente da GG. O grande diferencial reside em que esta considera a preposição como termo regente, atribuidor do Caso Oblíquo⁹, que é o Caso dos constituintes que exercem função sintática de adjuntos adverbiais e complementos relativos (cf. definição a seguir).

Por outro lado, Lima (1998) e Bechara (2001) se aproximam ao diferenciarem os complementos verbais preposicionados em complementos relativos e objetos indiretos, com a diferença de que o primeiro faz ainda a distinção entre os complementos relativos e os circunstanciais, englobados por Bechara (2001) sob o mesmo rótulo. Os *complementos relativos* designam o constituinte que, com valor de objeto direto, integra a predicação de um verbo de significação relativa, por meio de preposições determinadas (a, com, de, em) – como é o caso de verbos como *assistir* (a), *concordar* (com), *depende*, *gostar* ou *precisar* (de), *confiar* (em).

O *complemento circunstancial* é de natureza adverbial, porém indispensável à construção verbal, como os demais complementos verbais. Lima (1998, p.252) observa que em construções do tipo

(8) **Irei a** [Roma

(9) Jantarei [**em Roma**

há configurações sintáticas diferentes, pois, enquanto em (9) existe uma ligação mais forte da preposição com o substantivo, em (8) a preposição forma um bloco com o verbo, que, devido ao valor de verbo de direção, exige a preposição *a* para ligá-lo ao termo locativo. O complemento circunstancial pode ser expresso por: a) nome regido por preposição, exprimindo direção (*a* ou *para*) ou tempo; b) nome sem preposição exprimindo tempo, preço, distância no espaço e no tempo¹⁰.

Bechara (2001) observa, ainda, a semelhança entre o complemento relativo e o objeto direto, na medida em que aquele, como este, delimita e especifica a experiência comunicada por exigência de verbo cujo conteúdo léxico é de grande extensão semântica, mas difere deste por vir introduzido por preposição:

⁹ A noção de regência está associada à da Teoria do Caso, que explicitamos adiante (cf. 2.2.1.3). Esclarecemos que o modelo aqui adotado é, principalmente, o da Teoria da Regência e Ligação (TRL), recorrendo-se às propostas do Programa Minimalista quando tal se fizer necessário, conforme esclarecemos adiante, ao discorrermos sobre a Gramática Gerativa.

¹⁰ Discutiremos posteriormente se se trata aqui de DP ou PP com preposição não realizada fonologicamente.

- (10) a. Todos nós *gostamos de cinema*.
 b. O marido não *concordou com a mulher*.
 c. O comerciante não *confiou no empregado*. (BECHARA, 2001, p. 419)

Todos os exemplos em (10) são casos de complemento relativo, na visão de Bechara (2001)¹¹. Segundo o autor, a preposição aí inserida constitui extensão do signo léxico verbal, cada verbo se fazendo acompanhar de sua própria preposição, por *servidão gramatical*¹². Bechara (2001) esclarece que a tradição pode permitir o uso de mais de uma preposição (*parecer a / com o pai*), assim como há certos usos gramaticalmente previsíveis, com a freqüente identidade entre prefixo e preposição (*depende de, concorrer com, agregar a*). Esta identidade funcional explica a possibilidade de muitos verbos alternarem a construção do complemento direto com o complemento relativo, como é o caso, por exemplo, dos verbos *ajudar (a), atender (a), assistir (a), satisfazer (a)* que apresentam variação no decurso do tempo e nas variedades lingüísticas (diatópicas, diastráticas e diafásicas).

Bechara (2001, p. 421) inclui, entre os complementos relativos, os argumentos dos verbos ditos locativos, situativos e direcionais, em função de eles delimitarem a extensão semântica do signo léxico do predicado complexo; o autor observa, entretanto, que quanto a isso não há unanimidade entre os gramáticos, pois muitos preferem considerar tais termos como adjuntos circunstanciais ou adverbiais. Ele acrescenta que “os significados gramaticais [“agente”, “paciente”, “locativo”, “direção”, etc.] se manifestam mediante esquemas sintáticos muito variados”. É o que destaca em (11), onde o termo indicativo de lugar (*ao banco*), sendo inerente ao predicado, não pode ser dispensado, ao contrário de *na hora do tumulto*.

- (11) O policial acompanhou o idoso ao banco na hora do tumulto.

Lima (1998) e Bechara (2001) aproximam-se, ainda, ao conceituar o OI como o termo que representa o ser animado beneficiário da ação verbal; estes autores consideram como características do OI o fato de ser sempre introduzido por preposição *a* (raramente *para*) e ser comutável, na terceira pessoa, pelas formas pronominais átonas *lhe* e *lhes*. Lima

¹¹ Quanto à semelhança com o objeto direto, tal fato é também abordado sob a ótica da Gramática Gerativa: Raposo (1992), por exemplo, refere-se ao caso dos verbos idiossincráticos como verbos que, na verdade, selecionam um sintagma nominal, sendo a preposição aí inserida porque o verbo não tem Caso para atribuir.

¹² Ou seja, é “mero índice de função sintática, sem correspondência com uma noção ou categoria gramatical, exigida pela noção léxica do grupo verbal e que, exterior ao falante, impõe a este o uso exclusivo de uma unidade lingüística” (BECHARA, 2001, p. 297).

(1998) e Bechara (2001) têm posturas semelhantes também ao considerarem o OI uma espécie de complemento secundário, cuja junção ao predicado complexo se dá após integrada a delimitação semântica deste mediante um signo léxico (*complemento direto* ou *complemento relativo*). A complexidade quanto ao estatuto desse componente sentencial, Bechara (2001, p. 422) a expressa afirmando tratar-se de

um termo que se distancia mais da delimitação semântica do predicado complexo e parece melhor um elemento adicional da intenção comunicativa que fica, no esquema sintático, a meio caminho entre os verdadeiros complementos verbais e os adjuntos circunstanciais.

Bechara (2001, p. 422) esclarece que, embora o complemento ou objeto indireto integre o conjunto *verbo + complemento direto* ou *complemento relativo*, circunstâncias discursivas permitem a omissão destes, permanecendo na oração apenas o indireto, conforme (12 a.) e (13 a.), ou este pode ser o omitido, como em (12 b.) e (13 b.), deixando apenas um daqueles complementos (objeto direto em (12 b.) e complemento relativo, em (13 b.):

- (12) a. O diretor escreveu *aos pais*.
 b. O diretor escreveu *cartas*.
- (13) a. Os vizinhos se queixaram *à polícia*.
 b. Os vizinhos se queixaram *do barulho*.

A *construção especial com objeto indireto* refere-se justamente ao fato de haver verbos em que o objeto indireto se lhes integra a função predicativa, sem que haja um objeto direto ou complemento relativo. É o que acontece com verbos como *agradar, desagradar, pertencer, ocorrer, acontecer, interessar, aparecer*.

No caso do *objeto direto preposicionado* (14), Bechara (2001) chama atenção para o fato de que a preposição aí empregada, quase sempre, é para evidenciar contraste entre sujeito e complemento, e difere da *preposição como posvérbio* (15) porque, neste caso, há repercussão na significação do verbo:

- (14) *A Abel* matou Caim.
- (15) a. Cumprir *com* o dever (acentua a idéia de zelo ou boa vontade para fazer algo).
 b. Fiz *com* que ele viesse (acentua a idéia do esforço ou dedicação empregada).

Da referência que Lima (1998) faz a casos de OI que denomina “incontroversos”, destacamos o fato de este constituinte acompanhar certos conglomerados constituídos de *verbo + objeto direto*, dos quais depende; sobre esses conglomerados, Lima (1998, p.250) informa que muitas vezes equivalem a verbos simples e que, em latim, regiam Dativo: *ter medo a* (= *temer*), *fazer guerra a* (= *guerrear*).¹³

Com relação ao objeto indireto e aos adjuntos com *para*, Bechara (2001, p. 422-423), embora ciente do emprego dessa preposição na função de objeto indireto, insiste em que a preposição que introduz este complemento é *a*. Na visão do gramático, devido ao fato de essas preposições alternarem em várias funções, aparentemente assim o fazem na função objeto indireto; só aparentemente, entretanto. Em enunciados do tipo em (16), a preposição não introduz um complemento indireto, como o demonstra o fato de aí poder aparecer um objeto indireto de fato, conforme registrado em (17). Segundo Bechara (2001), isto se evidencia não só pela impossibilidade de se coordenarem os dois termos, como em (18), mas também pelo fato de a pronominalização só poder ser comutada com o objeto indireto *ao florista* (19), mas não com o adjunto (20).

- (16) Alguns alunos compraram flores *para a professora*.
 (17) Alguns alunos compraram flores *ao florista* para a professora.
 (18) *Alguns alunos compraram flores *ao florista e para a professora*.
 (19) Alguns alunos compraram-*lhe* flores *para a professora*.
 (20) *Alguns alunos compraram-*lhe* *ao florista*.¹⁴

Os comentários sobre estas e outras questões anteriores estão registrados em 2.3.

2.1.2 Sobre a preposição

Cunha e Cintra (1995), Lima (1998) e Bechara (2001) focalizam a preposição como termo cuja função é relacionar um antecedente A a um conseqüente B e concordam ainda quanto ao fato de que, nesta estrutura, o termo B é o responsável pelo sentido. Quanto a

¹³ Correspondem, pois, a estruturas com verbos que a GG denomina *leves*.

¹⁴ Note-se que a agramaticalidade aqui se reduziria sensivelmente, caso não se omitisse o objeto direto flores, que, sem razão, não aparece no enunciado:

(i) ?Alguns alunos compraram-*lhe* flores *ao florista*.

A estranheza ainda remanescente em (i) decorre de outros fatores, a saber o uso da ênclise e a forma do objeto indireto (cf. comentários na seção (2.3)).

isso, Bechara (2001, p. 296) é categórico ao afirmar que a preposição “não exerce nenhum outro papel que não seja ser índice da função gramatical de termo que ela introduz”. Dessa forma, a preposição é considerada um elemento meramente relacionador entre o antecedente ou *subordinante* e o conseqüente ou *subordinado*. Basicamente, Bechara (2001, p. 296-297) caracteriza a preposição como elemento relacional, seja com função de *transpositor*, habilitando uma unidade lingüística a exercer papel gramatical diferente daquele que normalmente exerce (homem *de coragem*)¹⁵, seja introduzindo um complemento relativo (Aldenora gosta *de Belo Horizonte*), em que o autor destaca o fato de a preposição aparecer por *servidão gramatical* (cf. nota 12, em 2.1.1), exigida pela noção léxica do grupo verbal¹⁶.

Quanto aos aspectos semânticos, Lima (1998) propõe a divisão das preposições em “fracas” e “fortes”. Com relação a estas (como *contra, entre, sobre*), ele afirma que guardam alguma significação em si mesmas; já as “fracas” (*a, com, de*, por exemplo), a seu ver, não têm sentido nenhum, “expressando tão-somente, em estado potencial e de forma indeterminada, um ‘sentimento de relação’” (LIMA, 1998, p. 355). As preposições desse tipo têm apenas aptidão para exprimir um significado, mas este somente se concretiza no contexto. Ou seja, para este gramático, em geral as idéias advêm dos vocábulos vizinhos, com exceção das preposições *contra, em, entre, desde, sem, sob, sobre*, às quais se refere como vocábulos que designam, denotam ou exprimem idéias.

Cunha e Cintra (1995, p. 544) consideram que as preposições possuem uma base central de significado e que a relação estabelecida entre os termos pode implicar movimento ou uma situação (não-movimento), podendo ambos ser considerados em referência ao espaço, ao tempo e à noção. Dessa significação fundamental derivam matizes significativos adquiridos em contextos diversos; os sentidos das relações advêm, portanto, dos termos relacionados e do conteúdo semântico da preposição. Como exemplo, os autores citam a preposição *com*, cujo significado fundamental é de “associação”, “companhia”, destacando o fato de a idéia estar mais forte em “viajei *com Pedro*” do que em “concordo *com você*”. Com relação ao segundo enunciado, eles registram que, nestes casos, nos quais as relações sintáticas se fazem por meio de preposição obrigatória, pode haver esmaecimento do sentido da preposição, que pode ser vista como elemento relacional puro, vazio de conteúdo nocional; os autores defendem, entretanto, que, mesmo havendo tal esmaecimento, a semântica da

¹⁵ Semelhante, pois, à realização de Caso Genitivo por meio de inserção da preposição, conforme propõe a GG.

¹⁶ Destarte o autor apenas registra a função de P como realizadora de Caso, respectivamente GEN e OBL, este último, um caso de idiosincrasia verbal, em que é discutível o estatuto do complemento (se DP ou PP); não há referência à possibilidade de a Preposição ser vista como elemento determinante das relações sintáticas, como na GG, para a qual a Preposição pode ser predicadora, atribuindo Caso e papel-θ. (Cf. discussão na seção 2.3).

preposição é levada em conta, uma vez que, ao ser exigida uma preposição e não outra, é considerado o seu significado básico.

Cunha e Cintra (1995, p. 547-548) classificam as relações estabelecidas pela preposição como *fixas*, *necessárias* ou *livres*, em função de haver uma maior ou menor intensidade significativa das preposições. Nas *fixas*, há o esvaziamento profundo da primitiva função relacional e do sentido da preposição em prol do valor significativo do conjunto léxico resultante da fixação da relação sintática preposicional como se fosse uma palavra composta — “Luís *de* Camões”, “de longe *em* longe”, “dar *com* eles”. Já quanto às *livres*, os autores destacam que há plenitude do significado das preposições, uma vez que elas são empregadas para realçar as idéias já presentes no contexto — *Encontrar um amigo. / Encontrar **com** um amigo*. Quanto às relações *necessárias*, em que as preposições relacionam ao termo principal um termo complementar, estes gramáticos registram a intensificação da função relacional em detrimento do seu conteúdo significativo, reduzido aos traços característicos mínimos:

- (21) a. lembro-me *de* nada (verbo + OI)
 b. vontade *de* Deus (substantivo + complemento nominal)
 c. fui *a* Cambridge (verbo + adjunto adverbial necessário)
 d. feita *por* alfaiate (particípio + agente da passiva)

Trata-se, portanto, de análise a partir de aspectos semânticos e sintáticos, que focaliza as preposições como elementos relacionais e não explora os casos em que as preposições encabeçam termos não-argumentais — adjuntos adverbiais —, nos quais a preposição se nos mostra como termo não puramente relacional¹⁷.

Bechara (2001, p.297-298), ao discutir a questão do significado da preposição, parte da idéia de que tudo na língua é semântico e registra que a preposição, como qualquer unidade lingüística, apresenta variação de significado de acordo com o papel léxico ou puramente gramatical que exerça no enunciado. No enunciado em (22), o autor reconhece a participação semântica das preposições, mas sua análise é de que o significado de unidades como *com ele* e *contra ele* advém dos contextos “auxiliados” por diferentes preposições:

- (22) Nós trabalhamos *com* ele, e não *contra* ele.

¹⁷ Este enfoque será explorado no âmbito da GG, em que a preposição pode ser analisada como termo predicador.

O autor defende que o significado da preposição apresenta dois níveis: o do significado unitário, fundamental, primário da própria preposição, o qual se desdobra “em outros significados contextuais (sentido), em acepções particulares que emergem do nosso saber sobre as coisas e da nossa experiência de mundo” (BECHARA, 2001, p.298).

Dessa forma, a preposição *com*, que na língua portuguesa possui o significado de *co-presença*, adquirirá, dependendo dos vocábulos A e B (e também da nossa experiência), sentidos contextuais – as acepções secundárias. Assim, em enunciados do tipo “dancei com Marlit”, “cortei o pão com a faca”, “estudei com prazer” (estruturas do tipo A — P — B), não só se percebe a idéia de *co-presença* dos termos B, que advém do emprego da preposição *com*, como também, a partir do conteúdo semântico desses termos, se depreendem as idéias secundárias de companhia, instrumento e modo, respectivamente. Para demonstrar que a preposição sozinha não traduz a carga total de significado, o gramático cita o enunciado em (23) em que, em função do termo “a Rosa”, não temos mais a noção de instrumento, e sim de “companhia”, “ajuda”¹⁸.

(23) Everaldo cortou o pão com a Rosa.

Bechara (2001), portanto, embora considere o significado da preposição, não o vê como pleno, na medida em que depende de outros elementos da frase; constatamos, também, que, na visão do gramático, a preposição não possui o *status* que a GG lhe atribuiria nesse caso, uma vez que este se altera em decorrência da substituição do conseqüente com traço [-animado] por outro com traço [+animado].

De acordo com Bechara (2001, p. 298-299), o sistema preposicional do português, do ponto de vista semântico, está dividido em dois campos centrais a partir do traço dinamicidade: o primeiro apresenta sempre esse traço (*a, até, contra, de, desde, para, por*); o segundo pode apresentar os traços de noções “estáticas” e “dinâmicas”, marcados tanto em referência ao tempo quanto ao espaço (*ante, com, em, entre, sem, sob, sobre, trás*).

Ao examinar o emprego das preposições, Bechara (2001, p.306-319) não difere dos demais, na medida em que analisa esta unidade lingüística como termo relacional. Mas, enquanto de umas diz que “relacionam”, “introduzem” termos (*de, a*), de outras diz que “denotam”, ou seja, “significam” (*por, para, entre, em, contra, até*). Não se explica, porém, nesta relação, a omissão das preposições *ante, após, desde, perante, sem, sob, sobre, trás*.

¹⁸ Cf. comentários na seção 2.3

Portanto, embora Bechara (2001) focalize as preposições como lexemas, coloca-as como dependentes de outros termos na construção dos significados das estruturas. E, apesar de demonstrar em sua gramática uma visão bem mais atualizada do que os outros autores, numa postura em que se desprende influência dos estudos da lingüística moderna, ele mantém pontos de vista da gramática tradicional, como ocorre em seu estudo sobre preposições. Além disso, ao observar o emprego do vocábulo, recorre a exemplos em sua maioria literários, em que predominam padrões do português europeu, o que, no caso do OI, por exemplo, implica diferença quanto à sua realização no PB, em função de nesta língua haver a tendência à substituição da preposição *a* por *para*¹⁹.

No âmbito da gramática tradicional, portanto, este gramático, embora apresente na análise de termos e preposição certas divergências no tocante à sintaxe e à semântica, há coincidência no que tange à função da preposição na frase: trata-se de elemento relacionador.

2.2 A PREPOSIÇÃO NO ÂMBITO DA GRAMÁTICA GERATIVA

2.2.1 Base teórica: conceitos relevantes

Tendo por objeto de estudo a “língua interna” (língua-I), a Gramática Gerativa (GG) volta-se para “o conhecimento da língua atingido e internamente representado na mente/cérebro” (CHOMSKY, 1994, p. 43). De acordo com Chomsky (1998, p. 20-21), a abordagem puramente internalista “preocupa-se com a faculdade da linguagem: seu estado inicial e os estados que ela assume”. Distingue-se, então, “gramática”, a teoria da língua do indivíduo, de “gramática universal”, a teoria do estado inicial da faculdade de linguagem; a língua do indivíduo “determina um leque infinito de expressões, cada uma com seu som e seu significado”, ou seja, “‘gera’ as expressões da língua dele” – tal teoria denomina-se então uma gramática gerativa.

As relações gramaticais serão aqui examinadas tendo por base, primordialmente, o modelo de Princípios e Parâmetros²⁰. Nesta concepção, a Gramática Universal (GU) constitui-se de dois tipos de princípios: os que são rígidos e invariáveis, e que se fazem presentes em qualquer gramática, e um sistema de princípios abertos, os *parâmetros*, fixados no processo de aquisição com base na informação obtida do meio ambiente. (RAPOSO, 1992, p. 54-55).

¹⁹ Cf. 2.1.1 e 2.3.

²⁰ Quando pertinente e necessário, lançamos mão de alguns conceitos no âmbito do Programa Minimalista, do qual registramos alguns aspectos básicos, para esclarecimento de algumas análises (cf. 2.2.1.4)

No quadro teórico acima referido, serão relevantes para nosso estudo a Teoria Temática e a Teoria do Caso, que a seguir apresentamos em linhas gerais. Antes, porém, faremos breves considerações em torno do Léxico.

2.2.1.1 *O léxico*

O léxico é, segundo Raposo (1992, p. 89), o componente gramatical em que se encontram as informações de natureza fonológica, semântica e sintática sobre itens lexicais. De acordo com Haegeman (1994, p. 37), “*lexical information plays a role in sentence structure because the syntactic category of a word determines its distribution*”²¹. Depreende-se daí que o falante não interpretará configurações em que um DP foi inserido sob um nó V. Mas, para além disso, a troca de constituintes da mesma categoria numa determinada posição não se faz de forma totalmente livre; pelo contrário, deverá obedecer ao ambiente sintático, considerando-se os outros constituintes. Dessa forma, nos enunciados em (24), o verbo *rasgou*, embora subcategorize um DP, rejeita que este tenha o traço [+Locativo], como mostra agramaticalidade de (24 b.):

- (24) a. Pedro rasgou seu caderno na escola.
 b. *Pedro rasgou sua escola na reunião.

Constata-se ainda que, enquanto o PP, que especifica o local do evento, pode ser omitido sem causar problemas na interpretação, isto não ocorre com o DP *seu caderno*:

- (25) a. Pedro rasgou seu caderno.
 b. *Pedro rasgou na escola.²²

A discussão sobre obrigatoriedade ou não de realização de certos constituintes, embora relacionada a questões do léxico, é examinada de forma mais abrangente nas seções que focalizam a Teoria Temática, que se refere à seleção e mapeamento sintático dos

²¹ A informação lexical desempenha um papel na estrutura da sentença porque a categoria sintática de uma palavra determina sua distribuição (tradução nossa).

²² Observe-se a possibilidade do enunciado em se considerando objeto nulo, recuperado no discurso, como em:

- (i) - O que foi que Pedro fez com o caderno velho?
 - Pedro rasgou *ec* na escola.

Tal fato não invalida a argumentação, tendo em vista a independência de (25 a) em relação à interpretação com base no discurso, na medida em que atende à seleção lexical dos seus constituintes.

argumentos, e a Teoria do Caso, que trata da distribuição dos sintagmas nominais na estrutura oracional.

2.2.1.2 A Teoria Temática

Antes de traçarmos as idéias básicas de que consiste este módulo da GG, faz-se necessário distinguir argumentos de adjuntos: os primeiros são constituintes selecionados pelos núcleos predicados, enquanto os adjuntos fazem parte da interpretação situacional, sem depender de outros itens lexicais da frase, como as informações de tempo, modo ou lugar (cf. DUARTE e BRITO, 2003)

Estes fatos, entretanto, não podem ser encarados de maneira simplista, pois, como veremos, existe uma flutuação na classificação dos constituintes como adjuntos ou argumentos. Tal flutuação diz respeito não apenas ao fato de que ser argumento ou adjunto depende da relação entre os constituintes – há verbos que selecionam o traço [+ LOCATIVO], tradicionalmente classificado como um adjunto –, mas também em função de que, em muitos contextos, a distinção é uma tarefa espinhosa e passível de discussões.

Segundo Duarte e Brito (2003), o termo *predicado* ou *predicador* designa toda e qualquer palavra que tenha argumentos, lugares vazios ou valência própria; a estrutura argumental desses termos constitui a sua especificação lexical mínima.

No quadro teórico da GG, as estruturas de complementação, adjunção e predicação são geradas a partir dos núcleos lexicais N, V, A e P, identificados com as categorias lexicais, definidas a partir dos primitivos [+/- N] e [+/- V]; o reconhecimento do constituinte se dá a partir da identificação do núcleo e das relações que se estabelecem a partir dele; e, em sentido inverso, pode-se chegar ao núcleo a partir das relações, forma esta adequada para o caso de constituintes com núcleos vazios, conforme Miotto, Figueiredo Silva e Lopes (2004, p. 52-53).

Raposo (1992, p. 278-279) destaca que, embora todas as categorias lexicais possam funcionar como predicadores, são os verbos e adjetivos os predicadores por excelência. Quanto aos nomes, o autor registra que sua função principal é a de (núcleo de) argumento, mas também podem ser predicadores: é o que ocorre com nomes relacionais, como *autor*, ou deverbais, como *destruição*. No caso das preposições, este autor ressalta a necessidade de comentários específicos; várias questões são abordadas nas discussões que registramos a seguir; outros serão feitos na seção 2.3, quando fazemos considerações parciais acerca de questões registrados nesta seção e na anterior. Acrescente-se ainda que também

advérbios selecionam argumentos, mas nesse caso outras considerações devem ser feitas, tendo em vista que se trata de uma categoria cujo estatuto e propriedades não são bem definidas, quer no âmbito da GT quer no da GG.

Temos assim que os núcleos lexicais selecionam argumentos aos quais atribuem papéis temáticos. Haegeman (1994, p.45) chama atenção para a necessidade de se fazer a distinção entre estruturas de subcategorização e estrutura argumental: as primeiras especificam os constituintes que são obrigatórios no interior do VP, i.é., os complementos, enquanto que a última lista todos os argumentos, incluindo-se o sujeito, que é realizado fora do VP²³. Tal distinção, podemos estendê-la às preposições, já que algumas, como veremos, são subcategorizadas pelos verbos, enquanto outras não o são, fato que deverá ser levado em conta na análise das relações e do papel das preposições nos PPs.

A Teoria Temática é o componente da gramática que regula a atribuição dos papéis temáticos (papéis- θ). Predicados em geral têm uma estrutura temática, e, embora não haja acordo em relação a quantos e quais são estes papéis, sua atribuição é regulada pelo Critério- θ :

- (i) A cada argumento é atribuído um e somente um papel- θ .
- (ii) Cada papel- θ é atribuído a um e somente um argumento.

2.2.1.3 A Teoria do Caso

O conceito de Caso²⁴ está associado às funções gramaticais (sujeito, objeto de verbo, objeto de preposição) dos DPs e são necessários para que sejam reconhecidos os papéis- θ dos argumentos. De acordo com a abordagem gerativa, embora apenas algumas línguas realizem Caso morfológicamente, a existência de Caso abstrato é postulada para qualquer língua natural. Além disso, obedecendo ao princípio do Filtro do Caso, todo DP lexical deve receber Caso.

De acordo com estudos anteriores ao Programa Minimalista, a atribuição de Caso a um DP se dá da forma que segue: a flexão verbal (*Infl*) atribui Caso Nominativo (NOM) ao DP sujeito; o verbo (V) dá Caso Acusativo (ACC) — estes, em sendo Casos estruturais, independem de atribuição de papel- θ pelo mesmo item. Já o Oblíquo (OBL) e o Genitivo (GEN) são Casos inerentes: a sua atribuição está associada à de papel- θ , ou seja, o DP recebe

²³ A idéia do sujeito exterior ao VP se altera no Programa Minimalista.

²⁴ *Caso* com letra maiúscula indica marcação abstrata da função gramatical na sintaxe.

do mesmo elemento papel- θ e Caso. Chomsky (1986), ao formular a condição de uniformidade, na qual registra esta especificidade dos casos inerentes, emprega o termo *marcação* de Caso; o autor esclarece que a “marcação casual”, inclui a atribuição de Caso e a realização de Caso. No que diz respeito à preposição, é importante distinguir os dois Casos inerentes, na medida em que tal distinção está associada aos conceitos de *atribuidor* de Caso e *realizador* de Caso: a atribuição de Caso OBL ao DP é feita pela preposição, responsável também pela atribuição de papel- θ ; quanto ao GEN, a preposição é apenas um realizador de Caso, pois este é atribuído por N ou A, categoria responsável pela atribuição de papel- θ .

Quanto ao GEN, Chomsky (1986) observa que é realizado por meio da inserção da preposição *de* (correspondente ao inglês *of*); sobre a regra de inserção de *of*, Chomsky (1986) diz ser um “caso por defeito”, que é o que ocorre em (28), e que somente se aplica se não houver preposição disponível que atribua inerentemente o papel- θ adequado, como acontece no enunciado em (27):

(27) nossa promessa a João

(28) a. [construção [a cidade]]

b. [construção [da cidade]]

Enquanto em (27) a preposição atribui inerentemente o papel- θ Alvo, i.e., concomitantemente atribui o Caso Oblíquo, em (28 a) o GEN é atribuído ao DP [*a cidade*] pelo N *construção*, e, em (28 b.), ele é morfológicamente realizado através da inserção da preposição *de*. Oliveira (2004, p. 2) registra que, em sendo a preposição realizadora²⁵ de caso ‘morfológico’, pode-se considerá-la uma marca flexional, como as de número, pessoa e gênero; Chomsky (1986) observa tratar-se de um mecanismo específico que pertence à gramática periférica e não-nuclear, caracterizando, assim, uma determinada língua. Já em (27), a preposição atribui papel- θ Alvo e Caso OBL ao DP, mecanismo que caracteriza as línguas, de um modo geral, enquadrando-se na gramática nuclear.

Tais questões serão retomadas em (2.2.2), quando trataremos especificamente do PP e do papel da preposição nos esquemas sintáticos de atribuição *vs.* realização de Caso.

Vale ressaltar que, segundo a abordagem minimalista, as estruturas sintáticas são projetadas diretamente do léxico “privilegiando as estruturas argumentais em detrimento das estruturas de ‘modificação’”, conforme Rocha (2001, p.19-20). Em se tratando de estudo de

²⁵ Na fonte, *marcadora de caso*. Registre-se, a propósito, a preferência atual pelo termo *realizador* de Caso.

preposições, são de nosso interesse tanto umas quanto outras, desde que encabeçadas por P (foneticamente realizadas ou não).

2.2.1.4 O Programa Minimalista: alguns aspectos relevantes

De acordo com Chomsky (1999, p.44), para cada língua particular, o sistema cognitivo consiste num sistema computacional e num léxico; este, ainda segundo Chomsky (1999, p.198), é um conjunto de elementos lexicais, cada um deles um sistema articulado de traços. O léxico especifica, para cada um destes elementos, as suas propriedades fonéticas, semânticas e sintáticas idiossincráticas.

A derivação de uma sentença envolve um conjunto de operações (computações) que *geram* estruturas sintáticas, junto com um conjunto de operações de Forma Fonética (que convertem estruturas sintáticas em representações de Forma Fonética) e um conjunto de operações de Forma Lógica (que convertem estruturas sintáticas em representações de Forma Lógica).

O ponto de partida para as derivações é uma *numeração*, um conjunto de pares (LI, i) , em que LI é um item lexical e i indica o número de exemplares daquele item que estão disponíveis para a computação.

Os objetos sintáticos constroem-se como pares (π, λ) , interpretados nos níveis de interface (respectivamente, o articulatório-perceptual (A-P) e o conceptual-intencional (C-I)). O processo de construção de objetos sintáticos envolve as operações: SELECIONAR (os itens com todos os traços incluindo-se Caso), MERGE (fusão dos elementos numa operação binária assimétrica, pois um dos constituintes projeta-se, tornando-se o núcleo do objeto sintático L) e MOVER (desloca-se um elemento α de um objeto sintático L já formado para um alvo K (este também um objeto) formando um novo objeto sintático, por exemplo, β). Essa operação forma uma cadeia uniforme, pois seus componentes têm o mesmo estatuto sintagmático.

Pelo princípio da Interpretação Plena, os elementos lexicais devem ocupar as posições apropriadas na cadeia da fala para receberem a interpretação na interface relevante; esse princípio estabelece que uma representação para uma dada expressão deve conter todos e somente aqueles elementos que contribuem diretamente para sua interpretação no nível relevante. O mecanismo que assegura que os elementos ocupem as posições apropriadas na cadeia da fala é a *checagem* de traços. Por esse mecanismo, traços interpretáveis na interface relevante são conservados, enquanto os não-interpretáveis (por exemplo, traços gramaticais, sem conteúdo semântico e que não contribuem para determinado sentido) são eliminados.

Quanto ao Caso, que na Teoria da Regência e Ligação (TRL) era atribuído sob regência, no MP (de *Minimalist Program*) é checado com uma categoria funcional; sendo traço não-interpretável, deve ser checado e eliminado. E ainda: na TRL, enquanto o NOM era atribuído numa relação Spec — núcleo, o ACC o era numa relação núcleo — complemento. Nas primeiras versões do MP, uniformiza-se a checagem dos Casos, sempre feita numa relação Spec – Núcleo; a abordagem da checagem de traços de Caso é baseada numa relação de concordância, assumindo-se uma ou duas projeções Agr dominando o VP: AgrO, onde se dá a checagem de ACC, e AgrOI, onde é checado o OI. Também o Caso OBL é checado dessa forma, assumindo-se uma projeção Agr dominando o PP: após a preposição adjungir a Agr⁰, o DP com Caso OBL se move para [Spec, AgrP], onde o Caso é checado. Dentro das versões mais recentes do MP, os DPs entram na numeração com traço de Caso [+interpretável] não valorado; a categoria funcional que checa este Caso possui traço de Caso [-interpretável], e, como sonda (*probe*), busca o DP alvo (*goal*) com que entra em relação de checagem de Caso, com valoração de Caso do DP e eliminação dos traços de Caso não interpretáveis na Forma Lógica. Entendemos que, em tais análises, está subjacente a noção de regência, noção esta que, para os propósitos desta dissertação, é a nosso ver satisfatória.²⁶

Tendo em vista que lidamos com constituintes movidos do VP, vale registrar, em linhas gerais e sucintas, a proposta de divisão deste sintagma, que no MP é denominada VP *shells*²⁷. De acordo com esta proposta, o sintagma verbal tem uma estrutura complexa, compreendendo um VP interno, no interior do qual são gerados alguns argumentos (como, por exemplo, Tema) e que é complemento de um verbo leve causativo nulo²⁸, verbo este núcleo de uma concha externa — vP *shell*, em que é gerado, por exemplo, o Agente. Em se considerando que a GG assume que os componentes se estruturam em ramificações binárias, esta proposta dá conta, por exemplo, dos verbos ditransitivos. Segundo a proposta, V se alça e adjunge ao verbo leve, deixando uma cópia na posição de origem, e daí se alça com o sujeito para IP. Dessa forma, a representação arbórea do enunciado em (29) é a registrada em (30):

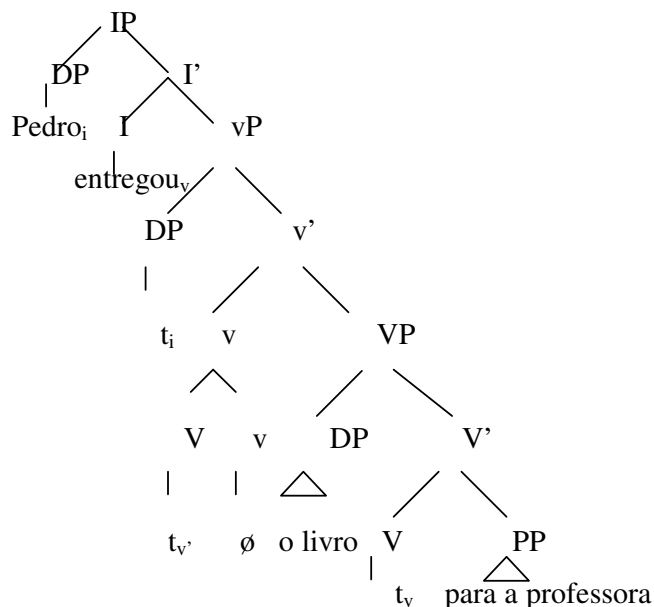
(29) Pedro entregou o livro para a professora.

²⁶ Esclarecemos que é adotado aqui principalmente o quadro teórico da Teoria da Regência e Ligação, por nos parecer abordagem que mais claramente trata dos assuntos aqui estudados (cf. BERG (1998), em 2.2.2.2, acerca de **atribuição** de Caso inerente por P). Lembramos que nossas inserções no terreno do Minimalismo se dão na medida em que isto se mostra necessário em função do referencial teórico.

²⁷ Conchas VP. Estes conceitos serão retomados em 3.5, onde registramos a proposta de Kato para análise dos complementos verbais topicalizados, e na análise dos dados (cf. 4.2.2.2).

²⁸ Há outros tipos, como *resultativo* e *eventivo*.

(30)



2.2.2 O Sintagma Preposicional e o estatuto da Preposição sob a ótica da GG

Além dos núcleos lexicais, o dicionário mental contém os núcleos funcionais, que não s-selecionam argumentos, ou seja, não os selecionam semanticamente; o núcleo funcional apenas c-seleciona seu argumento, o que significa que ele, ao selecionar o complemento, o faz tendo em vista a categoria à qual este deve pertencer. A função desses núcleos é gramatical, podendo, em algumas línguas, se apresentar como afixos. Os principais núcleos funcionais são a flexão I, núcleo de IP²⁹ (do inglês *Inflectional Phrase*, sintagma de flexão); C, o complementizador, núcleo do CP (*Complementizer Phrase*), onde se posicionam as informações sobre a sentença, tais como a de ser finita/infinita, declarativa/interrogativa; o núcleo D, que encabeça o DP (*Determiner Phrase*, o sintagma determinante), que domina o NP (*Noun Phrase*, o sintagma nominal) e marca a referencialidade do NP, conferindo-lhe estatuto de argumento.

Também no âmbito da GG, a classificação da Preposição como item lexical ou funcional de forma alguma é tarefa fácil ou livre de controvérsias. É o que veremos nas

²⁹ Segundo estudos anteriores ao Programa Minimalista (e mesmo neste, nas versões iniciais), o IP pode ser cindido em duas categorias: AgrP (de *Agreement Phrase*, sintagma de concordância) e TP (de *Tense Phrase*, o sintagma de tempo). Adotamos, neste trabalho, o rótulo IP, sem compromisso com as discussões posteriores sobre esta projeção, tendo em vista que tais questões não interferem nos fatos aqui discutidos e em função de adotarmos, principalmente, o modelo da Teoria da Regência e Ligação, com algumas incursões no Programa Minimalista, quando necessário.

discussões a seguir, após apresentarmos, conceitualmente, os complementos verbais encabeçados pela preposição, sob a perspectiva dessa teoria gramatical.

2.2.2.1 Duarte (2003) e Brito (2003)

A preposição (ou locução prepositiva), junto ao DP que se lhe segue, forma o PP; na definição de Brito (2003, p.392), o núcleo dessa categoria é uma preposição ou uma locução prepositiva com a propriedade de selecionar um complemento. A autora registra que a possibilidade de o PP ser topicalizado pode comprovar o caráter de constituinte do PP, como se constata em

- (31) a. De lingüística, ele comprou um livro. (BRITO, 2003, p.393 (5 a))
 b. À escola, eu fui. (BRITO, 2003, p.393 (5 c))

Bruto (2003, p. 398-402) registra como fator caracterizador das preposições a possibilidade de serem marcadores temáticos do seu complemento e de atribuidores de Caso e, partindo desses parâmetros, distingue três tipos de preposições e locuções prepositivas:

- (i) as que marcam tematicamente seus argumentos juntamente com outros predicadores;
- (ii) as que são os verdadeiros itens predicativos e por si sós marcam os seus argumentos tematicamente;
- (iii) as que têm papel secundário na marcação temática e que são essencialmente marcadores de Caso.

Quanto às primeiras, ela cita as que são ligadas a verbos inerentemente preposicionados, como os de movimento *ir a*, *vir de*, e os de localização *pôr em*, *colocar em*, *arrumar em*, etc. Dos de movimento, a autora afirma terem previstos na sua entrada lexical os papéis temáticos de Meta e Fonte, respectivamente; as preposições de movimento, entretanto, contribuem decisivamente para a marcação temática dos complementos que selecionam. Quanto aos verbos de localização, ela registra que possuem dois argumentos que eles marcam tematicamente, mas a marcação de um destes argumentos como Locativo só se efetiva de fato quando presente uma preposição como *em*, *em cima de*, *dentro de*, etc.

Entre as preposições que são por si sós as categorias de natureza predicativa, conforme (ii), ela inclui as que são núcleos de PPs que constituem o predicativo do sujeito,

com verbo *estar* e outros do mesmo tipo. Aqui a autora demonstra o papel determinante das preposições na interpretação, tendo em vista que tais verbos podem ser seguidos de predicados categorial e semanticamente muito diversificados:

- (32) O Presidente está em Díli. (BRITO, 2003, p. 400, (35 a))
 (33) A Maria está contra mim. (BRITO, 2003, p. 400, (35 c))
 (34) Ele ficou de cama. (BRITO, 2003, p. 400, (35 e))

Brito (2003) registra que esta natureza de predicado semântico das preposições é o que ocorre quando os PPs são adjuntos a VP ou a S, como em:

- (35) Vamos sair no Verão. (BRITO, 2003, p. 400, (36 c))
 (36) Desde a semana passada ela tem febre. (BRITO, 2003, p. 400, (36 d))

Já em relação às do terceiro grupo, a autora se refere ao papel delas de suprir a perda do sistema casual que havia no latim e assim cumprir um papel similar à flexão casual. Ela cita a preposição *a* como marca de Dativo e *de* como marca de Genitivo. A primeira ocorre com verbos transferenciais do tipo *dar, oferecer, entregar, comprar, vender, demonstrar, devolver*, caso em que os verbos é que são cruciais para a atribuição dos papéis temáticos, sendo menor a intervenção da preposição nestas estruturas. Quanto ao GEN, Brito (2003) comenta que em expressões do tipo

- (37) o pai da Ana, a fotografia da Joana, a destruição da cidade,

os complementos dos nomes têm a interpretação de Tema, Agente, Possuidor, interpretação para a qual concorre a natureza lexical dos dois nomes envolvidos; a presença do *de* não é muito importante para a expressão desses valores. Brito (2003) relaciona outros exemplos em que podemos constatar casos como os que Duarte (2003b) identifica como relações oblíquas do tipo argumentos obrigatórios:

- (38) a. Falaram *de ti* na reunião. (BRITO, 2003, p. 400, (41 b))
 b. Eles confiam *em nós*. (BRITO, 2003, p. 400, (41 d))
 c. Chegou-se *a ela* para conversar. (BRITO, 2003, p. 400, (41 e))
 d. Ele mandou um livro *para mim / si / ela*. (BRITO, 2003, p. 400, (41 f))

No que diz respeito às relações gramaticais, Duarte (2003b) define a relação gramatical de objeto indireto (OI) como central, em oposição às relações oblíquas (OBL), não centrais. O constituinte com relação gramatical de OI é tipicamente argumento interno de verbos de dois ou três lugares com papel semântico Alvo ou Fonte, como se constata em

(39) O João ofereceu um CD [*ao Pedro*]_{OI}

(40) João comprou esse livro raro [*a um alfarrabista do Porto*]_{OI}

(DUARTE, 2003b, p. 289, (25 a, b))

Como características desse constituinte, ela registra: (i) é tipicamente um argumento [+ anim]; (ii) quando pronome pessoal, apresenta a forma dativa da flexão casual (*lhe, lhes*); (iii) nas frases básicas, ocorre imediatamente à direita do OD (41), ou adjacente ao verbo, no caso de pronome clítico (42), ou ainda imediatamente à direita do verbo, se o OD for um NP pesado (43):

(41) O miúdo deu [o caramelo]_{OD} [*ao amigo*]_{OI} *imediatamente*.

(DUARTE, 2003b, p. 287, (20 a))

(42) O João deu-*[lhe]*_{OI} [um livro]_{OD}

(DUARTE, 2003b, p. 287, (21))

(43) A Ana comprou [*ao Gonçalo*]_{OI} [*o quadro do vencedor da 2ª Bienal de Artes Plásticas de Cerveira*]_{OD}

(DUARTE, 2003b, p. 287, (22 a))

Estes exemplos ratificam, como temos visto até aqui, a preposição *a* como típica de OI³⁰, seja introduzindo constituinte com papel Alvo ou Fonte.

Quanto às relações gramaticais oblíquas (OBL), Duarte (2003b) distingue as que são argumentos obrigatórios (44) ou opcionais (45) do predicador verbal, das que são adjuntos (46), todos eles de natureza preposicional, adverbial ou frásica. Interessam-nos os de natureza preposicional, dos quais transcrevemos os exemplos:

(44) O João pôs o livro [*na estante*]_{OBL}

(DUARTE, 2003b, p. 294, (44, (a)))

(45) O João trouxe [*do Senegal*]_{OBL} essa estatueta.

(DUARTE, 2003b, p. 294, (45, (b)))

(46) O meu amigo pintou esse quadro [*para a Maria*]_{OBL}

(DUARTE, 2003b, p. 294, (46, (a)))

³⁰ São exemplos do Português Europeu, frise-se.

Chamamos atenção para o fato de que tais enfoques tratam de fatos do PE, que apresenta fortes diferenças em relação ao PB; aqui isto se evidencia no trato do OI e no da preposição que o introduz, conforme veremos nas discussões a seguir.

2.2.2.2 Berg (1998; 2005)

Berg (1998) e Berg (2005) se mostram como exemplos das controvérsias que cercam a discussão acerca do estatuto de P. Berg (1998) defende que a natureza categorial da preposição é funcional, fato que ela justifica baseando-se nas propriedades das categorias funcionais: (i) representam uma classe fechada; (ii) apresentam contribuição semântica de segunda ordem; c) não atribuem papel- θ e (iii) atribuem/cheçam Caso. Quanto a ser classe fechada, não há o que comentar, tendo em vista a real inexistência de aporte de novos itens. No que diz respeito à semântica, Berg (1998) se refere ao fato de algumas preposições terem conteúdo semântico e outras não e, paralelo a isso, uma preposição ser vazia num contexto e não-vazia em outro. É o que ela demonstra nos exemplos a seguir, de Lobato (1989):

(47) João só viaja com seus amigos (com = Preposição verdadeira)

(48) João só concorda com seus amigos (com = Preposição não-verdadeira)

em que Preposição verdadeira = P semântica e Preposição não-verdadeira = P funcional.

Berg (1998) divide as preposições do PB em duas subclasses, as com mais de um significado e as com apenas um significado; no que diz respeito à contribuição semântica, a autora considera que os verdadeiros atribuidores de papel- θ são verbos e nomes e, para defender que o elemento responsável pelo papel- θ é um traço [F] que o NP³¹, complemento de P, possui, cita Larson (1985), para quem *bare-NP adverbs*, como o que aparece em

(49) I saw John [_{NP} that day]

³¹ Respeitamos aqui, e nas discussões a estas correlatas (cf. 3.4.1), a denominação original NP; estudos posteriores, adotando sugestão de Fukui e Speas (1986), passam a considerar que a categoria D projeta de acordo com os princípios da Teoria X-barras; esta idéia é conhecida como *hipótese DP*: os NPs “são na realidade *Grupos de Determinantes* (DPs, do Inglês “*Determiner Phrase*”), projeções da categoria D e não da categoria N. O papel reservado à projeção de N (ou seja, NP) é o de complemento de D, tal como VP é o complemento de I e IP é o complemento de C” (RAPOSO, 1992, p. 209-210). Vale ressaltar que nosso objeto de estudo – o PP – é, da mesma forma, projeção de P, cujo complemento é um DP. Esclarecemos que, no corpo deste trabalho, adotamos a projeção DP, fazendo referência ao NP apenas quando pertinente à discussão.

são marcados pelo traço [F] (= tempo, lugar, modo, etc.), de acordo com seus significados: “place”, “here”, “there”, etc.³². Larson (1985) defende que há NPs que possuem um traço [+F], oriundo das propriedades de seus próprios núcleos, que lhes permite a atribuição de Caso Oblíquo aos NPs dos quais são núcleos; dessa forma não há violação do filtro de Caso e a falta de atribuidor é apenas aparente. Assim, o NP recebe papel- θ de acordo com sua carga semântica intrínseca e o papel da preposição é, então, o de tornar o traço [+F] visível (i.e. acessível) para o sistema computacional, permitindo a interpretação do NP (complemento da preposição); se P ou [F] não realizam sua função, a estrutura fica malformada. É o que a autora demonstra com os enunciados:

- (50) a. Eu vim de Paris.
 b. *Eu vim \emptyset Paris.

Berg (1998) observa que a preposição não acrescenta traços ao NP, apenas evidencia um traço semântico do NP, e adiciona uma outra evidência de que P não atribui papel- θ : enquanto ela não seleciona tematicamente seu complemento, podendo co-ocorrer com qualquer NP (de água/ com água/ sobre água/ para água etc.), isto não acontece com os verbos: *dormir água/ *costurar água/ beber água.

A última propriedade, a atribuição / checagem de Caso, retoma a questão dos Casos estruturais e inerentes, conforme proposta de Chomsky (1986). Berg (1998) observa que, mesmo havendo a substituição da noção de atribuição pela de checagem, conforme propostas mais recentes, o Caso Oblíquo, inerente, permanece como sendo atribuído por P; retoma-se, também, a questão de atribuição/ realização de Caso em ambientes onde há Caso Genitivo: o adjetivo e o nome são de fato os atribuidores de Caso Genitivo e “of” realiza esse Caso (CHOMSKY, 1995, p.114). Mas, como adverte a autora, o Programa Minimalista não deixa clara a questão das preposições. E questiona: se todo NP entra na numeração com um traço de Caso, onde o NP, complemento de P, é checado?³³

Posteriormente, Berg (2005), dentro do quadro teórico da Teoria Generalizada dos Papéis Temáticos (TGPT)³⁴, chega a outras conclusões. De acordo com Berg (2005), os

³² Ressaltamos que tal discussão está presente em outros autores (cf. ROCHA (1996) e OLIVEIRA (2002, 2004)). Em 3.4.1, ao estudarmos os advérbios na periferia esquerda da oração, registramos a resenha de Larson (1985).

³³ A pergunta adequada seria: “onde o traço de Caso do NP complemento de P é checado?”. Quanto ao processo de checagem, cf. 2.2.1.4. Ressalte-se que, segundo proposta de Kato (1999, *apud* KATO, 2003), DP em posição de tópico pode possuir Caso *default*, uma vez que nesta posição não se requer checagem de Caso.

³⁴ “Essa teoria teve seus fundamentos iniciais em Franchi (1975), mas a primeira versão do modelo só foi elaborada por Cançado (1995), tendo como suporte os manuscritos de Franchi (1994)” (BERG, 2005, p. 15).

falantes têm uma idéia ou um conceito sobre as preposições em geral, e esses itens lexicais, em todos os ambientes, têm sentido. A autora observa que algumas preposições — denominadas fortes, (*ante, após, até, contra, contra, desde, entre, perante, sem, sob, sobre*) — têm sentido mais específico, enquanto outras — as fracas (*a, com, de, para, por*) — apresentam maior variedade de sentidos; tanto as fracas quanto as fortes podem desempenhar a função predicadora e/ou funcional, na dependência do contexto semântico em que aparecem.

Quanto à classificação *funcional* ou *predicadora*, Berg (2005), dentro do quadro teórico adotado, leva em consideração os argumentos lógicos, isto é, todos os argumentos acarretados pelo verbo³⁵. Ela cita, como exemplo, o verbo *vender*, que possui quatro argumentos lógicos, uma vez que a ele estão associadas as noções de agente da venda, um objeto vendido, uma pessoa a quem se vende e um valor; ou seja, os papéis temáticos associados a *vender* são: desencadeador, objeto estativo, alvo e valor; a autora observa ainda que tais argumentos podem não ocorrer, necessariamente, na estrutura superficial da sentença.

Berg (2005) ressalta que, em se considerando que os argumentos lógicos são acarretados pelo predicador a partir da semântica deste, no tocante às preposições entende-se que elas são predicadores de natureza diferente da dos verbos: estes são predicadores por excelência e é possível especificar seus argumentos lógicos mesmo fora do contexto sentencial. Em geral, um mesmo verbo possui mais de um argumento lógico. Diferentemente dos verbos, com exceção da preposição *entre*, há apenas um argumento para cada preposição.

Quanto às preposições predicadoras, estas podem ser fortes ou fracas, desde que introduzam argumentos não acarretados pelo verbo, situação em que são elas próprias que atribuem papel temático ao seu argumento, como se constata em

(51) João viajou *com* sua namorada.

Assumindo ser o papel temático de um item lexical a relação de sentido estabelecida entre este e seu predicador, a autora observa que, para se estabelecer qual o papel temático atribuído pela preposição *com* ao seu complemento, é preciso valer-se da idéia de composição, noção que, quanto às preposições, é mais complexa do que o que ocorre com verbos:

³⁵ Berg (2005) informa partir do conceito de acarretamento adotado por Cançado (2003 e a sair), esclarecendo que esta autora acata a proposta de Dowty (1989), que define acarretamento lexical de um predicado como o grupo de todas as coisas que podemos concluir sobre *x* somente por saber que a sentença *x predicador y* é verdadeira.

Para as preposições temos que o papel temático atribuído ao argumento dessa preposição só pode ser estabelecido a partir da composição do predicador com seu complemento, mais a composição desse predicador complexo com o verbo predicador da sentença; (...) (BERG, 2005, p.50).

De acordo com Berg (2005), só dessa maneira é possível estabelecer exatamente o conteúdo semântico do papel temático atribuído ao complemento da preposição *com*. Em seção anterior, ao fazer o levantamento dos sentidos das preposições fortes e fracas, a autora já nos adianta tal fato: ao apontar para a diversidade de sentidos, observa não ser possível, muitas vezes, depreendê-los a partir da preposição isoladamente, porque, embora o sentido básico contribua para o conteúdo semântico do papel temático, é necessário considerar o sentido das expressões complexas. (BERG, 2005, p. 31). Dessa forma, considerando-se que as preposições fracas só têm seu sentido definido quando inseridas num contexto específico, a autora verifica que tais sentidos podem ser decorrentes: a) da composição com o verbo; b) da composição com o nome; c) ou de seu sentido próprio, neste caso, fundamental para a construção do sentido final da sentença. Tomando-se a preposição *com* como exemplo, temos

- (52) a1. A netinha saiu *com* a avó. (sentido de companhia)
 a2. A netinha colaborou *com* a avó. (sentido de favorecimento)
- b1. O aleijado caminhou *com* a bengala. (sentido de instrumento)
 b2. O aleijado caminhou *com* medo. (sentido de modo)
- c1. Rosinha desfilou *com* a bateria de Padre Miguel. (sentido de companhia)
 c2. Rosinha desfilou *na* bateria de Padre Miguel. (sentido de lugar)
 c3. Rosinha desfilou *para* a bateria de Padre Miguel. (sentido de favorecimento)
 c4. Rosinha desfilou *até* a bateria de Padre Miguel. (sentido de um ponto limite)

Dessa forma, o PP *com* + DP, seja complemento ou adjunto, só é interpretado plenamente levando-se em conta o ambiente sintático.³⁶ Considerando-se tal ambiente e, dentro do quadro teórico adotado, Berg (2005) conclui que todas as preposições podem ser funcionais ou predicadoras.

³⁶ Embora se depreenda dessa preposição o sentido básico de *co-presença* (cf. BECHARA, 2001, p.298).

2.2.2.3 Farias (2005)

Sobre a questão da atribuição composicional de papel- θ , Farias (2005), examinando a natureza categorial das preposições *a*, *para* e *em* em contextos estruturais com verbos do tipo *ir* e *chegar*, busca demonstrar que elas não são somente funcionais, ou realizadoras de Caso, nem único núcleo temático, como as que são cabeça de adjunto. O autor considera tais preposições como do tipo *half-way*: em tais contextos, assumindo-se que o PP é o complemento de V, e que P atribui Caso inerente ao seu complemento, o papel- θ vai se dar composicionalmente a partir do complexo V + P, o que vem a reforçar o traço “*half-way*”. A análise do autor é de que o PP é subcategorizado por V e, sendo s-selecionado por V, não precisa receber Caso dessa categoria; o DP, sim, é que recebe caso de P, seu regente mais próximo. Este DP recebe função- θ de maneira composicional: é atribuída por P e por V^0 .

Farias (2005) compara preposição realizadora de Caso (em construções que considera como de OD preposicionado, conforme ocorre com o verbo *obedecer*) com preposição cabeça de adjunto, afirmando que a primeira, vazia de significado e apenas satisfazendo uma operação sintática, não se presta a variação, pois sua realização não implica alteração do papel temático do DP complemento, e pode ser apagada, como em (53); já em construções em que a preposição é cabeça do PP adjunto, e, portanto, única responsável pelo Caso e papel- θ , a mudança de preposição é possível e acarreta mudança de papel- θ ; em tais contextos, a preposição não pode ser apagada, como indica (54 c.):

(53) O João não obedece os pais.

(54) a. O João trabalha em Lisboa. (papel- θ Locativo)

b. O João trabalha para Lisboa. (papel- θ Benefactivo)

c. *O João trabalha Lisboa.

Daí, segundo o autor, o *status* de preposições fracas, vazias, *colourless*, que se confere às preposições realizadoras de Caso e de preposições fortes, lexicalmente plenas, *colourful* que se atribui às que são cabeça de adjunto.

Quanto às preposições *half-way*, Farias (2005 p.156) afirma que se comportam ora como lexicais, ora como funcionais, ora apresentam comportamento misto, o que de qualquer modo fortalece a hipótese de que há uma gradação quanto ao traço + ou – lexical da categoria preposição; quanto mais dependente do verbo, mais funcional é a preposição.

Farias (2005) afirma que a motivação para tratar como *half-way* as preposições *a*, *para* e *em* nos contextos com verbos *ir* e *chegar* não se sustenta só na sintaxe. O autor assume que os papéis- θ são relevantes para a sintaxe e defende que o traço categorial *half-way* das preposições *a*, *para* e *em*, nos contextos citados, advém de propriedades lexicais dos núcleos predicadores V+P na estrutura temática; este traço não é legitimado configuracionalmente, mas tem a ver com propriedades lexicais advindas dos núcleos temáticos V+P nos diferentes contextos. Farias (2005) defende que uma diferença entre estas preposições e as outras é a questão da subespecificação da função semântica atribuída ao DP pelo complexo V+P; no caso da variação das preposições por ele estudadas, uma subespecificação do elemento locativo.

2.2.2.4 Oliveira (2002; 2004)

Oliveira (2004) aborda a realização da preposição *a*, com a eventual substituição por *em* ou *para*, porém, diferente do texto de Farias (2005), o estudo desta lingüista se propõe a analisar a mudança no uso da preposição como introdutora de adjuntos e complementos, com o intuito de investigar o processo de mudança, mais precisamente, a perda da preposição ‘a’. A autora faz sua análise observando a relação V \leftrightarrow PP em termos de atribuição / transmissão de papel- θ , atribuição / realização de Caso, em função de que propõe uma escala de gramaticalização da preposição. Os enunciados englobam sentenças com preposições introdutoras de adjuntos e complementos de verbos de movimento, verbos dativos, causativos, perceptivos transitivos e verbos com objeto direto preposicionado; os dados são extraídos de cartas enviadas a jornais e de anúncios publicados em jornais do séc. XIX.

Oliveira (2004, p.3), tal como Berg (1998)³⁷, recorre ao conceito de “bare-NP adverbs”, de Larson (1985), caso em que a preposição, não atribuindo papel- θ , tem a função de tornar visível o traço [+F], ou seja, apenas dá realce a um traço semântico do próprio NP. No caso do enunciado em (55), a autora afirma que esta proposta apenas dá conta do papel temático secundário [Locativo], intrínseco no Nome Paris:

(55) *Eu vim _____ Paris.

³⁷ Cf. 2.2.2.2

Daí, a autora, pautando-se na distinção entre papéis temáticos primários (Agente, Tema, Alvo, Fonte e Meta), obrigatoriamente atribuídos, e papéis secundários (Benefactivo, Locativo), que podem ser atribuídos ou não, atribui a agramaticalidade de (55) ao fato de, com a ausência da preposição, não se marcar o papel- θ primário [META] ou [FONTE] do complemento-NP do verbo de movimento.

Oliveira (2002) já discutira esse enunciado, estabelecendo um paralelo com

(56) *Eu gosto ___ doce.

A autora observa que, se em ambos houver topicalização do PP, a agramaticalidade de (55) permanece com a ausência da preposição, o que não ocorre se a mesma transformação ocorrer em (56). Para explicar tal fato, ela inicialmente cita Berg (1998), para quem a preposição só pode ser apagada se subcategorizada pelo verbo, o que ocorre em (56)³⁸, mas não em (55), evidenciando o fato de a atribuição de papel temático não depender apenas da preposição. Oliveira (2002) cita ainda Ouhalla (1991), que defende que a preposição tem a função de transmitir e não de atribuir papel temático, função que fica a cargo do Verbo ou do Nome: estes atribuem papel- θ ao PP, que o transmite ao NP.

Esta análise, no entanto, como o afirma a autora, não explica por que a preposição não pode ser apagada na posição canônica (55), enquanto isto é permitido no caso de o sintagma preposicionado ser topicalizado (cf. (58)), e se é possível neste caso, por que não ocorre o mesmo em:

(57) *___ Paris eu vim.

Para a autora, a gramaticalidade de (58) decorre do fato de termos aí uma preposição “dummy”³⁹, que, sem conteúdo gramatical pleno, não atribui papel- θ , apenas realiza Caso:

(58) ___ Doce eu gosto.

³⁸ Trata-se de posição diferente da de Kato (2003) (cf. 2.3.2.2) para quem a omissão de P (e o conseqüente Caso *default* que o DP aí possui) decorre de o verbo *gostar* selecionar um DP, mas, na impossibilidade de atribuir Caso, precisa de P para realizá-lo.

³⁹ “Dummy”: tipo de palavra que não tem conteúdo semântico intrínseco, mas que é usada simplesmente para satisfazer exigência estrutural de que uma certa posição na estrutura seja preenchida (RADFORD, 1997, p.505)

Dentro desse universo, Oliveira (2004) distingue as preposições que têm função relevante na atribuição de papel- θ , seja como atribuidoras, seja como transmissoras, das que são apenas realizadoras de Caso, as preposições *dummy*.

Oliveira (2004, p.4-5), analisando a preposição “a” em complementos verbais, parte do trabalho de Scher (1996), que identificou duas classes de verbos cujo argumento interno tem função sintática de objeto indireto: (i) os que só ocorrem com a variante [para], os quais não admitem a omissão de P, como ocorre em

(59) ler o livro para o filho

e (ii) os que admitem a alternância [a] / [para], os quais se subdividem em dois grupos: os que não permitem a omissão da preposição (60) e os que a permitem (61):

(60) escrever uma carta para/ ao amigo

(61) entregar um livro para/ ao pai // entregar ___ o pai um livro

A impossibilidade de omissão da preposição em (59) e (60) é creditada ao fato de que estes verbos, podendo aparecer sem a presença obrigatória do objeto indireto, não prevêem este constituinte, um argumento Alvo, em sua grade temática. A preposição tem, nestes contextos, um conteúdo semântico: trata-se de predicado de um lugar que atribui ao seu argumento o papel Alvo; daí, a ausência da preposição torna a sentença agramatical, na medida em que haverá um argumento sem papel- θ e sem Caso. Estes PPs comportam-se, pois, como os adjuntos. Já em (61) a omissão é possível, e, para a explicação desse fato, Scher (1996, *apud* OLIVEIRA, 2004, p. 4) adota a proposta de Larson (1988) para o objeto duplo do inglês e afirma que verbo e preposição descarregam o papel Alvo; dessa forma, a preposição pode ser apagada⁴⁰ tendo em vista que apenas atribui o Caso.

Oliveira (2004, p. 5) propõe o quadro:

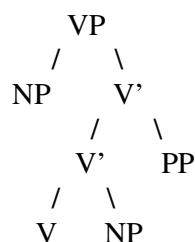
Quadro 1: Função Sintática do Nome X função da preposição (papel- θ e Caso)

ADJUNTO	COMPLEMENTO	OD preposicionado
+Temático	-Temático	-Temático
+Caso	+Caso	-Caso
P = Atribui Caso abstrato		P = Realiza caso morfológico

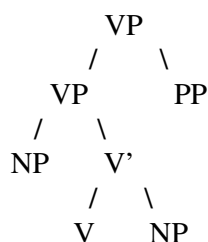
⁴⁰ Oliveira (2004, p. 5) observa que “a preposição está presente sintaticamente, mas é lexicalmente nula”.

em que representa a escala de gramaticalização da preposição “a”. A escala estabelece como menos gramaticalizada a preposição com a dupla função de atribuir Caso e papel- θ ao DP na função de adjunto, um elemento externo à estrutura argumental da sentença. Na posição intermediária, Oliveira (2004) enfoca o DP complemento, um constituinte sentencial, como dependente de preposição para a atribuição de Caso, enquanto o papel- θ é atribuído pelo Verbo. Já no OD preposicionado⁴¹, o DP é analisado como não dependente da preposição para a atribuição de Caso e de papel- θ ; a preposição apenas realiza caso morfológico. Oliveira (2004) assume que, por assemelhar-se às desinências, esta preposição *dummy* é uma espécie de afixo sintático. A autora refere-se ainda à diferença entre adjunto e complemento quanto à posição na estrutura frasal, conforme registram os diagramas arbóreos em (62) e (63):

(62) Posição de PP complemento:



(63) Posição de PP Adjunto:



Oliveira (2004) justifica pela teoria do Caso a realização zero com verbo monoargumental *em termos de argumento interno*⁴², já que este verbo pode atribuir Caso ao DP, não sendo, pois, a preposição crucial para a atribuição de Caso. De fato, em quinze enunciados citados pela autora, houve a ocorrência de quatorze dados com a variante [zero]. Entretanto, a nosso ver, em casos semelhantes, há que se considerar a possibilidade de objetos incorporados, possibilitando a falsa classificação de verbo biargumental como monoargumental; é o que a própria autora nos mostra, comentando o único dado de verbo monoargumental com a variante [para] (cf. OLIVEIRA, 2004, p.12 (41)):

(64) É a primeira vez que me aventuro, a escrever para um jornal (RJ79)

⁴¹ A noção de OD preposicionado não se faz clara nos textos, uma vez que abarca tanto os termos assim definidos na GT, como *encontrar a* (cf. RAMOS, 1989), quanto aqueles que são tradicionalmente classificados na GT como indiretos, como *obedecer a* (FARIAS, 2005), que na oralidade costumam se realizar sem a preposição; acresça-se a isso o fato de que, pela definição dada (não subcategorizar complemento PP), pode abarcar aqueles que só se realizam com preposição, pelo menos em posição canônica, como *precisar* e *gostar*, (cf. RAPOSO, 1992; KATO, 2003).

⁴² Grifo da autora.

Oliveira (2004, p.12) considera aí a existência de “um objeto incorporado (escrevi uma carta), o que nos leva a rever o número de argumentos desse verbo, que parece se comportar como os biargumentais”. De qualquer forma, ela afirma que a monoargumentalidade é, conforme sugerem os dados, um fator relevante para o apagamento da preposição.

Ao tratar dos verbos biargumentais, em que se considera a substituição de “a” por “para”, Oliveira (2004) refere a questão do papel- θ , e cita Figueiredo Silva (ms), segundo a qual o argumento com papel Alvo ocupa posição interna à estrutura verbal, enquanto aquele com papel Benefactivo é projetado fora do VP, como os adjuntos (cf. (62) e (63): o PP complemento seria o de papel- θ Alvo e o PP adjunto, o Benefactivo).

Oliveira (2004) constata a inexistência de casos de omissão de preposição com os verbos de movimento e a consequência do apagamento da preposição que precede o argumento com função dativa: este passa a ser interpretado como Acusativo. Trata-se de uma mudança condicionada pelo número de argumentos do verbo, e que leva a uma reanálise do objeto indireto, que passa a ser analisado como objeto direto, conforme se evidencia pela apassivação e pela presença de clíticos Acusativos; daí Oliveira (2004, p.23-24) afirmar que “a preposição nula não tem o papel de dar Caso ao NP” e concluir que este tipo de mudança, o apagamento da preposição, se iniciou nas estruturas mais gramaticalizadas.

2.2.2.5 *Torres Morais e Berlinck (2002)*

O trabalho dessas linguistas tem por objetivo a caracterização do objeto indireto, assim como a distinção entre este e os complementos Oblíquos; para isso analisam estruturas do espanhol, comparando-as com as do PE e também do PB. Retomando a perspectiva histórica da substituição da morfologia de casos pelo emprego de outros recursos para expressar relações, dentre eles o emprego de preposições, focalizam os problemas que advêm para a análise dos componentes da oração, em especial do objeto indireto. Com relação a este termo, destacam a questão da descrição do estatuto das preposições que o introduzem, assim como a caracterização do OI como DP ou PP e se referem à necessidade de se considerar, como ocorre com relação a outras funções, tanto o contexto da estrutura argumental do predador, como o fenômeno da subcategorização verbal.

Quanto à preposição que introduz o OI, Torres Morais e Berlinck (2002, p.3) afirmam ser possível isolar as propriedades que distinguem as preposições *a* e *para* nos contextos Dativos, acrescentando que os sintagmas introduzidos por *para* não se incluem na

classe dos OIs em fatos do espanhol e do português, concentrando-se, neste último, os problemas quanto a essa preposição introdutória.

Ao afirmar que o problema está em que não se faz uma distinção entre a preposição *a* plena, com conteúdo semântico, e a preposição *dummy* especializada em marcar OIs, Torres Morais e Berlinck (2002, p. 6) destacam que, enquanto a preposição que introduz OI é meramente funcional, sem atribuir função temática, a preposição *a* plena é item lexical e seleciona tanto complementos Oblíquos quanto adjuntos circunstanciais variados. A seguir referem o ponto de vista de Bechara, para quem a preposição que introduz OI é ‘*a*’, e não ‘*para*’. As próprias autoras, entretanto, reconhecem que ele se baseia no PE, e não no PB, onde há não apenas a tendência em substituir a preposição *a* por *para* com os verbos ditransitivos de “transferência” ou “movimento”, como também a substituição do clítico *lhe* pelo Oblíquo *a ele / a ela*.

No que diz respeito à estrutura de subcategorização verbal e à s-seleção, Torres Morais e Berlinck (2002) citam Mateus e outros (1991), que distinguem o OI das funções sintáticas oblíquas (cf.2.2.2.1); estas podem, dependendo da natureza do predicado, ser caracterizadas como argumentos opcionais ou nucleares, expressando uma variedade de relações semânticas, tais como Instrumento, Comitativo, Benefativo, Tempo, Duração, Frequência, Locativo, Situacional, Direcional, Causa, Fim. Os constituintes Oblíquos são regidos por uma preposição que marca sua função semântica e os verbos que determinam esse esquema são, em geral, verbos com regência preposicional, selecionando preposições específicas, tais como os verbos *confundir*, *partilhar*, *repartir*, que selecionam a preposição **com**; *afastar*, *aproximar*, *esconder*, que selecionam **de**; *converter*, *enfiar*, que selecionam **em**; *distribuir*, *substituir*, *trocar*, que selecionam **por**. Ainda conforme Mateus e outros (1991), em frases do tipo

- (65) a. Cortar [as folhas [das árvores]]_{OD}
 b. Limpar [o pó [da mesa]]_{OD}

observa-se a “*incorporação*” à grade argumental do verbo do adjunto Genitivo do DP-OD, ou seja, o OI aparece com predicadores empregados como de dois lugares, predicadores estes que são, na verdade, de três lugares, uma vez que estas frases originam-se de

- (66) a. Cortar [as folhas]_{OD} [às árvores]_{OI}
 b. Limpar [o pó]_{OD} [à mesa]_{OI}

Torres Morais e Berlinck (2002) discutem o estatuto categorial do OI como DP ou PP, definição que está relacionada com o papel atribuído à preposição *a*, que obrigatoriamente introduz o termo.

Nesse ponto, Torres Morais e Berlinck (2002) recorrem a Suñer (1988), que, estudando o comportamento dos PPs e DPs no espanhol, conclui que OIs não são PPs, e sim DPs⁴³. Quanto à tipologia do OI no espanhol, destacamos a referência às dificuldades em se estabelecer o estatuto do OI como argumento selecionado pelo verbo ou não: a par de complementos selecionados pelo verbo, sempre introduzidos por *a*, nunca por *para*, há os complementos não previstos na grade argumental do verbo, mas que compartilham um conjunto de propriedades formais definidoras do complemento. Tais complementos originam-se em estruturas que se relacionam com o verbo expressando papéis- θ variados e que sofrem transformações, passando a ser introduzidas por *a* e incorporando-se à grade argumental dos verbos, confundindo-se com os complementos.

Quanto ao PE, as autoras registram como argumento a favor da hipótese de o OI comportar-se como um DP, além do fato de o clítico Dativo *lhe* não poder estar associado aos Oblíquos (como o complemento de *pensar*, por exemplo), o comportamento das estruturas de controle; estas evidenciam que o OI é o controlador de PRO em (67 a.), em oposição ao PP, ou complemento preposicionado, em (67 b.), conforme Duarte (1987):

- (67) a. Permitiram ao João_i [PRO_i apresentar o trabalho mais tarde]
 b. Combinei com o João_i [PRO*_i/j ir ao cinema]

A discussão que ocorre sobre o espanhol, em torno do estatuto do OI como argumento selecionado pelo verbo ou não, permanece no estudo dos fatos no PE: também neste é necessário estabelecer-se distinção entre OI “argumental” e “incorporado”.

Quanto aos fatos do PB, Torres Morais e Berlinck (2002) registram que, sendo a cliticização usada como teste para identificar / caracterizar o OI, e havendo no PB reanálises relacionadas ao sistema pronominal, a ponto de ser este um dos aspectos mais marcantes a separar o PE do PB, grande parte da discussão acerca do OI centra-se na questão pronominal. Afirmam as autoras que, em decorrência das diferenças existentes entre os sistemas pronominais do PE e do PB, a questão é entender como se deu a criação das novas estratégias para expressão dos valores Dativos.

⁴³ Ponto de vista semelhante, portanto, ao de Meisel (1973), conforme veremos adiante (cf. 3.4.1).

Torres Morais e Berlinck (2002) fazem referência às revisões feitas por Chomsky na Teoria do Caso (cf. 2.2.1.3) e observam que não há divergências quanto a se considerar Casos inerentes as funções oblíquas, mas não há consenso quanto ao Dativo; estas linguístas, no entanto, assumem o Dativo como Caso inerente, e, com relação à preposição *a*, que o introduz, Torres Morais e Berlinck (2002, p. 21) afirmam que será entendida como um mero marcador superficial⁴⁴ de Caso, já que o papel- θ é atribuído ao DP-OI pelo verbo juntamente com o Caso inerente.

Com relação às preposições em geral, Torres Morais e Berlinck (2002) chamam atenção para a relevante distinção entre preposições lexicais e funcionais, na medida em que somente as primeiras caracterizam-se como predicados, com o poder de selecionar argumentos e lhes atribuir um papel- θ ; tal papel- θ do DP provém do núcleo nominal ou preposicional que o introduz e, como exemplo, as autoras citam a preposição *para*, que tem estatuto de predicador por ser núcleo de um PP complemento, subcategorizado pelo verbo, e por “colaborar” com este na atribuição de função- θ ao DP por ela selecionado. É o que acontece no enunciado em (68) em que a preposição *para* atribui o papel- θ Benefativo:

(68) José deu um livro *para Maria*⁴⁵.

Torres Morais e Berlinck (2002) acrescentam que, sendo a preposição núcleo de um adjunto, ela é a única responsável pela atribuição da função- θ ao DP, como ocorre em

(69) Joana saiu *com o Luís*.

(70) João cortou o bolo *com a faca*.

(71) José viajou *para São Paulo*.

Em (69), *com* atribui função Comitativa ao DP *Luís*; em (70), essa preposição atribui função- θ Instrumento e em (71), a preposição *para* atribui função semântica Direção.

A singularidade do OI está em que, embora em alguns casos se apresente como um argumento selecionado por verbos de determinada natureza, em outros, é uma função incorporada a verbos que não a selecionam em sua estrutura argumental. Pela incorporação, constituintes externos ao verbo, como Benefativos, Locativos, Possessivos, ou dependentes de

⁴⁴ Trata-se, portanto, de realizador de Caso.

⁴⁵ Em se tratando de colaboração entre verbo e nome na atribuição de papel- θ , consideramos que, em (68), o Benefativo é atribuído pelo verbo, papel- θ presente também com a realização da preposição *a* e que a preposição *para*, ao atribuir Caso inerente Oblíquo ao DP, atribui papel- θ Meta / Direção.

nomes e adjetivos, se convertem em OI autênticos. Esta promoção leva a um rearranjo gramatical, com a presença obrigatória do *lhe* e preposição *a*.

Torres Morais e Berlinck (2002) defendem a associação entre tais singularidades e as reanálises ocorridas no sistema pronominal do PB e citam Raposo (2000), para quem a forma pronominal *lhe* está desaparecendo do PB porque a preposição *a* está sendo substituída por *para*, que, como preposição plena, atribui Caso Oblíquo junto com um papel- θ ; isto leva à perda da propriedade do verbo de atribuir Caso inerente ao argumento. O emprego da forma *a ele* nos contextos Dativos pode ser entendido como uma reanálise do OI como uma função oblíqua na presença dos verbos ditransitivos. Há, portanto, uma reanálise no PB quanto à propriedade lexical dos verbos de atribuírem Caso inerente Dativo e papel- θ . O OI, ao perder, no PB, as características gramaticais que o identificam como Dativo, passa a ser analisado como Oblíquo, ganhando o estatuto de PP, introduzido por *a* ou *para*.

2.2.2.6 Ramos (1989) ⁴⁶

Ramos (1989) aborda a realização da preposição *a* como introdutora de DPs Acusativos no PB, realização esta que pode ser vista como uma variante, dentre outras, da função gramatical de objeto direto. Tendo em vista que em nosso trabalho não enfocamos este constituinte, destacamos do texto dessa autora apenas considerações relevantes acerca da preposição. A autora trabalha com a noção de adjacência na realização de Caso, baseando-se em Chomsky (1986), que propõe sejam descritos como realização de Caso, além da adjacência propriamente dita, as marcas de Caso (“desinências”) e os marcadores *dummy*, estes últimos preposições semanticamente vazias que não alteram o *status* nominal de DPs por elas introduzidos.

Nesse quadro teórico, a preposição *a* seria “uma realização ‘morfológica’ de Caso, equivalente à adjacência e ainda uma marca flexional” (RAMOS, 1989, p.85). Sua pesquisa revela, entretanto, que a variante sem preposição, em todos os períodos de tempo, não só concorre com a variante *a SN Acusativo* [+ a], mas também se mostra como a preferida. De acordo com Ramos (1989), a marcação preposicional de DP Acusativo tende a ser menos produtiva em função de o processo de realização “morfológica” de Caso tender a ser cada vez mais restrito.

⁴⁶ Embora não gerativista, este texto aqui se inclui em função da relevância do seu conteúdo, que reforça as idéias anteriormente expressas.

Esta análise é estendida aos DPs Dativos. Considerando-se que a adjacência desfavorece a variante [+a] e que, no quadro da GG, a preposição que precede DPs Dativos é descrita como marcador *dummy*, poder-se-ia prever que DPs Dativos, quando adjacentes, deveriam apresentar variação quanto à presença ou ausência de preposição *a*. Isto, porém, na visão de Ramos (1989), não ocorre, o que ela demonstra no par abaixo:

- (72) a. Ele deu *ao* Pedro o presente.
 b. *Ele deu o Pedro o presente⁴⁷.

Embora considere este contraste um problema, a autora observa que a preposição *a*, nos dados que levantou sobre DP Dativos, não só apresentou frequência muito baixa (27 em 100 ocorrências), mas também parece estar em variação com outras preposições, como *para* introduzindo Dativos. Para Ramos (1989 p. 91), parece haver no PB preferência pelas “preposições fortes”, daí o problema acima seria aparente, pois “os Dativos no PB parecem apresentar uma tendência a não serem introduzidos por marcadores *dummy*”.

2.3 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Constatamos nas gramáticas tradicionais o enfoque da preposição como item relacionador, cujo conteúdo semântico, nulo ou quase nulo, está na dependência de outros constituintes. Entretanto, não são abordagens coincidentes na íntegra, como vimos. Quanto aos constituintes preposicionados, observamos haver divergências taxionômicas, em razão das diferentes interpretações acerca das relações entre eles e o termo antecedente. É o que avaliamos nesta seção, procurando fazer o cotejo com as discussões de lingüistas gerativistas.

I. Sobre preposições:

Os gramáticos em geral focalizam a preposição estabelecendo a relação entre um antecedente (termo A) e um conseqüente (termo B), sem considerar que o sentido tanto da preposição quanto do PP pode advir de diferentes tipos de relacionamento que a preposição pode ter na estrutura A — P — B, conforme explora Berg (2005).

⁴⁷ Scher (1996) encontra construção semelhante em dialeto mineiro, como vimos acima (cf. 2.2.2.4).

Lima (1998), por exemplo, tecendo considerações acerca do papel das preposições, registra que, na estrutura formada de A + P + B, o núcleo é o termo A, tendo este termo o sentido restringido pelo termo B. Deduz-se daí que este pode ser o responsável pela circunstância expressa. Nos enunciados a seguir, em que se empregam preposições do tipo “fracas”, verificamos que seu ponto de vista se aplica às diferenças existentes entre os enunciados em (73) e (74), mas não explica as diferentes informações contidas nos enunciados em (75):

(73) Fiz o bolo com manteiga.

(74) Fiz o bolo com Maria.

(75) a. Vim *de* Salvador.

b. Vim *a* Salvador.

Nestes enunciados, observamos que, embora a função- θ se evidencie de forma composicional, em (75 a. e b.) os traços Fonte vs. Meta se realizam na preposição, conforme Oliveira (2002).

Bechara (2001, p. 297) relaciona vários contextos compostos de A + P + B, dos mais diversos tipos, com o intuito de demonstrar a variedade de classes gramaticais a desempenhar a função de um (o termo subordinante) ou de outro (o termo subordinado). Assim é que, apenas no tocante à preposição *de*, o autor registra as expressões em (76), sem comentar a diversidade do significado e dos papéis desempenhados pela preposição.

(76) a. livro de história

e. casa de Pedro

b. alguns de vocês

f. pulou de contente

c. necessito de ajuda

g. gosta de estudar

d. ai de mim!

Apenas como exemplo das discussões que se suscitam, observe-se o resultado da elipse da preposição em “necessito ajuda” e “pulou contente”: aparentemente não há conseqüências semânticas e/ou sintáticas, uma vez que, em ambas, a expressão se dá sem problemas; entretanto, enquanto no primeiro estamos diante de um caso de complementação verbal⁴⁸ em que a preposição é, não raro, elidida, no segundo há a perda da relação de causa estabelecida pela preposição. Dessa forma, a preposição, neste caso como cabeça de adjunto

⁴⁸ Trata-se de complemento relativo, de acordo com Lima (1998) e Bechara (2001). Acresça-se, ainda, que se trata de um verbo idiossincrático (cf. RAPOSO, 1992, P. 370).

adverbial, funcionaria como predicador. No entanto, as restrições de seleção advêm do verbo, tendo em vista que este seleciona Adjetivo / Nome com traço [+ESTADO PSICOL.]: pulou *de felicidade, tristeza, raiva, medo, alegre, nervoso*; mas **feio, *branco, *beleza*.

Conclui-se, então, que, mesmo como cabeça de adjunto adverbial, a preposição pode ou não ser predicador isolado; no caso em análise, há a composição de verbo + preposição como atribuidores do papel- θ Fonte. Diferente é o que ocorre com os casos em que o constituinte B é o que determina o papel semântico. Assim, enquanto em (77) o termo sublinhado tem função semântica Instrumento, decorrente do DP *a faca*, em (78) o termo em destaque tem função semântica Companhia, advinda do DP *a Rosa*.

(77) Cortei o pão com a faca.

(78) Cortei o pão com a Rosa.

Cunha e Cintra (1995) propõem uma classificação das relações estabelecidas pelas preposições em função de haver maior ou menor intensidade significativa das preposições, classificação que retomamos no quadro-síntese abaixo:

Quadro 2: classificação das relações estabelecidas por P

	Rel. FIXAS	Rel. NECESSÁRIAS	Rel. LIVRES
função relacional	-	+	-
conteúdo significativo	-	-	+

Mas o que podemos constatar é que não se consideram as preposições que encabeçam adjuntos. Estas poderiam ser consideradas como *livres*, enquanto possuidoras de significado pleno; mas aí elas não se encaixam, uma vez que são predicadoras: descrevem uma situação, selecionando argumentos — e este aspecto de forma alguma se coaduna com a descrição da função das preposições nas relações livres (cf. 2.1.2). Quanto a estas, os autores já indicam que sintaticamente não têm função, de vez que o verbo subcategoriza um argumento do tipo DP e a preposição é recurso de valor estilístico, apenas com a função de realçar as idéias já presentes no contexto. (cf. CUNHA e CINTRA, 1995, p. 548). Constata-se, portanto, um ponto de contato com o que Bechara (2001) afirma acerca da *preposição como posvérbio* (cf. 2.1.1).

II. Sobre as relações sintáticas – o Objeto Indireto:

Quanto às relações sintáticas, a divergência mais evidente ocorre entre a classificação assumida por Cunha e Cintra (1995) por um lado e as de Lima (1998) e Bechara (2001) por outro, pois, enquanto estes distinguem OI de complementos relativos e circunstanciais, aquele engloba os complementos verbais preposicionados sob o mesmo rótulo de OI, sendo as circunstâncias analisadas como adjuntos adverbiais. Trata-se, a nosso ver, de um enfoque simplista, coincidente com os conceitos tradicionalmente acatados pela didática de Língua Portuguesa. Além disso, em Cunha e Cintra (1995), não há, em relação ao OI, um ponto de vista único. No capítulo 7, que trata dos complementos verbais, são identificados como OIs complementos preposicionados dos mais diversos verbos, sem que haja restrição quanto à preposição que os introduz — embora nos exemplos só se registrem constituintes encabeçados por *de*, em sua maior parte, por *a* e *com* (desta apenas um exemplo); a relação de enunciados inclui verbos como *duvidar de*, *necessitar de*, *convencer-se de*, *esquecer-se de*. Já no capítulo 15, ao tratarem do emprego de preposições, os autores afirmam que o OI “em geral introduzido pelas preposições *a* ou *para*, corresponde a um ‘movimento em direção a’, coincidente com a base significativa daquelas preposições” (CUNHA e CINTRA, 1995, p. 546), numa definição em que se aproxima dos outros autores.

No entender de Lima (1998) e Bechara (2001), considera-se OI o termo introduzido por *a* ou *para* representando o *ser animado* beneficiário da ação expressa pelo verbo; já o complemento relativo é analisado como um termo que mantém com o verbo relação semelhante à do objeto direto, excetuando-se o fato de ser introduzido por preposição.

Intencionalmente deixamos para esta seção a caracterização do objeto direto (OD) em função da necessidade de cotejar os constituintes preposicionados com este termo, cuja característica [- P funcional] é referida pelos gramáticos em geral. Estes conceituam OD como o constituinte comutável pelos pronomes *o* (*s*), *a* (*s*), que designa o ser sobre o qual recai ou ao qual se dirige a ação verbal, ou seja, corresponde ao paciente da ação; Bechara (2001) acrescenta ainda os aspectos ordem (à direita do verbo) e concordância (não influir na flexão do verbo).

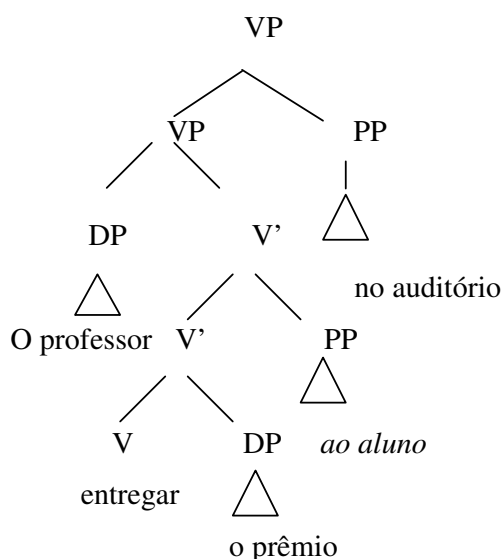
Ressaltamos o enfoque, tanto por Lima (1998) quanto por Bechara (2001), do OI como um termo que difere do objeto direto na relação estabelecida com o verbo: o OI é um termo que integra a função predicativa exercida por *verbo + argumento* (*objeto direto* ou *complemento relativo*); ele se agrega ao predicado após a delimitação da semântica verbal; sua posição, pois, fora do predicado leva Lima (1998, p. 249) a identificá-lo mais como um

complemento da *oração* do que como complemento do verbo (cf. 2.1.1.1). De forma semelhante, Bechara (2001, p. 422), considera que o OI “fica, nos esquemas sintáticos, a meio caminho entre os verdadeiros complementos verbais e os adjuntos circunstanciais”. Retomando-se a análise de Oliveira (2004) e a representação arbórea por ela registrada (cf. 2.2.2.4), este ‘a meio caminho’ se concretiza, embora se evidencie, no diagrama, que o OI integra o VP, ainda que em adjunção a V’.

Veja-se (79 a), que teria a representação arbórea como em (79 b):

(79) a. O professor entregou o prêmio *ao aluno* no auditório.

b.



Comparem-se estas análises com a constatação feita por Torres Morais e Berlinck (2002) acerca da reanálise do OI em decorrência de mudanças no sistema pronominal e do emprego de *para* em lugar de *a*, havendo a incorporação da função oblíqua à estrutura argumental e a perda da capacidade do verbo de atribuir Dativo em função de *para* ser uma preposição plena. O emprego desta preposição de fato imprime outra leitura ao OI, uma vez que, com a preposição *a*, ocorre esvaziamento de conteúdo e a concomitante intensificação da função relacional, conforme o atestam Cunha e Cintra (1995) (cf.2.1.2.2).

Esta discussão acerca da preposição que introduz o OI foi aventada em Bechara (2001), a propósito do enunciado em (16), que reproduzimos em (80) (cf. 2.1.1.3):

(80) Alguns alunos compraram flores *para a professora*.

Bechara (2001) observa que o termo em destaque não pode ser considerado um OI, pois aí pode ser inserido um verdadeiro OI, conforme (81):

(81) Alguns alunos compraram flores *ao florista* para a professora.

Esta análise merece vários comentários. Em primeiro lugar, se levamos em conta a definição de OI como um signo léxico que se refere à pessoa “destinada ou beneficiada pela experiência comunicada” (BECHARA, 2001, p. 421), nos vem à mente a idéia de Alvo / Meta ou Benefactivo — papel- θ que visivelmente se ajusta ao constituinte *para a professora* e oposto ao que representa *ao florista*, cujo papel- θ é Fonte. Ressalte-se ainda que esta função semântica, no PB, se realiza por meio de preposição *de* ou *desde* (cf. BERG, 2005, p. 140-143), não *a*.

Consideramos que tal construção, em si, já não é pertinente ao PB, onde o termo *florista*, seria realizado preferencialmente como Locativo:

(82) Alguns alunos lhe compraram flores *no florista*.

Cremos não ser freqüente, no PB, a realização do verbo *comprar* com o constituinte Fonte e, se este é realizado, a preposição que se elege para introduzi-lo é *de*⁴⁹, não *a*, cuja realização nesta língua já se traduz problemática (cf. RAMOS, 1989; TORRES MORAIS e BERLINCK, 2002; OLIVEIRA, 2004):

(83) Comprei este livro *de Paulo*, que disse que não precisa mais dele.

Observe-se que, se o termo introduzido por *para* aparecer em posição de tópico, numa construção de Deslocamento à Esquerda⁵⁰, a expressão adquire mais clareza e se evidencia o papel temático Benefactivo (84), enquanto é no mínimo estranha a realização correspondente com o termo Fonte (85):

(84) Para a professora, alguns alunos lhe compraram flores.

⁴⁹ Reconhecemos ser problemático o emprego dessa preposição, pois acarreta freqüente ambigüidade entre os papéis- θ Fonte e Alvo / Benefactivo, como se observa em (i); caso seja pertinente, retomamos esta discussão:

(i) Comprei o livro de Paulo.

⁵⁰ Os conceitos Deslocamento à Esquerda, Topicalização e Topicalização Selvagem serão examinados no capítulo seguinte, quando abordamos o PP na periferia esquerda da oração.

(85) ?Ao florista, alguns alunos *lhe* compraram flores.

Note-se que *comprar*, não subcategorizando função- θ Fonte, não permitiria o apagamento da preposição; vemos também como possível uma fusão de funções semânticas e sintáticas, conforme análise feita por Torres Morais e Berlinck (2002), e daí a preferência pelo Oblíquo *no florista* e pela fusão de Dativo Alvo com Oblíquo Benefactivo em *para a professora*.

Observemos o que acontece se houver Topicalização dos termos preposicionados, com o apagamento de P (Topicalização Selvagem):

(86) ? *A professora*, compramos flores.

(87) * *O florista*, compramos flores.

Consideramos o enunciado em (86), embora marginal, interpretável, desde que amparado em contexto de realização; já com o enunciado em (87), isto não ocorre: aqui o OI topicalizado sem a preposição torna o enunciado agramatical. Isto acontece porque, enquanto se imprime ao PP em (86) a função semântica de Alvo / Benefactivo⁵¹, o PP em (87) não teria papel Fonte⁵², como se constata em (88) e (89), onde se substitui a estratégia de Topicalização pela de Deslocamento à Esquerda e a substituição do clítico *lhe* pelas formas pronominais *ele / ela*:

(88) *A professora*, compramos flores para *ela*.

(89) **O florista*, compramos flores a *ele*.

Na discussão acima, está latente o problema de, na GT, as análises se pautarem, em geral, em dados lingüísticos literários, segundo a norma culta, que segue o padrão do PE. Tal fato permite a assertiva de Bechara (2001) de que a preposição do OI é *a*, nunca *para*; daí, também, em Lima (1998, p. 249-250), ao se relacionarem exemplos de construções com OI, muitos nos soarem estranhos em decorrência da preposição selecionada, como se constata em:

(90) Ouvi essa história *aos meus avós*. (Ouvi-*lhes* essa história)

(91) “(...) mandou cortar a cabeça *a Adonias*”. (Vieira)

(92) “Beijou a mão *a el-rei* e saiu.” (Herculano)

⁵¹ Quanto à questão do Caso, examinamos tais fatos no cap. 4, em que analisamos os dados.

⁵² A nosso ver a leitura seria preferencial seria de Locativo, como em (i):

(i) No florista, compramos flores (lá).

Ressalte-se o que diz Ramos (1989) acerca da preferência no PB pelas “preposições fortes” (leia-se a substituição de “a” por “para”) e o fato de os Dativos, no PB, apresentarem a tendência a não serem introduzidos por marcadores *dummy*. Quanto a Ramos (1989) observamos que, embora haja pontos de contato com as abordagens de Oliveira (2004) e Torres Morais e Berlinck (2002) (cf. 2.2.2.4 e 2.2.2.5), há, em relação à primeira, divergência quanto ao julgamento de agramaticalidade de (94b), que reproduzimos em (93):

(93) *Ele deu o Pedro o presente.

Em Oliveira (2004), o verbo *dar*, pertencendo ao grupo dos que admitem a alternância [a] / [para], se incluiria entre os verbos que permitem a omissão da preposição, como ocorre em (61), reproduzido em (94):

(94) entregar um livro para / ao pai // entregar ___ o pai um livro

Quanto ao trabalho de Torres Morais e Berlinck (2002), ressaltamos a semelhança em relação às observações acerca das preposições *a* e *para* como introdutoras de OI, mas observamos a aproximação feita por estas autoras entre *para* e as funções oblíquas, não havendo, portanto, para estas uma correspondência exata entre ambas as preposições.

III. Sobre os constituintes Oblíquos

No quadro proposto por Oliveira (2004) para demonstrar a escala de gramaticalização da preposição (cf. Quadro 1), podemos observar que, em razão da preposição focalizada por ela em seu trabalho, não se exploram as diferentes faces do complemento verbal, decorrentes da diversidade no âmbito da seleção lexical, a qual implica uma relação diversificada entre o verbo e o PP. Entre tais argumentos, além do OI, com Caso Dativo, há também os constituintes Oblíquos, cuja relação gramatical com o verbo não é central, e que podem ser tanto argumentos obrigatórios do predicador verbal, como em (95)⁵³, quanto opcionais, como em (96) (cf. DUARTE, 2003b, p.294):

(95) O João pôs o livro [*na estante*]_{OBL}

⁵³ Correspondentes aos que Bechara (2001) chama complementos relativos.

(96) O João trouxe [*do Senegal*]_{OBL} uma estatueta.

Além desses dois tipos, há ainda os DPs complementos de alguns verbos idiossincráticos, DPs estes obrigatoriamente precedidos de preposição, da qual não se pode dizer que seja uma preposição verdadeiramente subcategorizada pelo verbo, como ocorre em

(97) Eu necessito [de [_{DP} um computador]].

A preposição aqui funciona como marcador Casual preposicional, uma vez que é inserida na estrutura sintática unicamente para marcar Casualmente o DP objeto direto, o que leva à omissão da preposição quando o complemento é uma oração finita, portanto não submetidas ao Filtro de Caso, conforme Raposo (1992, p. 370-371). Este autor analisa verbos do tipo *precisar* e *necessitar* como não atribuidores Casuais e adverte que, na medida em que o comportamento desses verbos “é excepcional (um verbo transitivo atribui normalmente Caso Acusativo), a informação de que não atribuem Caso tem de figurar na sua entrada lexical”.

A estes acrescentamos o verbo *gostar*, tendo em vista a frequência com que aparecem em contextos de Topicalização com apagamento de preposição⁵⁴, conforme atestam os dados que obtivemos no *corpus* (cf. cap. 4).

Kato (2003), quanto a casos de apagamento da preposição em posição-A', como

(98) *Esse livro*, o Pedro gosta _ .

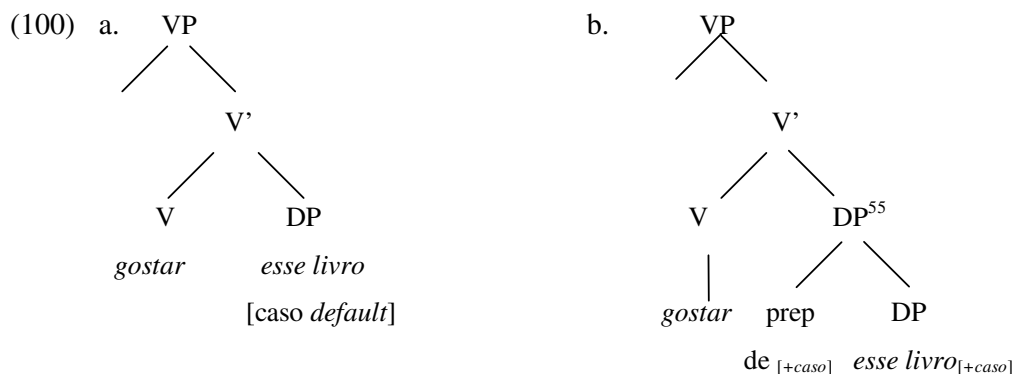
comenta que tal ocorrência não é um processo geral. Ela defende que este apagamento é possível com verbos que não podem atribuir Caso ao seu complemento, como *gostar* e *precisar*, e que, portanto, precisam de uma preposição como realizador de Caso; tal, no entanto, não acontece com verbos do tipo *depende*, que selecionam um PP como complemento, daí a agramaticalidade de

(99) **A Maria*, Pedro depende _ desde criança.

Kato (2003) propõe, como solução para a atribuição de Caso ao DP complemento do verbo *gostar*, que este DP pode ter Caso Oblíquo adicionado antes do *merge* ou ter caso

⁵⁴ Topicalização Selvagem, na terminologia de Duarte (2003c), construção que examinamos no cap. 3.

default. Na primeira hipótese, o caso deverá ser checado, o que só pode ser feito se a numeração contém uma preposição; esta, adjungida ao DP, fornece condições a que $V + \text{prep}_{[+Oblíquo]}$ e o $\text{DP}_{[+Oblíquo]}$ sejam checados, eliminando o traço de Caso, que é não-interpretável. O caso *default*, diferente do caso adicionado, ocorre com DPs em posições que não requerem checagem de Caso, como na posição de tópico marcado. Os diagramas arbóreos propostos para (98) são os registrados em (100 a. e b.):



Segundo proposta de Kato 1999 (apud KATO, 2003), cada língua escolhe um caso morfológico específico para seu caso *default* que aparece em posição de tópico ou predicado; no caso do português, este seria o Nominativo:

- (101) a. Sou EU.
 b. EU, eu bebo cerveja.⁵⁶

Tais questões nos servirão de base para a análise das ocorrências de PPs na periferia esquerda da sentença, quando lidaremos com preposições realizadas ou não, em contextos de complementação ou adjunção, o que se traduz em ambientes sintáticos com constituintes deslocados ou gerados no local.

⁵⁵ Observe-se que a natureza do complemento é de DP, e não de PP, daí a configuração do sintagma aparentemente fugir ao conceito de endocentricidade (apenas aparentemente, pois neste caso P não é a categoria lexical principal (na verdade, não é lexical, e sim funcional)).

⁵⁶ Enquanto no espanhol é também o Nominativo, o francês e o inglês elegem o Dativo:

- (iii) a. It's ME.
 b. C'est MOI.
 c. Soy YO.

- (ii) a. ME, I drink beer.
 b. MOI, je bois de la bière.
 c. YO, *pro* bebo cerveza.

CAPÍTULO 3

O SINTAGMA PREPOSICIONADO NA PERIFERIA ESQUERDA DA ORAÇÃO

Uma questão fundamental com que lida a pesquisa lingüística são as diversas possibilidades de se expressar um mesmo conteúdo. Um enunciado do tipo (1) pode ser expresso, por exemplo, de várias maneiras, como em (2):

- (1) Eu morro de medo de bicho.
- (2) a. De bicho eu morro de medo.
- b. Bicho, eu morro de medo. [03-17-EM]
- c. Eu, bicho, eu morro de medo.
- d. É de bicho que eu morro de medo (e não de assombração).

Estas diferentes formas de expressão são, conforme visão geral, relacionadas ao contexto em que são empregadas. Nos enunciados em questão, que não exploram todas as possibilidades de realização, constatamos o emprego do PP *de bicho*, em posições diversas, inclusive com alteração na forma, entre um PP e um DP (cf. (2.b, c.)), sem que haja mudança em sua relação sintático-semântica com o DP predicador *medo*.

Neste capítulo examinamos a ocorrência de PPs/DPs na periferia esquerda, buscando analisar o comportamento da preposição e a associação deste a aspectos semânticos, pragmático-discursivos¹ e sintáticos decorrentes da posição do constituinte (seja argumento ou adjunto). Na primeira seção tratamos da abordagem semântico-discursiva; na segunda seção, focalizamos aspectos ligados à abordagem sintática; na terceira, tratamos

¹ Referimo-nos aqui (e na totalidade desta dissertação) à noção de discurso conforme a Lingüística Textual, ou seja, do ponto de vista da construção do texto, tendo em vista aspectos contextuais (Cf. BENTES, 2001, p. 245-285).

especificamente de tópicos; na quarta, abordamos a questão dos tópicos paralela à dos adjuntos adverbiais em posição de tópico; na quinta seção, discorremos sobre a proposta de Kato (2003) para análise de complementos verbais topicalizados; na sexta e última seção registramos nossas considerações acerca de assuntos tratados no capítulo.

3.1 SOBRE A ABORDAGEM SEMÂNTICO-DISCURSIVA

Segundo enfoque da “estrutura da informação”, só é possível compreender totalmente determinadas propriedades formais das sentenças atentando-se para os contextos lingüístico e extralingüístico em que estas sentenças ocorrem. De acordo com Lambrecht (1996), a diversidade nas formas de expressão deve ser analisada sob a perspectiva da interação entre forma lingüística e estados mentais dos falantes e ouvintes; o autor, entretanto, adverte que estes estados mentais somente são relevantes para o lingüista na medida em que se refletem na estrutura gramatical. Para Lambrecht (1996, p.5), a estrutura da informação é um fator determinante da estruturação formal das sentenças e se define como:

That component of sentence of grammar in which propositions as conceptual representations of states of affairs are paired with lexicogrammatical structures in accordance with the mental states of interlocutors who use and interpret these structures as units of information in given discourse contexts ².

A transmissão de informação tem como suporte dois princípios, estabelecidos e constantemente alterados pelo falante: o da Presunção de Ignorância, que justifica a informação nova, e o da Presunção de Conhecimento, que serve de esteio a esta informação. A estrutura da informação intervém em todos os níveis do sistema gramatical orientados para o sentido³ e se manifesta formalmente em aspectos da prosódia, em marcadores gramaticais especiais, na forma dos constituintes sintáticos (o nominal, em particular) e na sua posição e ordem nas sentenças, na forma de construções gramaticais complexas e em certas escolhas entre itens lexicais relacionados. Uma análise sob a perspectiva da estrutura da informação está centrada na comparação entre pares de sentenças semanticamente equivalentes, mas divergentes formal e pragmaticamente.

² Aquele componente da gramática da sentença no qual proposições, como representações conceituais de situações, são emparelhadas com estruturas léxico-gramaticais de acordo com os estados mentais dos interlocutores que usam e interpretam estas estruturas como unidades de informação em dados contextos discursivos (tradução nossa).

³ No original: *meaning-bearing levels*.

Dentre as categorias da estrutura da informação — correspondentes aos condicionamentos internos na estruturação pragmática das proposições —, Lambrecht (1996) destaca como mais importantes:

- (i) PRESSUPOSIÇÃO e ASSERÇÃO: concernentes à estruturação de proposições em porções que o falante assume já ser ou não ser ainda do conhecimento de um destinatário;
- (ii) IDENTIFICABILIDADE e ATIVAÇÃO: relacionadas com assunções do falante acerca do *status* das representações mentais de referentes do discurso na mente do destinatário no momento da enunciação;
- (iii) TÓPICO e FOCO: que têm a ver com a avaliação do falante sobre a relativa ‘*predizibilidade*’ vs. ‘*impredizibilidade*’ das relações entre proposições e seus elementos em determinadas situações discursivas.

Lambrecht (1996, p. 76) distingue *identificabilidade e ativação* de *tópico e foco* apontando as primeiras como categorias de *memória e consciência* — tendo a ver com estados de representações dos referentes do discurso nas mentes dos participantes da conversação em diferentes momentos de um discurso — enquanto os últimos são categorias *relacionais*, concernentes a relações pragmáticas entre *denotata*⁴ e proposições em dados contextos. Um referente tido como *identificável* apresenta-se em um dos três estados de ativação: “ativo”, “inativo” ou “acessível”, com reflexos na codificação de informações, não só quanto a aspectos prosódicos (\pm acentuado), mas também, por exemplo, quanto ao emprego de pronomes e marcação de (in)definição.

Segundo Lambrecht (1996, p. 114), existe uma correlação entre a estrutura sintática das sentenças e as representações discursivas dos referentes, correlação esta determinada por um fator independente: a estrutura de TÓPICO e FOCO da proposição na qual o referente é um argumento. A posição de um sintagma nominal⁵ na sentença, portanto, terá influência na nossa percepção sobre o estado de ativação do seu referente: dependendo do papel pragmático desempenhado pelo constituinte (se tópico ou foco), será o referente interpretado como acessível ou não acessível. De acordo com o autor, existe uma relação, por

⁴ Com o termo *denotata* o autor se refere a expressões que designam não entidades ou estados de coisas — os referentes —, mas atributos ou relações, entre os quais podemos incluir adjetivos e preposições; exemplos no original: *small, in, went home* (LAMBRECHT, 1996:37).

⁵ Nosso trabalho enfoca o PP, que também pode se posicionar na periferia esquerda, seja como tópico ou como foco; ressalte-se que: (i) há a possibilidade de este PP se realizar como DP, com o apagamento de P; (ii) este DP, complemento de P, e o NP interno ao DP terão enfoque unificado em razão do estudo que aqui realizamos: como constituintes de PP ou como resultado de apagamento de P.

um lado, entre *acessibilidade*, a função *sujeito* e o *tópico* e, por outro lado, entre *inatividade*, a função *objeto* e o *foco*.

Esta dissertação, como tem sido aventado até aqui, privilegia a construção de *tópico*, e consideramos necessário esclarecer alguns pontos no tocante às noções acima referidas e aos conceitos de *sujeito* e *predicado* tradicional e comumente difundidos. Sob o ponto de vista da GT, a estrutura básica da oração consta de dois termos: *sujeito* (o ser de quem se diz algo) e *predicado* (aquilo que se diz do *sujeito*) (cf. LIMA, 1998, p. 234). Lambrecht (1996, p. 118) adota a definição de *tópico* que considera a relação de “ser sobre” (*aboutness*) entre uma entidade e uma proposição, o que o aproxima da definição tradicional de *sujeito*, mas ressalta que as duas noções não podem ser confundidas: *tópicos* não são necessariamente *sujeitos* gramaticais nem estes são necessariamente *tópicos*.

O *tópico* tem sido definido como expressão que funciona como “cenário de cena” (*scene-setting*) ou, conforme enfoque de Chafe (1976, *apud* LAMBRECHT, 1996, p. 118), como elemento que compõe uma estrutura espacial, temporal ou individual em que a predicação central se sustenta. Lambrecht (1996) observa que esta definição se aplica principalmente ao que Chafe denomina como *tópico* do tipo chinês⁶ e a certos sintagmas adverbiais frequentemente encontrados, em diversas línguas, em posição inicial da sentença⁷. Chafe (1976, *apud* LAMBRECHT, 1996) distingue o *tópico* assim definido de *sujeito-tópico* (este sendo um ponto de apoio onde “se prende” o novo conhecimento), distinção que, segundo Lambrecht (1996), objetiva diferenciar o *tópico-argumento*, integrado semântica e sintaticamente à relação predicacional da oração, como em (3), do *tópico* que é vagamente associado à proposição e cuja relação com esta é questão de ordem pragmática, como em (4)⁸.

(3) A sobremesa_i eu não comi *ec*_i

(4) A sobremesa, vou trazer sorvete do mercado.

A relação entre *tópico* e *sujeito* é, na visão de Lambrecht (1996), extremamente forte no nível do discurso, com importantes conseqüências no nível da gramática. De acordo com este autor, da mesma forma que *sujeitos* são *tópicos* não-marcados, a articulação *tópico-comentário* é, do ponto de vista pragmático, uma sentença não-marcada e, comunicativamente falando, a articulação pragmática mais útil. Ressaltamos sua observação de que é mais usual

⁶ Seguindo a descrição de Li & Thompson (1976), que comentamos adiante.

⁷ Trata-se, pois, de abordagem relevante, tendo em vista nosso objeto de estudo.

⁸ Os exemplos sem indicação referencial, como os que aqui registramos, são nossos; quando transcritos dos textos referidos, indicamos a fonte.

ao falante veicular informações sobre entidades já dadas no discurso do que identificar argumentos em proposições abertas, introduzir novas entidades no discurso ou falar sobre eventos inesperados. Justifica-se, assim, nosso enfoque primordial ser as construções de tópico, embora não descartemos as de foco que por ventura apareçam; incluímos, também, as estruturas adverbiais, estendendo a observação de Chafe (1976, *apud* LAMBRECHT, 1996) sobre as construções que compõem uma estrutura espacial, temporal ou individual em que a predicação central se sustenta para circunstâncias em geral posicionadas na periferia esquerda.

3.2 SOBRE A ABORDAGEM SINTÁTICA: A DIVISÃO DO CP

As pesquisas em estruturação sintática de orações, assim como sobre fenômenos de deslocamentos no interior de orações, conduziram à identificação de vários planos estruturais sintagmáticos dentro da projeção oracional. Há um plano central, nuclear, de predicação: trata-se da camada lexical, encabeçada pelo verbo, onde tem lugar a s-seleção e atribuição de papel- θ ; acima desta, há um domínio flexional, encabeçado por núcleos funcionais, camada esta responsável não só pelos traços flexionais (por exemplo, tempo, modo, aspecto), mas também pelo licenciamento de traços argumentais como Caso e concordância. O plano mais elevado, do complementizador, encabeçado por morfema funcional livre, é a camada conhecida como *periferia esquerda* da oração; esta hospeda não só diversos elementos do tipo operadores, como pronomes interrogativos e relativos, mas também elementos com propriedades relacionadas ao discurso, como tópico e foco.

Rizzi (1997), na esteira da partição da projeção IP numa série de projeções funcionais (Agr, T, Asp)⁹ e da postulação de um VP com estrutura complexa (núcleo interno VP e a concha vP mais externa) para abrigar verbos com múltiplos argumentos, propõe a divisão do CP numa estrutura assim articulada:

(5) ForceP.....TopP.....FocP.....TopP.....FinP..... [IP.....

onde se constata posições específicas para construções de tópico e foco; melhor dizendo: noções da estrutura da informação estão associadas a posições específicas na arquitetura sintática da sentença.

⁹ Agr: traço de concordância (do inglês *agreement*); T: traço de tempo; Asp: traço de aspecto.

Rizzi (1997, p. 282), retomando o que defende Chomsky (1993), ressalta que o movimento sintático (que significa a formação de cadeias não-triviais)¹⁰ é “último recurso”, ou seja, só é desencadeado para satisfação de certas exigências do tipo morfológico dos núcleos. Daí não pode haver deslocamento livre para posição anterior ou adjunção gratuita ao IP; qualquer movimento para a periferia esquerda é motivado pela satisfação de algum critério¹¹, portanto, pela presença de um núcleo que entra na configuração de Spec-núcleo com o sintagma anteposto.

3.2.1 O sistema-C: especificação de Força-Finitude

De acordo com Rizzi (1997), o sistema-C (do complementizador) funciona como uma interface entre o conteúdo proposicional (expresso pelo IP) e uma estrutura superordenada (uma oração mais alta ou, no caso de sentença matriz, uma articulação de discurso) e, como tal, espera-se que transmita pelo menos dois tipos de informação: uma voltada para o exterior e outra para o interior da sentença. A primeira, a que Rizzi (1997) se refere como Força, pode advir de seleção por um constituinte mais alto e expressa o tipo de oração (se declarativa ou interrogativa, relativa ou adverbial, etc.); à segunda, Rizzi (1997) se refere como a especificação de Finitude e contém informações referentes ao interior da sentença, mais especificamente, em relação ao sistema IP: existem regras de concordância entre C e I, que se refletem, por exemplo, na escolha do complementizador (*que*, para sentenças finitas; uma preposição, no caso de infinitivas). O autor destaca, entretanto, que, enquanto IP é considerado uma extensão do VP, CP não é uma extensão do IP, pois, por mais que reflita propriedades de flexão (*inflectional*), estas não são codificadas como morfologia verbal: expressam-se por meio de morfemas funcionais (*que*, etc.), com caráter mais nominal que verbal, que freqüentemente se assemelham a pronomes demonstrativos, elementos *wh*, etc.

3.2.2 O sistema TÓPICO-FOCO

¹⁰ A noção de *cadeia* corresponde à representação da história do movimento de um argumento; a cadeia não-trivial é constituída de DP movido por mais de uma instanciação da regra Mover DP (ou seja, a cabeça e a cauda ocupam diferentes posições).

¹¹ Rizzi (1997) explica o movimento por meio de Criteria (retomando Rizzi, 1991, dentre outros): os traços não são apenas checados e eliminados, pois determinam a interpretação da categoria que os possui e dos seus constituintes imediatos; os traços funcionam como marcadores de escopo para sintagmas com força quantificacional numa configuração local, etc.

Além do sistema força-finitude, que expressa relações de seleção entre um sistema-C e sistemas estruturais acima e abaixo, o sistema-C pode abrigar funções geralmente independentes de restrições de seleção: a articulação tópico-comentário e a articulação foco-pressuposição.

O TÓPICO, segundo a definição de Rizzi (1997, p. 285),

is a preposed element characteristically set off the rest of the clause by ‘comma intonation’ and normally expressing old information, somehow available and salient in previous discourse¹².

O comentário corresponde a uma sentença aberta que predica acerca do tópico introduzindo uma informação nova. Por outro lado, o FOCO, também anteposto, mas portando acento focal, é que introduz a informação nova, enquanto a sentença aberta expressa informação já dada contextualmente ou que o falante pressupõe ser do conhecimento do ouvinte. O tópico é ilustrado em (6), onde se registra uma construção de Topicalização, e o foco em (7), onde a caixa alta reflete o acento focal:

(6) *Your book, you should give t to Paul (not to Bill).*

Seu livro, você deveria dar t para Paul (não para Bill).

(7) *YOUR BOOK, you should give t to Paul (not mine).*

Seu livro, você deveria dar t para Paulo (não o meu). (RIZZI, 1997, p. 285, (1) e (2))

A proposta de Rizzi (1997) é de que as duas articulações são expressas pelo usual esquema X-barras das representações sintáticas, conforme (8) e (9) abaixo:

(8)	TopP / \ XP Top' / \ Top° YP	(9)	FocP / \ ZP Foc' / \ Foc° WP
-----	--	-----	--

XP = tópico

YP = comentário

ZP = Foco

WP = Pressuposição

¹² É um elemento anteposto, caracteristicamente destacado do resto da oração por ‘entonação de vírgula’ e normalmente expressando informação velha, de algum modo disponível e proeminente em discurso prévio (tradução nossa).

Neste esquema, Top° define uma espécie de predicação mais alta, dentro do sistema Comp, e sua função é análoga à de AgrS, que, no sistema IP, configuracionalmente conecta um sujeito e um predicado, com a diferença de que o primeiro, em sendo uma predicação mais alta, envolve um especificador em posição A'. De forma análoga, um núcleo Foc° toma o foco como seu especificador e a pressuposição como seu complemento.

Rizzi (1997) ressalta que: (i) o movimento dos constituintes, sob Critério de Tópico e Critério de Foco, ocorre como “último recurso”, daí não poder haver movimento para a periferia esquerda envolvendo adjunção livre ou opcional a IP; (ii) enquanto o sistema força-finitude é parte essencial das estruturas oracionais, o sistema tópico-foco estará presente somente se houver um constituinte portando traços de tópico ou foco a serem licenciados por um critério (ou checagem de traços, na terminologia de Chomsky (1993), esclarece o autor) e devem terminar em uma configuração Spec-núcleo com Top ou Foc, respectivamente. O sistema-C, a fim de se relacionar com as diferentes exigências de seleção, tem força-finitude, respectivamente, como seus limites superior e inferior, ficando o sistema tópico-foco “ensanduichado” entre estes limites, como se vê em (10):

(10)Force.....(Tópico).....(Foco).....Fin..... IP.....

Quanto aos advérbiais, Rizzi (1997) registra sua discordância em relação à análise mais comumente aceita de que há adjunção ao IP (ou S) do advérbio anteposto, análise esta que também é assumida para a topicalização de argumentos. Segundo o autor, tanto o argumento topicalizado quanto o advérbio se movem para TopP, com a diferença de que o argumento, quando topicalizado, envolve a mediação de um operador. Tal operador anafórico nulo se posiciona no Spec imediatamente inferior e assegura a conexão com a posição aberta na sentença; já o advérbio se move da sua posição-base ele mesmo, sem necessidade de postular movimento de OP nulo¹³; sendo o movimento “último recurso” e não havendo adjunção gratuita a IP ou a qualquer outra categoria na sintaxe aberta, postula-se um núcleo Top (projetando um sintagma) para simples advérbios antepostos. Rizzi (1997) defende seu ponto de vista contra a simples adjunção a IP com outro argumento, este sustentado em exemplos, demonstrando empiricamente a impossibilidade de adjunção a outros prováveis sítios, como, por exemplo, entre modal e VP, como em (12), ou ao CP total, como em (13):

¹³ Rizzi (1997) observa que, se for advérbio do tipo oracional, pode ser gerado no sistema Top.

- (11) Around Christmas, John will come home.
Por volta do Natal, John virá para casa.
- (12) *John will, around Christmas, come home.¹⁴
John vai, por volta do Natal, vir para casa.
- (13) *I think , around Christmas, that John will come home.
Eu acho, por volta do Natal, que John virá para casa.

Segundo abordagem criterial, o movimento dos advérbios (assim como de argumentos) se dá para uma posição periférica a IP, uma vez que TopP é um componente do sistema-C, entretanto, Rizzi (1997) chama atenção para o fato de que o movimento de constituintes (advérbios ou argumentos) não pode ser para posição externa ao marcador de Força *que*, já que o verbo mais elevado seleciona especificação de Força (frases declarativas ou interrogativas), e não TopP.

3.3 SOBRE O TÓPICO

Conforme afirmamos na introdução a esta dissertação, o nosso ponto de partida para a análise do comportamento da preposição em PPs / DPs na periferia esquerda da oração foi a construção de tópico marcado do tipo registrado em (14), que Duarte (2003c) denomina Topicalização Selvagem:

- (14) Cerveja, eu gosto.

Como tópico marcado entende-se o constituinte que exerce papel discursivo de tópico (tópico frásico) sem exercer a relação de sujeito gramatical. Li & Thompson (1975), ponto de referência para trabalhos acerca de Tópico, relacionam as características desse tipo de construção, algumas já abordadas nesta dissertação (cf. cap. 1), e também das línguas com proeminência de tópico (Tp), as quais apresentam determinados aspectos que fazem do PB uma língua no mínimo com proeminência de tópico e sujeito, conforme Pontes (1987), igualmente um referencial para discussões sobre essa construção no PB. Em 3.3.1 discorreremos sobre as características desse tipo de construção e sobre as línguas com proeminência de tópico; em 3.3.2 registramos a tipologia das construções de tópico marcado.

¹⁴ Embora no PB esta realização não seja tão agramatical quanto no inglês, tendo em vista a flexibilidade daquele em relação à ordem de constituintes, também não se pode dizer que seja boa ou de uso corrente.

3.3.1 Características das construções de tópico e das línguas Tp

Li & Thompson (1975) caracterizam o tópico a partir das diferenças em relação ao sujeito, com base na estrutura básica da oração, composta de sujeito + verbo + objeto. Para estes autores, o tópico tem por características: (i) a definitude¹⁵; (ii) a não necessidade de relação seletional com o verbo; (iii) independência em relação ao verbo (o que significa a não ingerência deste no estabelecimento da relação papel- θ – função sintática do DP tópico); (iv) constância no papel funcional: “the topic is the ‘center of attention’; it announces the theme of the discourse”¹⁶ (LI & THOMPSON, 1975, p.464); (v) a (quase) inexistência de concordância do verbo com o tópico (em decorrência de (ii) e (iii)); (vi) a posição: no início da S; (vii) a não atuação em processos gramaticais internos à sentença, do tipo reflexivação, passivização, entre outros.

São, pois, características que, conforme Pontes (1987, p. 21), indicam ser o tópico dependente do discurso, enquanto o sujeito o é da sentença.

Li & Thompson (1975) apresentam uma série de características das línguas consideradas como Tp (de tópico proeminente); destas, as que consideramos estar presentes nas questões aqui analisadas são o fato de que tais línguas apresentam: (i) codificação na superfície para o tópico (que pode ser um morfema *ou uma determinada posição* (grifo nosso)); (ii) a construção duplo-sujeito, evidência mais clara da estrutura tópico-comentário¹⁷; (iii) ausência de restrições ao constituinte em posição de tópico, fato fartamente documentado por Pontes (1987), que fornece exemplos de sentenças em que o tópico corresponde a diferentes funções na S (objeto direto, objeto indireto, adjunto adnominal, complemento nominal, adjunto circunstancial, sujeito).

3.3.2 O Tópico: tipologia

Neste trabalho, baseamo-nos na tipologia de Duarte (2003c) para o PE, cotejando-a, aqui, com estudos que enfocam o PB¹⁸.

¹⁵ Em se tratando de PP, no caso da definitude, deve-se levar em conta o DP complemento de V.

¹⁶ O tópico é o ‘centro da atenção’; ele anuncia o tema do discurso (tradução nossa).

¹⁷ Este ponto e o anterior serão examinados adiante, quando se explora a tipologia dos tópicos.

¹⁸ Segundo Araújo (2006), na literatura sobre tópico, existem, pelo menos, duas classificações correntes: a deslocada esquerda clítica (CLLD) e a deslocada à esquerda (LD) (cf. CINQUE, 1990; RAPOSO, 1996). A estes processos acrescenta-se a Topicalização (cf. RAPOSO, 1996; LAMBRECHT, 1996; RIZZI, 1997;).

Duarte (2003c), tendo por base o PE, faz referência a cinco tipos de construções de tópicos marcados: Tópico Pendente, Deslocamento à Esquerda de Tópico Pendente (LD), Deslocamento à Esquerda Clítico (CLLD), Topicalização, Topicalização Selvagem.

A construção de Tópico Pendente tem por características: (i) ausência de conectividade entre o tópico e um constituinte no interior do comentário; (ii) o tópico pode ser um DP ou ser regido por preposição (*sobre*) ou locução prepositiva (como *acerca de*, *relativamente a*); (iii) a relação tópico-comentário somente obedece à Condição de Relevância (o comentário deve ser relevante acerca do tópico); (iv) no plano textual, funciona geralmente como estratégia de introdução de um tópico de transição. São construções do tipo:

(15) (*Quanto a*) **o debate de ontem à noite**, é forçoso reconhecer que há políticos que falam sobre um país que não conhecem.¹⁹ (DUARTE, 2003c, 492 (10) (a))

Orsini (2005) denomina tais construções Tópico-anacoluto, observando que apresentam apenas relação semântica com o comentário, que é uma sentença completa, e correspondem às ocorrências de duplo-sujeito a que se referem Li & Thompson (1976); a autora nos dá como exemplo

(16) **doce** eu gosto de gelatina, gosto de pudim... (ORSINI, 2005, p.1 (2))

O Deslocamento à Esquerda de Tópico Pendente (LD) é a construção do tipo

(17) a. **O Pedro**... me disseram que *ele* está morando em Londres.

b. ... **eu** ... estes filmes de terror *me* deixam assustada.

com as seguintes características: (i) grau de sintatização fraco, pois apresenta apenas conformidade de traços de pessoa, gênero e número entre o tópico e o constituinte interno ao comentário; (ii) a Condição de Relevância se dá na forma de co-referência que se expressa nestes traços; (iii) no plano textual, funciona como estratégia de retomada de elementos de pergunta sobre o constituinte-tópico; assim (17 a), por exemplo, seria a resposta natural a uma pergunta como “*Você tem notícias do Pedro?*”.

¹⁹ Colocamos entre parênteses a locução prepositiva, para indicar o caráter opcional de seu emprego.

De acordo com Orsini (2005), esta construção se caracteriza pela presença de um pronome-cópia no comentário (18 a.); Vasco (2005), entretanto, propõe que o constituinte interno com o qual se estabelece a co-referência pode ser de outras espécies, além de pronome-cópia: um SN idêntico (18 b.), um SN anafórico (18 c.):

- (18) a. **Você_i** eu_i te pego. (ORSINI, 2005, p.1 (2))
 b. **Planos_i**, eu não faço *planos_i*. (VASCO, 2005, p.1 (06))
 c. **Recuperação_i**, *isso_i* não existe. (VASCO, 2005, p.1 (03))

A Topicalização é a construção de tópico marcado cujo constituinte conectado com o tópico é obrigatoriamente uma categoria vazia, como em

- (19) a. **O Pedro**, ninguém convidou [-] ?
 b. Acho que **desse material**, ninguém tem necessidade [-] agora.

Esta construção apresenta as seguintes características: (i) o tópico exhibe propriedades de conformidade referencial, categorial, casual e temática com um constituinte interno ao comentário; (ii) o tópico é recursivo; (iii) não se limita a contextos de frase-raiz (cf. (19 b.) e (20 b.)); (iv) a posição do tópico em frases-raiz é à esquerda de constituintes em Spec, CP (20 a.) e, nas sentenças encaixadas, à direita de Comp (cf. (19 b.) e (20 b.)); (v) é compatível com movimento wh- (20 a.):

- (20) a. **Sobre literatura**, com quem Pedro conversa?
 b. Maria disse que **sobre literatura**, Pedro conversa com a namorada.

Além disso, o fato de a categoria vazia licenciar lacunas parasitas²⁰ sugere que se trata de uma variável originada por movimento na sintaxe visível, como se verifica em (21):

- (21) a. (?) Este é o criminoso [a quem]_i [_{STop} **a liberdade**, nós não podemos conceder [-] [v]_i de modo algum].

²⁰ Dá-se o nome de *lacuna parasita* ao constituinte não-visível (e₂, em (i)), cuja existência é licenciada pela presença de outro elemento também nulo (e₁, em (i)) (cf. HAEGMAN, 1996, p. 473,474):

(i) Poirot is a man [_{CP} whom [_{IP} you distrust e₁ [_{CP} when [_{IP} you meet e₂]]]].

- b. (?) [Que romance]_i é que o João disse que [_{STop} à **Maria** tinha oferecido [v]_i [-] no Natal]? (DUARTE, 2003c, p. 500, (36) (a) e (b))

No plano textual, conforme o estatuto do constituinte topicalizado e o tipo de oração em que ele ocorre, a Topicalização pode introduzir um tópico novo (22 a.), funcionar como estratégia de progressão temática (22 b.) ou servir para pôr em contraste a predicação acerca do tópico com a predicação expressa na fala anterior (22 c.):

- (22) a. E **carne**, você come [-]?
 b. Você come *mariscos*?
 Não, *a mariscos* eu tenho alergia.
 c. Ele me disse que **você conhece** *este restaurante de comida natural*.
 Não, *este*, por acaso, eu não conheço [-].

A **Topicalização Selvagem** diferencia-se da Topicalização devido ao elemento deslocado, originalmente um PP, realizar-se como um DP, ou seja, no processo de topicalização ocorre o apagamento da preposição, como se verifica em

- (23) a. **Doces**, eu não gosto [-].
 b. **Esse material**, ninguém tem necessidade [-] agora.

Os constituintes apresentam conectividade referencial e temática, mas não conectividade categorial e casual em relação à posição de que foram extraídos; trata-se de construção que, de acordo com Duarte (2003c), ocorre tipicamente em contextos de frase-raiz, daí serem considerados agramaticais ou marginais os enunciados em (24 a. e b.), em contraste com os enunciados em (23 a. e b.)²¹:

- (24) a. */? Todos sabem que *doces*, eu não gosto.
 b. */? Eu acho que *esse material*, ninguém tem necessidade [-] agora.

Sobre Topicalização Selvagem, Duarte (2003, p. 501) afirma ainda que é aceita por falantes de norma culta sob a condição de a preposição suprimida, responsável pela

²¹ No PB, tais construções são, a nosso ver, perfeitamente aceitas.

ausência de conectividade categorial e casual, ser “sem conteúdo semântico, com mero papel de atribuidora de Caso”, e aponta o contraste entre enunciados do tipo (24) com os exemplos:

- (25) a. **O João*, conversei [-] na festa. vs. *Com o João*, conversei [-] na festa.
 b. **Paris*, aterrei às dez horas. vs. *Em Paris*, aterrei [-] às dez horas.

A autora cita o fato de no PB oral serem aceitas construções paralelas às registradas em (25), o que ela exemplifica com os enunciados em (26), dois exemplos colhidos um em Pontes (1987, p. 33) e outro em Kato (1993, p. 230)²²:

- (26) a. Lingüista a gente não pode conversar mais [-] não.
 (cf. *Com lingüista a gente não pode conversar mais [-] não*)
 b. O seu regime entra muito laticínio [-].
 (cf. *No seu regime entra muito laticínio [-]*)

Em relação a construções desse tipo, Orsini (2005) cita trabalho anterior de Duarte que as considera topicalização de constituinte com função oblíqua sem preposição *seja esta mero marcador*²³ de Caso ou item semanticamente pleno (DUARTE, 1996 *apud* ORSINI, 2005; grifo nosso), diferente, pois, do que afirma Duarte (2003c), que ora consideramos.

Com relação às construções de tópico com preposição, Orsini (2005) faz referência à exigüidade de dados no *corpus* estudado²⁴, o que confirma tendência apontada por Vasco (1999), e comenta que a ocorrência de construções de tópico vinculadas a funções oblíquas sem preposição sugere que a estratégia não deriva de movimento e a aproxima da construção de *duplo sujeito* (anacoluto) do chinês.

Orsini (2005) faz referência a outro tipo de construção em posição de tópico, o **tópico-sujeito**, na verdade uma reanálise do tópico, que passa a valer como sujeito (inclusive em termos de concordância com o verbo), colaborando para a manutenção da ordem canônica

²² Além dos tipos relacionados, Duarte (2003c) cita o Deslocamento à Esquerda Clítico, que tem como característica principal o alto grau de sintatização em decorrência da conectividade entre o tópico e o clítico no interior de S. Tendo em vista não ser de uso corrente no PB, não nos alongamos em considerações sobre esta construção. Vasco (1999) inclui esta construção apenas entre as do PE e Orsini (2005), investigando as construções de tópico no PB, identificou quatro diferentes estratégias (tópico-anacoluto, topicalização, deslocamento à esquerda e tópico-sujeito) às quais, no decorrer do trabalho, acrescentou a Topicalização Selvagem; não houve, portanto, ocorrência de Deslocamento à Esquerda Clítico.

²³ Cf. 2.2.1.3, em especial, nota 25.

²⁴ Dados coletados no Projeto NURC-RJ, analisando amostras separadas por um intervalo de vinte anos.

do PB²⁵. São construções do tipo exemplificado em (27), nas quais o verbo impessoal tem a posição sujeito preenchida:

- (27) a. **Aquilo** venta, chove.
 b. **A Tijuca** já tem bastante prédio. (ORSINI, 2005, p.2 (7) e (8))

Em (27 b.), o verbo existencial possibilita dupla interpretação: (i) *A Tijuca tem...*, com o DP como autêntico tópico-sujeito; (ii) *(N)a Tijuca tem...*, em que temos uma circunstância adverbial, o PP [+Loc] que, na posição de tópico, se realiza com apagamento de P.

Acerca de construções do tipo **tópico-sujeito**, Pontes (1987, p. 86) comenta a reação de pessoas cultas, que recomendam sua “correção”; a autora, entretanto, considera que há diferença de significados entre as sentenças em (28) e as em (29), que corresponderiam à forma “correta”:

- (28) a. Essa casa bate muito sol.
 b. A belina cabe muita gente.
 c. Essa janela não venta muito.

- (29) a. Nessa casa bate muito sol.
 b. Na belina cabe muita gente.
 c. Nessa janela não venta muito.

Em (29), as sentenças são mais neutras, pois, em (28), a topicalização dos sintagmas adverbiais, que nesse processo perdem a preposição, resulta no preenchimento da posição de sujeito, daí o grau de impessoalidade ser menor. Pontes (1987, p. 86) analisa as sentenças em (28) como resultado de topicalização que transforma sintagmas adverbiais em sujeito das orações e elimina a preposição no processo.

Galves (2001) observa a reanálise do tópico como sujeito em construções do tipo exemplificado em (29 b.) e em

- (30) As revistas estão xerocando

²⁵ Na caracterização de tópico-sujeito, Orsini (2005) apóia-se em Decat (1989); esta autora, sem empregar a terminologia, registra não ter encontrado, no *corpus* diacrônico examinado, nenhuma ocorrência destas construções, o que a leva a concluir ser um fenômeno mais recente, caracterizando possivelmente uma mudança sintática (DECAT, 1989, p.119).

onde nenhum índice fonológico (pausa) ou sintático (ausência de concordância) faz distinção entre sintagmas nominais pré-verbais e um sujeito; em (30) constata-se a substituição da estrutura passiva²⁶ e a atribuição de uma referência ao sujeito nulo, ou seja, o constituinte *as revistas*, originalmente complemento interno de *xerocar*, é topicalizado e faz-se a concordância entre este constituinte e o verbo auxiliar [+T] (o que significa a substituição das estruturas *As revistas estão sendo xerocadas* e \emptyset *estão xerocando as revistas* pela estrutura em (30)).

Vasco (1999) examina casos de Topicalização de Oblíquo (Top.Obl.), com e sem realização de P, tanto no PB quanto no PE, como constamos em (31):

- (31) a. “... **do São José** eu gostava muito __ ...” (PB)
 b. “... porque **dos outros** já não há mais nada a esperar __ ...” (PE)
 c. “...mas **correr na praia** eu nunca tive hábito __ não”. (PB)
 d. “Eu só tenho fé na juventude... Esses é que sim, **esses** espero __ sempre tudo...” (PE)
 (VASCO, 1999, p. 110-111, (86), (89), (91) e (93))

e constata que somente 24% dos dados coletados na sua pesquisa apresentam preposição.

Ao analisar as construções de Tópico-sujeito, Vasco (1999, p. 111-114) aborda a questão de sintagmas nominais em função aparentemente locativa em posição de tópico²⁷, entre os quais se incluem os citados por Orsini (cf. (27 a., b.)), e registra que tais construções se assemelham a casos de Top. Obl. com sugestão da perda da preposição *em* que precede os constituintes topicalizados. Vasco (1999) também relaciona tais fatos ao fenômeno de preenchimento do sujeito: de acordo com o autor, os elementos-tema do discurso assumem a posição anteposta de sujeito, recebendo a concordância do verbo, havendo inclusive casos em que o verbo deixa de concordar com o sujeito posposto para concordar com o tópico:

- (32) Você vê, a cidade, duas horas **a cidade** some as pessoas²⁸. (VASCO, 1999, p.111 (86))

Uma questão que se coloca a partir dos questionamentos acerca dos fatos em (28) e (29) é a distinção entre tópicos e adjuntos, que registramos a seguir.

²⁶ Segundo Li & Thompson (1975), em línguas Tp a passiva ou não é usada ou é uma construção marginal.

²⁷ Entre os enunciados, o autor inclui um com informação temporal: “**Esse mês** tem dívidas internas vencendo”.

²⁸ Cf, comentários em 3.6 (*Considerações parciais*)

3.4 TÓPICOS E ADJUNTOS

No PB, são vários os problemas quanto à identificação exata do DP na periferia esquerda da oração. Quanto ao tipo de construção tópica, inclusive, já não é tão simples, pois em função da existência tanto de sujeitos quanto de objetos nulos, construções do tipo

- (33) **O Pedro**, (ele) ainda não chegou.
 (34) a. **O Pedro**, ninguém viu aqui na festa.
 b. **O Pedro**, ninguém (o) viu (*ec* / ele) aqui na festa.

admitem diferentes análises; (33), por exemplo, pode ser interpretado como exemplo de Deslocamento à Esquerda (LD) ou Topicalização do sujeito²⁹; o enunciado em (34 a.) nos permite três diversas interpretações, conforme (34 b.): Topicalização do objeto (com a posição de tópico ligada à *ec* em posição de objeto direto (OD)), Deslocamento à Esquerda Clítico e Deslocamento à Esquerda (LD) (em relação de co-referência, respectivamente, com o clítico *o* e o pronome *ele*, ambos elípticos). Além disso, segundo Leite e outros (1996), existe ambigüidade sintática de construções de tópico marcado com construções do tipo DP + S cuja interpretação é de foco marcado, como em (35):

- (35) O PEDRO ainda não chegou (não a Maria).

Estes autores comentam o fato de que, após o trabalho de Pontes (1987), passou-se a considerar a relação entre o DP tópico (antes considerado como adjunção por não participar da estrutura temática do verbo) e a sentença como relação sintática de predicação, sendo o tópico uma espécie de sujeito não-temático. Mas a questão que ora se coloca é quanto à classificação, às vezes arbitrária, do DP na periferia esquerda: como os adjuntos, com frequência, podem aparecer com a preposição não realizada fonologicamente (cf. ROCHA (1996)), estes podem ser considerados como tópicos, e vice-versa. Os autores citam como exemplos enunciados anteriormente classificados como tópicos ou adjuntos (cf. CALLOU e outros, 1993), em função da presença ou ausência da preposição³⁰:

²⁹ A existência de pausa, evidenciada na escrita por meio de vírgula, diferencia a construção de tópico-comentário da de sujeito e predicado.

³⁰ Aprofundamo-nos em tais questões adiante, ao examinarmos, entre outros aspectos, o traço [+F], proposto por Larson (1985).

- (36) a. **No Amazonas** por exemplo que nós estivemos em Manaus ah passamos uma tarde num lugar onde eles serviram uma refeição...
- b. **O Amazonas** é impressionante o número de frutas.
- (37) a. **Paris** eu fico na casa de um amigo.
- b. **Em Estocolmo** eu fico também no apartamento de um amigo.

(LEITE e outros, 1996: 323 (6) e (7))

Nestes enunciados, portanto, teríamos tópicos em (36 b.) e (37 a.) e adjuntos em (36 a.) e (37 b.).

De acordo com Kato (1991, *apud* LEITE e outros (1996))³¹, as construções antes tratadas separadamente como adjunto, tópico ou deslocamento à esquerda devem receber tratamento único; tais construções podem vir preposicionadas ou não, daí propõe-se que, para obedecer ao filtro de Caso, o DP inicial seja regido por um núcleo que pode ser fonologicamente nulo; dessa forma, tópicos e adjuntos teriam a mesma função, sendo a realização fonológica da preposição condicionada a determinados fatores.

No que tange ao emprego da preposição, Leite e outros (1996) constatam que: (i) os adjuntos sem preposição realizada são apenas os de Tempo, como em *esse ano, outro dia*, em que se apaga a preposição **em**; (ii) o PP em função de tópico com apagamento de P pode ter a função semântica de: a) Tema do nome, com o cancelamento da preposição **de**, como no exemplo *O comércio brasileiro... eu não chego a ter idéia*; b) Lugar onde / por onde, como em *Paris, eu não pago hotel; A BR 101, não precisa ir a Campos*, em que se apagam as preposições **em** e **por**, respectivamente; (iii) os adjuntos com P realizada têm função semântica de Lugar, Tempo ou Modo, sendo as funções de Causa, Aspecto, Condição, etc. privativas das formas oracionais. Demonstram, assim, que a ausência ou presença da preposição está realmente condicionada à função semântica do constituinte inicial.

Leite e outros (1996) registram que apenas um caso de tópico com preposição realizada pôde ser levado em conta, o que ocorre em:

- (38) De primeira classe hoje em dia nós temos poucas \emptyset (\emptyset = estradas)³²

(LEITE e outros (1996, p.334))

³¹ Infelizmente, não tivemos acesso à fonte original; ressaltamos que se trata de trabalho citado em dois textos que nos serviram de base teórica: além do acima citado, também em ROCHA (2001), neste, por sua vez, também *apud* LEITE e outros (1996).

³² Ressalte-se que a gramaticalidade desse enunciado está na dependência de contextualização. A propósito, destacamos que esta – a questão do contexto – se fez bastante presente nos dados que analisamos, principalmente no que diz respeito aos adjuntos adverbiais e nos constituintes com interpretações ambíguas.

Embora seja um caso isolado, os autores propõem como hipótese que, nos casos em que o constituinte na periferia esquerda tem a função semântica de tema do nome, o apagamento de P ocorre se o nome que é complementado está presente em sua forma plena, como ocorre em:

- (39) a. O comércio brasileiro... eu não chego a ter *idéia*.
 b. Verduras... na parte da Argentina nós não vimos *nada*.
 c. A televisão... é horroroso quando eles estão fazendo *programa*.

(LEITE e outros (1996, p.334))

Quanto à ausência ou presença de preposição, constatou-se também que:

I) não está correlacionada à existência de co-referente no interior da oração, pois:

(i) os adjuntos, com ou sem preposição, são sempre não-argumentais, não-vinculados a um co-referente pleno ou vazio no interior da oração; (ii) a presença de preposição em construções tópicas está vinculada a uma anáfora \emptyset (cf. (38)), enquanto tópicos sem preposição podem ou não estar vinculados a um elemento no interior da S; não sendo vinculados, são não-argumentais, e a distinção entre os dois tipos de construção é, de acordo com Leite e outros (1996, p. 335), “artificial e circular”;

II) não está condicionada ao constituinte à esquerda ser ou não vinculado a papel temático do verbo, “uma vez que só se verifica com o complementarizador (sic) de um nome” (LEITE e outros (1996, p. 335)), que, portanto, não é ligado a papel temático atribuído pelo verbo, semelhante ao que ocorre com os adjuntos.

Como podemos constatar, a classificação de PPs na periferia esquerda da oração apresenta dificuldades que advêm da identificação da grade temática de verbos e nomes e, em se tratando de DPs, os problemas se avolumam: além de lidarmos com o problema de verificar se se trata de adjunto ou argumento, há a questão de rotular o constituinte em PP ou não. Refletimos a seguir sobre esta última questão.

3.4.1 Adverbiais³³ na periferia esquerda da oração

Segundo Larson (1985, p. 600), “*traditional approaches to syntactic distribution have had little to say about adverbial syntax generally*”³⁴, fato que ele credita à não

³³ Incluem-se aqui advérbios, PPs que exercem função adverbial (seja argumento ou adjunto) e DPs que também exercem função adverbial (portanto, com P não realizada).

adequação dos adverbiais ao que se assumia nos estudos gerativistas anteriores à Teoria da Regência e Ligação, segundo os quais a distribuição de expressões em uma língua deve ser determinada por regras estabelecidas em termos de categorias sintáticas. A classe dos adverbiais, entretanto, não só não se estabelece por meios distribucionais, como abarca categorias diversas (AdvP, PP, S' e NP)³⁵.

Os problemas em lidar com a preposição em objetos e adverbiais são antigos, sendo o papel e comportamento da preposição um dos obstáculos à distinção entre complementos e adjuntos circunstanciais. Meisel (1973) aborda a dificuldade em se determinar adverbiais como internos ou externos ao VP, ou seja, se são subcategorizados ou não. O autor defende que, enquanto OIs são NPs na DS, sendo a noção de OI relevante apenas na SS³⁶, os constituintes adverbiais são PPs, os advérbios sendo pro-formas. O autor destaca que não há a categoria “advérbio” na estrutura subjacente (pois adverbiais e advérbios são PPs) e que tanto o critério de subcategorização quanto o teste “faz o mesmo”³⁷ mostram que alguns adverbiais são parte de VPs, como, por exemplo, os de DIREÇÃO, LUGAR e MODO. Meisel (1973) distingue estes, aos quais chama de “Adv”, de todos os outros adverbiais (os “Advb”), dos quais é difícil se chegar a uma lista exaustiva; entre estes, há subclasses (como TEMPO, MODO, LUGAR, INSTRUMENTO, FINALIDADE, DURAÇÃO e FREQUÊNCIA) e ainda sub-subclasses.

Explorando as relações sintáticas, Meisel (1973) afirma que o OI não é um termo definido na estrutura subjacente, uma vez que a preposição não indica uma relação crucial, seja para certos fenômenos sintáticos, como pronominalização, seja para a semântica. Segundo o autor, as informações sobre a função do complemento verbal não advêm de preposição; para questões envolvendo a relação entre o verbo e seu(s) objeto(s), o autor considera que a única fonte de informação relevante é o verbo em si mesmo, ou seja, a entrada lexical; às preposições aí presentes, que introduzem OIs, ele chama “de superfície”; o autor diferencia tais preposições das que são semanticamente independentes. A maioria dos verbos admite um número ilimitado de preposições deste último tipo, se eles participam de construções do tipo verbo + adjunto adverbial (*Advb-type*), como vemos em (40), assim como

³⁴ As tradicionais abordagens à distribuição sintática têm tido pouco a dizer sobre a sintaxe adverbial em geral. (tradução nossa)

³⁵ Com respeito ao rótulo NP em lugar de DP, cf. 2.2.2.2, nota 31.

³⁶ DS e SS: respectivamente, Estrutura Profunda (do inglês Deep Structure) e Estrutura Superficial (do inglês, Superficial Structure). No Programa Minimalista, tais conceitos não são considerados.

³⁷ Este teste (*o do so test*) verifica, através da substituição do sintagma verbal pela expressão “faz o mesmo”, se o constituinte está dentro ou fora do VP, já que o que ocorrer após a expressão estará fora deste sintagma.

existe variedade entre as preposições que introduzem PPs complementos verbais (*Adv-type*), conforme (41):

- (40) Meu amigo trabalha _ em São Paulo
 _ até às cinco horas
 _ com um martelo
 _ por interesse
- (41) Seus pais moram _ em São Paulo
 _ após aquela esquina
 _ sob aquele viaduto

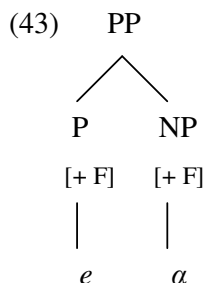
No que diz respeito às relações sintáticas, de acordo com Meisel (1973), os adverbais levantam problemas quanto à sua definição; eles não são uma categoria, pois são definidos em termos relacionais: sobre um PP como *em Roma* não se pode dizer que seja um adverbial ou um objeto, mas que *funciona* como objeto (42 a.), Adv (um adverbial argumento), como em (42 b.), ou Advb (adjunto adverbial), como em (42 c.):

- (42) a. Ele pensa em Roma
 b. Ele mora em Roma
 c. Ele trabalha em Roma (MEISEL, 1973, p. 229, (37 (i), (ii) e (iii), tradução nossa)

Meisel (1973) chama atenção para o fato de que o verbo é que carrega toda a informação de caráter relacional e a distinção entre as funções sintáticas do tipo “objeto” e as do tipo “adverbial” não é fundamental. O autor conduz sua argumentação no sentido de mostrar que as diferenças devem ser explicadas em termos mais semânticos do que sintáticos; conseqüentemente não é crucial a classificação de verbo transitivo como o que toma por complemento um objeto direto; o que vale ressaltar é que a entrada lexical do verbo conterà informação sobre o número de argumentos que ele pode tomar e sobre o caso que desempenham.

Uma questão que se desenhou acima foi a da preposição como introdutora de argumentos verbais (OIs) e de adverbiais (argumentos ou adjuntos); nesse contexto, um problema que se destaca é o da realização ou não de preposições que introduzem estes últimos constituintes.

Bresnan & Grimshaw (1978, *apud* LARSON, 1985) tratam os NPs adverbiais como PPs sem cabeça com a estrutura em (43):



em que F é Tempo, Locativo, Direção ou Modo.

A partir dessa estrutura, Bresnan & Grimshaw (1978, *apud* LARSON, 1985) têm por meta dar conta do aspecto dual dos NPs que ocorrem como advérbios. Quanto aos locativos, por exemplo, constata-se o seguinte: como, obedecendo ao princípio da indução de traços, qualquer traço que rotule uma categoria X também rotula todas as projeções mais altas de X, qualquer PP que tenha por núcleo P [+Loc] será PP [+Loc] e qualquer NP com núcleo N [+Loc] será um NP [+Loc]. Considerando que: (i) a inserção de itens nas estruturas é opcional; (ii) a gramática exclui estruturas de superfície que contêm nós não preenchidos com material lexical, (44 a. e b.) são estruturas que a gramática pode gerar, de acordo com (i), mas que seriam excluídas de acordo com (ii):



Para salvar os adverbiais sem cabeça, Bresnan & Grimshaw (1978) propõem uma regra de apagamento que suprime um nó P diante de NP que concorde com ele em traço [+Loc], conforme (45). Explica-se assim a gramaticalidade de (44 a.), em que, devido à concordância de traços [+F] entre P e NP, o primeiro é apagado, e a contrapartida agramatical (44 b.), em que não há a concordância de traços e, portanto, não ocorre o apagamento do nó P.

(45) Apagamento de P

P → \emptyset / — NP

[+F] [+F]

em que F é Tempo, Locativo, Direção, ou Modo

Larson (1985) também discute a questão de certos NPs (os *bare-NP adverbs*) poderem aparecer em posições sintáticas adverbiais em função do tipo de seu núcleo N:

(46) a. I saw John [that day].

Eu vi John aquela dia

b. John was headed [that way].

John foi conduzido (por) aquele caminho (LARSON, 1985, p.595, (1) a. e b.)

Larson (1985) lista advérbios desse tipo, que incluem modificador temporal (o tipo mais freqüente), modificador locativo, adverbial de direção e adverbial de modo, este último o de quantidade mais limitada. O problema com tais construções é seu aspecto dual quanto à forma interna (simples NPs) e funcionamento e distribuição de categorias adverbiais. Segundo o lingüista, nomes desse tipo possuem um traço [+F] que lhes permite atribuir Caso oblíquo aos NPs dos quais são núcleos. Assim, a agramaticalidade de (47 b.) se deve ao fato de *occasion* não possuir este traço, diferentemente de (47 a.), conforme observa McCawley (1988, p. 583, (2)):

(47) a. I've gone there many times.

Eu fui lá muitas vezes.

b. *I've gone there many occasions.

Eu fui lá muitas ocasiões.

Larson (1985) propõe o estudo dos adverbiais dentro da teoria da regência e ligação, que, diferente de estudos anteriores, não assume nenhum componente categorial independente, sendo a geração de sintagmas livre em DS e a informação sobre a boa ou má formação advinda dos princípios gerais que se organizam em subsistemas independentes, ou teorias. O autor baseia-se na teoria do Caso e no Critério- θ , e, por conseguinte, na questão da obrigatoriedade e opcionalidade das categorias; com relação aos adjuntos adverbiais, cujos papéis temáticos são opcionalmente atribuídos, a questão é quanto ao atribuidor desse papel:

por um lado pode ser V, por outro pode ser “livremente” atribuído e licenciado pela semântica das orações. Larson (1985) postula a regra (48), que se aplica opcionalmente e obedece às restrições semânticas semelhantes às que se aplicam na atribuição de papel- θ em geral; θ_{Temp} , por exemplo, só é atribuído a sintagmas temporais, e, de acordo com (48), pode ser atribuído a qualquer PP, NP, S', AdvP; o mesmo se dá com θ_{Loc} , θ_{Dir} , θ_{Modo} . A predição *default* dessa regra é que todos os sintagmas XP podem ocorrer como adverbiais, o que conduz ao questionamento acerca do que faz com que um NP seja impedido ou não de receber papel- θ adverbial.

(48) *Atribuição de Papel- θ Adverbial*

Atribua um papel- θ adverbial a α , em que α é qualquer sintagma.

Tendo em vista que, em obediência ao filtro de Caso, todo NP deve ter Caso, para dar conta dos *bare-NP adverbs*, que aparentemente não têm atribuidor, Larson propõe o traço [+F] que é gerado com esses nomes e permite a atribuição de Caso; esse traço gerado com o núcleo N é herdado pelo NP e lhe atribui o Caso Oblíquo. Para evitar *Case clash*³⁸, no caso de haver outra fonte de atribuição de Caso (se o NP ocorre em posição sujeito, recebe NOM de I; se ocorre em posição de objeto, recebe ACC do V), Larson (1985) propõe que a atribuição de Caso por traço [+F] é opcional, ou seja, a gramática é livre para ignorar marcação [+F] quando um genuíno atribuidor de Caso está presente.

Em suma, na proposta de Larson (1985, p. 607), o que distingue NPs aptos a funcionar como adjuntos sem cabeça não é *'hidden' categorical structure, but rather an intrinsic, lexically determined Case-marking*³⁹, o que o coloca em oposição a propostas de análise de NPs adverbiais como PPs, como em Bresnan & Grimshaw (1978) e McCawley (1988). Este último, que considera a proposta de Bresnan & Grimshaw (1978) acima *"a fairly baroque apparatus"*⁴⁰ (McCawley, 1988, p. 583), propõe que NPs adverbiais são de fato PPs tendo em vista que:

(i) partilham a mesma distribuição: o autor, apoiando-se na constatação de Jackendoff (1972) de que somente advérbios precedem V ou A, registra o fato de que NPs

³⁸ Colisão de Casos (provocada pela atribuição por diferentes fontes).

³⁹ Uma estrutura categorial oculta, mas sim uma intrínseca marcação de Caso lexicalmente determinada (tradução nossa).

⁴⁰ Um aparato positivamente barroco; o autor se refere à regra em (45).

adverbiais são normalmente excluídos dessa posição, como em (49) da mesma forma que acontece com PPs, como nos enunciados em (50)⁴¹:

(49) *Smith may have that day withdrawn his lawsuit.

Smith pode ter aquele dia retirado sua ação judicial.

(50) a. John carefully opened the window.

John cuidadosamente abriu a janela

a'. * John with care opened the window.

John com cuidado abriu a janela

b. John vigorously stirred the soup.

John vigorosamente mexeu a sopa

b'. ??John in a vigorous manner stirred the soup.

John em uma maneira vigorosa mexeu a sopa

(ii) a interpretação semântica de NPs do tipo *Tuesday, this manner, this direction* é idêntica à de PPs *on Tuesday, in this manner* e *in this direction*.

McCawley (1988) propõe que seja feita análise em termos de P zero de superfície, que, sem utilizar regras como as propostas por Larson (1985), postula um elemento que terá uma interpretação semântica em si mesmo e combinará com a interpretação semântica do seu objeto de acordo com princípios normais de combinação semântica; este P zero pode ser identificado com um alomorfe zero de uma preposição que ocorre com outros NPs como objetos e contribui para a interpretação semântica da mesma forma que P realizado:

(51) a. I'll be in Pittsburgh 0 next Tuesday.

a'. I'll be in Pittsburgh on Tuesday.

b. Let's go 0 this way.

b'. Let's go in this direction.

c. Vera lives 0 downtown area.

c'. Vera lives in the downtown area.

d. Ed went 0 home.

d'. Ed went to his apartment.

⁴¹ Não há, no português, a correspondente agramaticalidade, embora haja, de fato, outra ordem preferencial.

McCawley (1988) considera que um fator que Larson (1985) identifica como interferindo no uso do NP adverbialmente – a saber, o seu núcleo N – é, na melhor das hipóteses, um dos vários fatores que interagem na determinação do que os possíveis NPs adverbiais são, já que podemos encontrar nomes que combinam com certos determinantes e modificadores em NPs adverbiais, mas que, ao serem combinados com outros modificadores e determinantes, não produzem tais NPs. É o que se observa em:

- (52) a. We went there the same day.
 a'. We went there on/* \emptyset a subsequent day.
 b. I talked to Lucy that evening.
 b'. I talked to Lucy on/* \emptyset an evening in May.
 b''. I talked to Lucy one evening in May.

De acordo com McCawley (1988), portanto, a análise dos fatos não pode se restringir aos NPs, outros fatores tendo que ser levados em conta, tais como a presença de certos determinantes e adjetivos.

Rocha (1996), estudando os adjuntos sem cabeça no PB, além de Bresnan & Grimshaw (1978), Larson (1985) e McCawley (1988), cita Emmonds (1987), que diferencia categorias ausentes de categorias vazias, argumentando que as segundas, embora não pronunciadas, estão presentes sintaticamente, já que acarretam efeitos em seus vizinhos; tais efeitos são a principal justificativa para a postulação de elementos vazios. Considerando, por exemplo, que: (i) Spec (N) pode ser vazio se o plural for realizado em N (como acontece com nomes contáveis que podem ocorrer sem o Det plural); (ii) Spec (A) pode ser vazio se o comparativo for realizado em A (como ocorre, no inglês, com as terminações de comparativos e superlativos, respectivamente *-er* e *-est*, que alternam com o Spec (A) *more* e *most*), Emmonds (1987, *apud* ROCHA (1996)), propõe o princípio da categoria invisível: categorias fechadas podem estar vazias sob a condição de que sejam realizadas em suas irmãs frasais.

Segundo Rocha (1996, p. 347), a extensão desse princípio à categoria P aplica-se a língua cujo 'P vazio' tenha "traços de direção, locativo ou do próprio P realizados no SN de modo a originar números produtivos de pares de SNs que diferem fonologicamente somente em contraste, como +/- Direção, +/- P". Emmonds (1987, *apud* ROCHA, 1996), tal como Larson (1985) e Bresnan & Grimshaw (1978), defende a existência de traço especial [+F], que se origina nos nomes núcleos, como atribuidor de Caso nos NPs adverbiais sem cabeça; diferentemente destes autores, entretanto, considera que a atribuição de caso "através de F" é

indireta (um subcaso de regência), mais do que “por F”. De acordo com Rocha (1996), os adjuntos sem cabeça se dividem em duas categorias: aqueles que se realizam opcionalmente com e sem preposição⁴² e os que não admitem preposição aberta ou o alomorfe zero.

Cintra e Pezatti (2004), sob a perspectiva da Gramática Funcional de Dik, examinam os adverbiais⁴³ que, exercendo funções pragmáticas, se colocam em posição inicial, e demonstram que, com a função Tópico, tais constituintes adverbiais, estruturalmente termos preposicionados, sofrem alteração na forma, apresentando perda de P, comprovando que a função pragmática Tópico mascara a expressão de funções semânticas e sintáticas subjacentes.

Segundo Dik (1989, *apud* CINTRA e PEZATTI, 2004), a todo termo de uma predicação podem ser atribuídas funções semântica, sintática e/ou pragmática; estas se expressam sob a forma de marcas de caso e/ou de adposições (pré ou pós-posições). Ocorre que, como se observa nos exemplos do japonês em (53), da mesma forma que a função sintática (Sujeito ou Objeto) “neutraliza” a expressão da função semântica subjacente (cf. (53 b.)), a marca de Tópico “mascara” a expressão da função semântica Agente e da função sintática Sujeito (cf. (53 c.)) e a marca de Tópico se sobrepõe à da função semântica Meta (cf. (53 d.)). Por outro lado, em (53 f.) mantém-se a marca da função semântica Agente e a de Tópico:

(53) a. Agente [Taroo]	Taroo ni
b. AgenteSujeito [Taroo]	Taroo ga [*ni ga]
c. AgenteSujeitoTópico [Taroo]	Taroo wa [*ni ga wa, *ga wa]
d. Meta [Taroo]	Taroo o
e. MetaTópico [Taroo]	Taroo wa [*o wa]
f. AgenteTópico [Taroo]	Taroo ni wa

Com base nestes fatos, Cintra e Pezatti (2004) concluem que: (i) a expressão das funções pragmáticas prevalece sobre a expressão das funções sintáticas e semânticas; (ii) as regras de expressão podem determinar a forma dos termos.

⁴² Segundo a autora, estes são do tipo *locativos* e *temporais*, e se licenciam como argumento por admitirem a presença de determinante, com ou sem matriz fonológica. Vale ressaltar que nesta dissertação focalizamos todos os constituintes que mantêm com S uma relação [+circunstância].

⁴³ Os autores assim nomeiam constituintes argumentais e não-argumentais de natureza adverbial, tradicionalmente denominados complementos adverbiais e adjuntos adverbiais, e que no quadro teórico adotado são chamados de argumentos adverbiais (AAs) e satélites (σ).

Cintra e Pezatti (2004) partem das conclusões acima e demonstram a realização desses fenômenos no português. Preliminarmente, esclarecem que tendo o termo apenas função semântica, esta é expressa na forma do termo, por preposição; “se o termo tem também uma função sintática, ele toma a forma mais neutra disponível na língua: \emptyset ” (CINTRA e PEZATTI, 2004, p. 1049). São comentadas, entre outras, as seguintes ocorrências (em a. destaca-se o constituinte, em b. identifica-se a função):

- (54) a. ...eu moro *em Olinda*...
 b. Locação ArgumentoAdverbial
- (55) a. O João pisou *na grama*.
 b. Locação ArgumentoAdverbial
- (56) a. L1. Olinda não tem cultura própria.
 L2 *Olinda* ninguém mora.
 b. Locação ArgumentoAdverbial *Tópico*

A ocorrência da preposição em (54) e (55) expressa a natureza da relação semântica (Locação) entre o termo que ela introduz e outro constituinte (*eu* e *João*, respectivamente); os Argumentos Adverbiais (AAs, função sintática) ocupam posições não-marcadas (pós-verbal) e não desempenham nenhuma função pragmática. Já em (56), *Olinda* desempenha a função pragmática de *Tópico*, uma posição marcada, e a preposição não se realiza, evidenciando que a função pragmática se sobrepõe à expressão das funções sintática e semântica.

Cintra e Pezatti (2004) explicitam o emprego ou não de P nos adverbiais examinando um fragmento de conversação do qual extraímos o trecho a seguir, relevante para os comentários:

- (57) ...*Paris* eu não pago hotel... *Paris* eu fico na casa de um amigo... *Em Estocolmo* eu fico também no apartamento de um amigo... *Em Bordeaux* eu fico no apartamento de um amigo...

Na primeira ocorrência, *Paris* é Tema (apresenta o universo discursivo), expresso em resposta de L1 à interpelação de L2 (*e em Paris?*), em relação ao qual é relevante enunciar

a oração subsequente ‘*eu não pago hotel*’. A ocorrência seguinte, os autores a analisam como satélite na função pragmática de Tópico, por ser a entidade discursiva sobre a qual se fala⁴⁴; este constituinte, um termo preposicionado, perde a preposição *em*, fato explicado como alteração da forma pelas regras de expressão, o que, segundo os autores, comprova que a expressão da função pragmática Tópico prevalece sobre a expressão de funções semânticas e sintáticas (CINTRA e PEZATTI, 2004, p. 1050). Com relação aos constituintes *Em Estocolmo* e *Em Bordeaux*, os autores esclarecem que, por exercerem a função pragmática *Organizador de Cenário*, a preposição é mantida. A manutenção da preposição, segundo eles, também ocorre em caso do adverbial exercer a função pragmática Foco, como ocorre em:

(58) *Pra tua casa* eu vou, *pra dele* eu não vou não⁴⁵.

Evidencia-se, assim, que, de acordo com Cintra e Pezatti (2004), Tópicos são constituintes não preposicionados. Estes autores concluem que a constatada prevalência da expressão de funções pragmáticas ratifica “a máxima funcionalista de que a pragmática é o quadro dentro do qual a semântica e a sintaxe devem ser estudadas” (CINTRA e PEZATTI, 2004, p.1053).

Nos fatos discutidos acima focaliza-se o comportamento sintático ou de adjunto adverbial ou de complemento circunstancial. O que veremos a seguir é o tratamento que se pode dar ao complemento verbal topicalizado, segundo proposta de Kato (2003).

3.5 A PROPOSTA DE KATO

Quanto ao constituinte topicalizado com P não-realizada, ligado a *ec* de categoria PP complemento de V, Kato (2003) (cf. 2.3.2.2) propõe que tal constituinte possui Caso *default* e a derivação é licenciada (converge) em função de a posição permitir esse tipo de Caso (Nominativo, no PB)⁴⁶.

De acordo com Kato (2003), a topicalização de VP é derivada por movimento. A autora explica o movimento sintático dos complementos de V no PE e no PB como resultado de *vPTopicalization* ou de *vP remnant movement*. A princípio, Kato (2003), como forma de

⁴⁴ Cintra e Pezatti (2004) diferenciam Tema e Tópico: o primeiro ocorre quando da introdução da entidade no discurso e o segundo constitui a entidade sobre a qual se fala, já introduzida no discurso. Ambos ocorrem como DPs, conforme podemos observar.

⁴⁵ Cf. comentários acerca deste enunciado em 4.2.2.1.3.

⁴⁶ Embora se possa ver aí a relação tópico-comentário, com relativa independência do DP, deve-se registrar que não se perde a relação de complementação com V.

explicar o fato de construções topicalizadas não serem sensíveis a ilhas⁴⁷, propõe para estas línguas *VP Topicalization* e *VP remnant movement*⁴⁸.

Tal explicação parte do fato de que tanto PE quanto PB possuem o movimento de V para I, deixando uma cópia do verbo movido; dessa forma, se na topicalização do constituinte a cópia permanece na posição em que é gerada, tem-se *VP Topicalization*⁴⁹, ilustrado em (59 b). O *VP remnant movement*, explicitado em (59 c), ocorre se a cópia é apagada, deixando, sob o modelo da Teoria da Regência e Ligação, um vestígio (t):

- (59) a. Os amigos a Maria visita todos os anos.
 b. [DP Os amigos]_j a Maria_i visita_v [VP t_i t_v t_j] todos os anos.
 c. [VP t_i t_v os amigos]_j a Maria_i visita_v [VP ____]_j todos os anos.

A autora ilustra também o *VP remnant movement* correspondente ao movimento de VP com mais de um complemento:

- (60) Depositar o dinheiro no banco, o governo depositou [VP ____] ontem.
 (61) Dinheiro no banco, o governo depositou [VP ____] ontem. (KATO, 2003, p. 145 -146)

Kato (2003, p. 147) constata que, enquanto (60) e (61) são gramaticais também no PE, a topicalização de *VP-shell* para fora de uma ilha não é possível nesta língua, como em

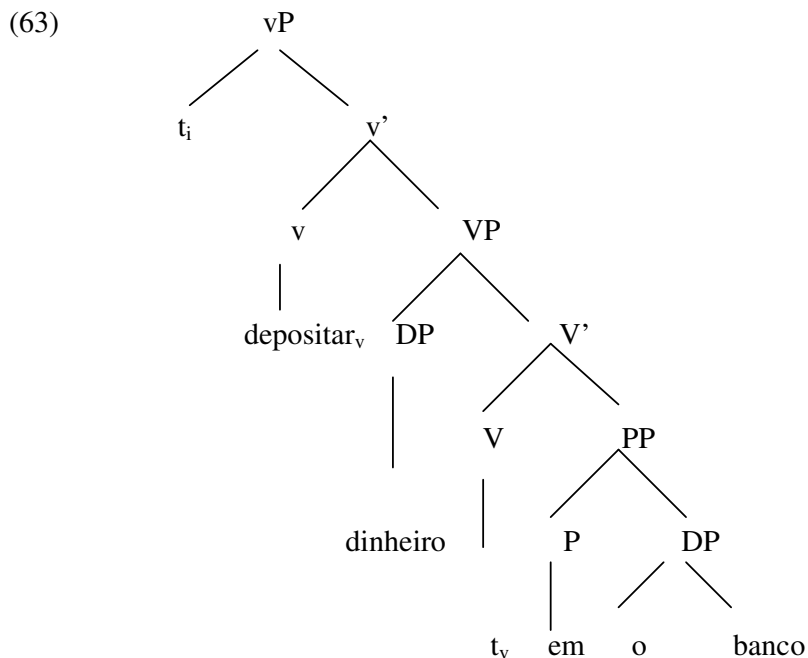
- (62) Dinheiro no banco, [que o governo deposite ____] é o que o povo espera. *EP ^vPB

A autora busca a explicação para tal fato na hipótese da divisão do VP, propondo que o que se move sem restrições de ilha é o VP mais elevado (ou vP), e não o mais baixo. A autora chama atenção para o fato de que a topicalização de VP pode ser analisada como movimento, tanto no PB quanto no PE, se se assumir que a sensibilidade a ilhas não está condicionada apenas a barreiras estruturais, mas ao tipo de constituinte envolvido no movimento. As duas línguas, na verdade, possuem topicalização de vP, conforme (63):

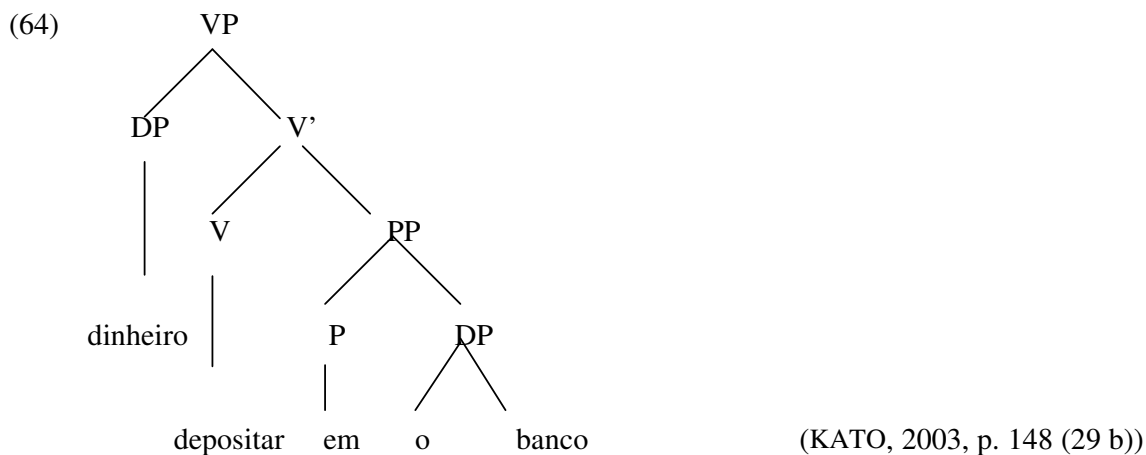
⁴⁷ Ilhas são configurações estruturais para fora das quais uma categoria não pode ser movida por regra transformacional (orações relativas; orações subjetivas; orações adverbiais com Spec-Wh preenchido) (RAPOSO, 1992, 391-396)

⁴⁸ Respectivamente, *Topicalização de VP e movimento de resíduo do VP*.

⁴⁹ A Topicalização de VP explica a falta de sensibilidade a ilhas no PE e no PB.



Já se o VP fosse movido, a ordem seria OD V PP, como se constata na representação arbórea em (64):



Kato (2003) propõe que a diferença entre o PB e o PE está em que neste existe a topicalização de vP, em que a cópia do verbo em v é retida, ao passo que no PB, ocorrendo o movimento *remnant* de vP⁵⁰, o que se tem é o vestígio de V, depois de este se alçar a T. A autora ilustra a diferença entre PE e PB através das sentenças em (60) e (61): enquanto para a primeira, a representação do constituinte movido é a mesma para PE e PB, como se constata

⁵⁰ Ou seja, movimento do que resta.

em (65 a), a representação do constituinte topicalizado em (61) apresenta diferenças para estas línguas, conforme (65 b) e (65 c):

- | | | |
|---------|--|-------|
| (65) a. | [_{VP} t _i depositar _v [_{VP} o dinheiro t _v no banco]] | PE PB |
| b. | [_{VP} t _i t _v [_{VP} dinheiro t _v no banco]] | PB |
| c. | [_{VP} dinheiro t _v no banco] | PE |

Constata-se, assim, que a realização do verbo de forma visível, como em (60), implica o movimento de vP nas duas línguas; já quando a realização do verbo não se dá de forma visível, o que ocorre é que em PE o que se move é o VP mais baixo (VP-shell), ao passo que no PB é o vP inteiro. Explica-se assim, de acordo com Kato (2003), a sensibilidade a ilhas do PE: aqui se movem argumentos e VP-shell.

Quanto ao problema de topicalização de apenas um dos complementos de um verbo ditransitivo, Kato (2003) mantém sua análise de que no PB se move o constituinte maior⁵¹, ou seja, todo o vP e tudo que esteja em seu interior. A autora, para explicar o fato de que um dos componentes não se alça a posição de tópico, assume a proposta de Belletti (1999) de uma posição de meio-campo FP acima de vP; o constituinte retido, segundo Kato (2003), avançou para esta posição, antes do alçamento de todo o vP; dessa forma se explica sua posição como aparentemente no interior de vP, abaixo de IP. Tais fatos são ilustrados em (67), onde se faz a representação parentética, respectivamente, dos enunciados em (66):

- (66) a. O noivo, a Maria já apresentou aos pais.
 b. Aos pais, a Maria já apresentou o noivo. (KATO, 2003, p. 152, (38 a. e b.))

- (67) a. [_{VP} t_i t_v o noivo t_{OIj}] a Maria já apresentou [_{FP} aos pais [_{VP} ____]]
 b. [_{VP} t_i t_v [t_k t_v aos pais]], a Maria_i já apresentou [_{FP} o noiVO_k [_{VP} ____]]
 (KATO, 2003, p. 152, (39 b.) e (40 b.))

3.6 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

A revisão teórica nos conduz, como se vê, à constatação de que os fatos que analisamos nesta dissertação exigem um tratamento diversificado, englobando aspectos

⁵¹ Diferente do PE, em que se movem constituintes menores que constituem o tópico (DP, PP, VP-shell) (KATO, 2003, p. 152).

sintáticos e semântico-discursivos. Estudar o comportamento de P no PP topicalizado implica a verificação de aspectos ligados: ao discurso, pois a posição ocupada pelo constituinte, na periferia esquerda da oração, apresenta especificações próprias que determinam a forma das sentenças; à semântica, tendo em vista que há aspectos relacionados à grade de seleção de V e a traços de significado tanto de P quanto do NP interno ao DP complemento de P; à sintaxe, em função não apenas de o constituinte poder estar ligado a posição no interior do VP, mas também por haver modificações na sintaxe das orações relacionadas ao movimento dos constituintes.

No enunciado em (27), por exemplo, vimos alterações sintáticas decorrentes de o constituinte topicalizado, originalmente um adjunto adverbial (portando, pois, informação circunstancial) ocupar posição sujeito (na construção de Tópico Sujeito). Acerca de tais construções, mais especificamente da concordância verbo-sujeito que passa a ser verbo-tópico, Vasco (1999) comenta o enunciado em (32), que repetimos em (68) (cf. 3.3.2):

(68) Você vê, a cidade, duas horas a cidade some as pessoas.

Entretanto, não consideramos que, aqui, a ausência de concordância do verbo com o sujeito posposto seja argumento para evidência de concordância com o tópico; ocorre que, neste caso, mesmo em face da ausência do tópico, a concordância com o sujeito tende a inexistir, não só por se tratar de verbo inacusativo⁵², sendo o DP *as pessoas* argumento interno e não externo do verbo *sumir*₂, como também pelo fato de a posição não ser própria de sujeito. Vasco (1999, p. 113) reconhece o problema em torno desse tipo de verbo, ao comentar a frequência de frases do tipo “faltou três alunos”, sem concordância verbo-sujeito, observando que nestas há movimento do sujeito para posição de tópico, restaurando-se a ordem S V (O).

A questão dos adverbiais, classe que foge ao padrão dos estudos distribucionais e abarca uma diversidade de categorias (AdvP, PP, S e DP), é relevante para nosso estudo uma vez que inclui categorias que, na periferia esquerda da oração, se nos mostram como de classificação complexa ou mesmo ambígua (cf. 3.4). Verificamos que, em enunciados do tipo

⁵² Verbo inacusativo ou ergativo, considerado intransitivo na GT, é aquele que seleciona apenas um argumento, mas este, em vez de ser externo, conforme se espera da configuração de VPs com um único argumento, é interno (cf. (i) e (ii); em tais casos, a análise sintática tradicional, segundo Miotto, Figueiredo Silva e Lopes (2004, p.146,147), “força concebê-los como sujeito do verbo matriz”; a concordância explícita entre V e o DP interno a ele contribui, conforme estes autores, para “obscurecer o fato de que tal sujeito dificilmente se coloca na posição dele”, como se constata em (iii):

- (i) A criança caiu.
- (ii) Chegou o carteiro.
- (iii) Existem dinossauros neste parque. (MIOTTO, FIGUEIREDO SILVA e LOPES, 2004, p.147, (45) b.)

- (69) a. Ontem foi um bom dia pra nós.
 b. Ontem não pudemos sair.
- (70) a. O ano passado nos pareceu interminável.
 b. O ano passado tivemos prejuízo.

enquanto em a. *ontem* e *o ano passado* podem ambos ser analisados como sujeito⁵³, em b. nitidamente contêm informação circunstancial, atuando, pois, como adjuntos adverbiais. A ambigüidade pode ser constatada em Locativos, como vimos em (36 b.), repetido em (71):

- (71) **O Amazonas** é impressionante o número de frutas.

Num enunciado deste tipo, o DP em destaque tem três leituras possíveis: (i) tópico, com a função semântica de estabelecer cenário, assunto, sobre o qual versa o comentário, e neste caso temos um verdadeiro DP; (ii) um adjunto adverbial [+Loc] deslocado para posição de TopP e, neste caso, temos um PP cuja preposição não se realiza fonologicamente (cf. 3.4.1); (iii) adjunto adnominal de *frutas* (com o papel semântico de *origem*), e dessa forma estaria omitida a preposição *de*⁵⁴.

Acerca do traço intrínseco [+F] que certos NPs possuem⁵⁵, traço este que licencia o seu emprego como adverbiais, McCawley (1988) defende que outros fatores devem ser considerados na análise, o que ele demonstra com a interferência de certos determinantes e adjetivos⁵⁶. Deve-se acrescentar que o contexto pode trazer informações acerca da função semântica do constituinte. Assim sendo, alguns argumentos sobre o papel de P no PP – sua possibilidade ou não de apagamento – podem ser contestados se nos basearmos na interpretação contextual. É o que acontece, por exemplo, com o enunciado em (57), no capítulo 2, que retomamos em (72), e cuja agramaticalidade é apontada como decorrente do fato de a preposição conter a informação [+Fonte] ou [+Meta]⁵⁷:

⁵³ Embora em construções especiais: em (69 a.), temos um verbo do tipo cópula numa construção de *small clause*; em (70 a.), o verbo é do tipo inacusativo, portanto o sujeito nasce como argumento interno de V.

⁵⁴ Esta terceira leitura me foi sugerida pela Prof^a Sonia Borba, c. p.

⁵⁵ Cf. 3.4.1.

⁵⁶ Cf. enunciados em (52).

⁵⁷ Na verdade, tal enunciado carece de complementações outras, como Meio ou Tempo. Quanto a questões contextuais e sua relação com o sentido das preposições, cf. BERG (2005) e FARIAS (2005): Berg (2005) observa que, ao se estabelecer contextualmente o sentido das preposições fracas, estas passam a ter um sentido pleno, que faz parte do sentido da sentença específica (cf. 2.2.2.2); Farias (2005), sobre as preposições *a*, *para*, *em* empregadas com verbos do tipo *ir* e *chegar*, considera-as como do tipo *half-way* (cf. 2.2.2.3). E mais: conforme Cintra e Pezatti (2004), em decorrência de a função discursiva tópico prevalecer sobre a sintática e a semântica, a preposição pode não se realizar.

(72) * ___ Paris eu vim

(OLIVEIRA, 2002, p.3 (6 b))

Ocorre que o verbo *vir* subcategoriza complementos com os traços [+Fonte] e [+Meta], encabeçados, respectivamente, pela preposição *de* e *para* (*a*), o que, de acordo com Kato (2003), impediria o apagamento de P. Mas o que vemos em relação a este verbo é que se realiza com frequência com um dos dois complementos implícito, sendo recuperado no discurso. Este fato ilustra, pois, que o contexto pode licenciar certas construções tópicas. Quanto a realizações como em (73), a relação semântica entre o tópico (em negrito) e a proposição a seguir (em itálico) é interpretada, mesmo em face da omissão de P: trata-se de Alvo do predicado complexo *tomar remédio*⁵⁸. Assim a preposição *para* é recuperada no discurso.

(73) DOC: Os médicos já falaram alguma coisa de operar?] 05: Não, eles dizem que isso aqui não pode operar não, **isso aqui** *só faz tomar remédio*, tomar remédio todo o dia, (...) [05–21–EP]

Podemos, pois, em relação a estes constituintes sem cabeça, acatar sugestão de McCawley (1988) de P zero, licenciando a ocorrência do DP como seu objeto; tratar-se-ia, então, de Caso oblíquo *default*, licenciado em posição de tópico, que não exige checagem de Caso (cf. KATO, 2003).

A questão do OI também desperta discussões, como vimos em Meisel (1973), para quem o constituinte é originalmente um DP, sendo P apenas uma marca de superfície; para o autor “*it is the verb that has to bear much of the information which one might have expected to be of relational character*”⁵⁹ (MEISEL, 1973, p. 232). De fato, além do fato de haver verbos que alteram sua regência em razão de mudanças diacrônicas, diastráticas ou dialetais, sem que se afete a relação essencial verbo-complemento, podemos observar que, no inglês, em enunciados como

- (74) a. Mary gave John a book
 b. Mary gave a book to John
 c. * Mary gave a book John

⁵⁸ Esta expressão, freqüente em construções do tipo *tomar remédio pra gripe*, traz implícita a idéia “para tratar de”. De qualquer forma, o papel-θ Alvo é expresso. Quanto ao predicado complexo, cf. nota 60.

⁵⁹ É o verbo que deve carregar muito da informação que se supunha ser de caráter relacional (tradução nossa).

constata-se que a preposição é empregada em (74 b) não por razões da DS, tendo em vista que não se faz necessária em (74 a.), mas inegavelmente *a book* e *John* desempenham funções diferentes, em que se evidencia a relação sintaxe-semântica, em função de serem marcados com diferentes Casos (respectivamente, acusativo e dativo) e apresentarem traços semânticos diferentes (respectivamente, [– animado] e [+ animado])⁶⁰.

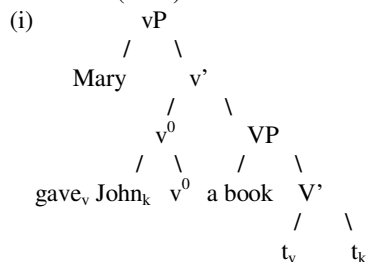
No que diz respeito às sentenças de duplo-sujeito, características de línguas orientadas para o discurso, Li & Thompson (1975) defendem que não são derivadas; estes autores estendem seus argumentos para todas as línguas de tópico proeminente, ilustrando com frases de línguas orientais. Entre as construções, encontramos duas do tipo citado por Duarte (2003c), para quem estas correspondem a construções de Tópico Pendente, e Orsini (2005), que as considera como de Tópico-anacoluto, (cf. enunciados, respectivamente, em (15) e (16)); outras duas, porém, são, conforme declaram os próprios autores, do tipo genitivo, tal como se constata neste exemplo do mandarim:

(75) Nèike shù yèzi dà

That tree leaves big (→ *That tree* (tópico), *the leaves are big*)

Tais construções não correspondem às do tipo descrito por Duarte (2003c) e Orsini (2005) como de duplo-sujeito, tendo em vista que apresentam conectividade com posição no interior do comentário, e quanto a elas se pode discutir a asserção de não serem derivadas, conforme o reconhece Pontes (1987). Li & Thompson (1975), entretanto, defendem que não há por que analisá-las de forma diferente das duas primeiras; isto significa que a análise assumida é de

⁶⁰ Assumindo-se as conchas VP (vP e VP, cf. 2.2.1.4), Hornstein, Nunes e Grohmann (2006) ilustram com os enunciados em (74 b. e c.) o fato de que os atribuidores de Caso estrutural possuem traços [-interpretáveis] e se tornam inativos após participarem de uma relação de checagem: em (74 b), os DPs *a book* e *John* checam Caso, respectivamente, com o verbo leve (em vP) e com P; já em (74 c), na ausência de P, *John* não pode ter os traços de Caso checados, daí a agramaticalidade desse enunciado. Consideramos então que, em função de *dar* ser ele mesmo um verbo leve (cujo significado, de acordo com os autores, é fortemente dependente do significado de seu complemento), pode-se depreender que o verbo forma com o complemento *John* um **predicado complexo**, predicado este que se alça ao vP, adjungindo-se a v^o, conforme demonstramos em (i) abaixo; daí a gramaticalidade de (74 a.):



não derivação, o que eles justificam comparando as construções, com base no controle de co-referência⁶¹, como ocorre em:

(76) As folhas daquela árvore são muito grandes, por isso eu não gosto ____

(77) Aquela árvore, as folhas são grandes, por isso eu não gosto ____

Os autores observam que, enquanto em (76) a lacuna seria preenchida com o pronome (d)elas, co-referente a folhas, em (77) a lacuna deve ser preenchida com o pronome (d)ela, co-referente a aquela árvore. Não há, portanto, correspondência entre as sentenças, ou seja, (77) não deriva de (76).

Pontes (1987), em relação ao controle exercido pelo tópico, registra que há casos de co-referência com outros elementos que não o tópico, como em

(78) Cê acredita que aqueles cem cruzeiros que eu dei pra ele outro dia, ele sumiu com o troco?

A autora analisa a co-referência apenas quanto aos pronomes destacados, sem relação com o tópico; este, porém, é co-referente a posições vazias no interior da sentença:

(79) Cê acredita que aqueles cem cruzeiros_i que eu dei [\emptyset]_i pra ele outro dia, ele sumiu com o troco [\emptyset]_i ?

Trata-se de um enunciado cuja estrutura é, a nosso ver, bastante complexa, já que envolve, além de Topicalização Selvagem, uma relativa com objeto nulo e quantificadores, cuja análise foge ao escopo desta dissertação; registramos apenas como um caso que merece exame com mais profundidade, como o reconhece Pontes (1987), embora, diferentemente desta lingüista, pensemos aqui na ligação entre o tópico e as categorias vazias no interior de S. Quanto ao objeto nulo, este, de acordo com Kato (1993), origina-se de uma construção de LD:

(80) Aqueles cem cruzeiros_i, eu dei eles_i pra ele outro dia (e ele sumiu com o troco [\emptyset]_i).

Com relação à segunda categoria vazia em (79), derivar-se-ia de:

⁶¹ O controle de co-referência é exercido pelo tópico nas línguas Tp. (cf. 2.3.1)

(81) (Cê acredita que) ele sumiu com o troco [(d)aqueles cem cruzeiros]_i [que eu dei [\emptyset]_i pra ele outro dia?

Em o troco daqueles cem cruzeiros temos uma estrutura complexa, em que ao NP *cruzeiros* referem-se três tipos de determinantes: um D quantificador numeral (*cem*) + um D demonstrativo (*aqueles*) + o DP quantificacional *o troco*. O que se pode constatar é que, no processo de topicalização, o complemento deste último sofre apagamento da preposição.

Em relação a estas estruturas, Pontes (1987, p 102) observa que diferem de LD (não há pronomes “resumido” ou “cópia”) e de Topicalização (pois não é “possível dizer que alguma parte da S foi transposta transformacionalmente para o começo da S”). O que destacamos aqui é que, em se tratando de um adjunto adverbial, fica difícil asseverar isso, tendo em vista que este constituinte, diferente do argumento, não tem posição definida em S. Ilustramos com um exemplo da própria autora (Pontes, 1987, p. 101,102): o trecho é de uma conversa sobre arma automática, que o ouvinte interrompe com uma pergunta, introduzindo uma nova palavra, *metralhadora*; ao voltar à arma automática, o falante usa um anacoluto:

(82) B. Não fica toda vida? a metralhadora atirando?

A. Não! (...) Toda vida só arma automática. Se ocê ficar com o dedo ali, se ficar com o dedo ali ela vai e volta e ... pá! Vai e volta e... pá!

A. Feito metralhadora?

A. É. Feito metralhadora. Porque a arma automática quando a gente dá um tiro, o cano abre...

O tópico a arma automática é, a nosso ver, não só co-referente à posição de adjunto adnominal (genitivo) de cano no interior de S (cf. (83 a.)), como é possível a leitura de co-referência a uma posição não-argumental, traduzindo circunstância [+ Instrumento], nesse caso, com elipse de pronome-cópia *dela*, adjunto a *cano* (cf. (83 b.)).

(83) a. Porque a arma automática quando a gente dá um tiro, o cano [*da arma automática*] abre...

b. Porque a arma automática quando a gente dá um tiro [*com a arma automática*], o cano \emptyset [= *dela*] abre...

Teríamos nos dois casos o fenômeno de Topicalização Selvagem, pois, no processo de fracionamento do constituinte, seja adjunto adnominal, seja adverbial, há elipse da preposição; vemos a viabilidade de co-referência com duas posições de origem, com diferentes preposições, o que nos conduz a outro tipo de problema. Comparem-se, entretanto, as realizações em posição de tópico de cada um desses constituintes PPs, com P realizada:

- (84) a. Porque com a arma automática quando a gente dá um tiro, o cano (dela) abre...
 b. *Porque da arma automática_i, quando a gente dá um tiro (com ela), o cano [-]_i abre...

Embora seja de uso mais freqüente a realização sem a preposição, o PP adjunto adverbial de Instrumento é possível em posição de tópico (84 a.), ao passo que, no caso da topicalização do adjunto adnominal (84 b.), o resultado é agramatical, mesmo sem a sentença adverbial intercalada, como em (85):

- (85) *Porque da arma automática_i, o cano [-]_i abre, quando a gente dá um tiro (com ela)...

Entretanto, nos casos de construções de tópico contrastivo (86 a.) ou de foco (86 b.), a agramaticalidade, a nosso ver, diminui ou desaparece:

- (86) a. ? Porque, da arma automática_i, o cano [-]_i abre e, da metralhadora_j, o cano [-]_j tem um mecanismo diferente ...
 b. Porque da arma automática_i (é que) o cano [-]_i abre (não da metralhadora).

O que se constata a partir dos fatos focalizados até aqui é que o estudo do comportamento de P em construções de tópico marcado deve abarcar constituintes não apenas da sintaxe de complementação, mas também da de adjunção; trata-se de construções que, não raro, se apresentam como ambíguas quanto à posição de origem. Vemos que a posição à esquerda afeta a estrutura dos sintagmas, interferência esta que pode advir de questões de ordem sintática e semântico-discursiva. Além disso, muitas construções necessitam de explicações específicas, o que, tendo-se por meta uma generalização explicativa, exige um aprofundamento nas análises, o que, muitas vezes, vai além de nosso propósito de apresentar um quadro geral. É o que examinamos a seguir.

CAPÍTULO 4

ANÁLISE DE DADOS

Registramos, neste capítulo, o resultado de nossa pesquisa acerca da realização da preposição em PPs na periferia esquerda da oração. Os dados aqui analisados foram coletados, conforme menção feita no Capítulo 1, no banco de dados do PEPP — Programa de Estudos sobre o Português Popular de Salvador.

4.1 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Para o levantamento dos dados, selecionamos dezesseis inquéritos (de um a dois de cada faixa etária), considerando-se sexo (M ou F) e escolaridade (Primário e Ensino Médio)¹. O quadro 3 a seguir apresenta uma visão geral dos inquéritos do *corpus* (à direita da barra) e os aqui estudados (à esquerda da barra):

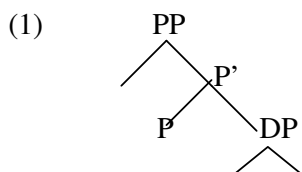
Quadro 3: Mapeamento de Informantes (inquéritos analisados vs. total por faixa)

	ESCOLARIDADE			
	PRIMÁRIA (EP)		2º GRAU (EM)	
	M	F	M	F
De 16 a 24 anos	1 / 3	1 / 4	1 / 3	1 / 3
De 25 a 45 anos	1 / 3	2 / 3	2 / 3	0 / 3
De 46 a 65 anos	0 / 4	1 / 2	1 / 3	1 / 3
De 66 a 85 anos	1 / 2	1 / 3	1 / 3	1 / 3
1º SUBTOTAL	3 / 12	5 / 12	5 / 12	3 / 12
2º SUBTOTAL	8 / 24		8 / 24	
TOTAL	16 / 48			

¹ Tendo em vista que este trabalho não se centra em aspectos sociolingüísticos, os inquéritos não seguiram rigorosamente qualquer critério dessa ordem; buscamos apenas uma quantidade considerável de dados. Além disso, os fatos relevantes encontrados na fala do documentador (DOC) também foram considerados.

O levantamento teórico que fizemos até aqui tem evidenciado divergências entre estudiosos da língua (sejam eles gramáticos tradicionais ou lingüistas), não só quanto ao PP em posição de tópico, mas também quanto à realização de P. Tais questões são aqui revistas, implícita ou explicitamente, à medida que as examinamos sob perspectiva empírica.

Nosso trabalho focaliza primordialmente os PPs que fazem parte da sintaxe verbal, seja como argumento ou adjunto. Entretanto, fizemos algumas incursões no âmbito da sintaxe nominal (complementos e adjuntos adnominais), desde que os dados se tenham mostrado relevantes. Estudamos os constituintes na posição de tópico, situação em que, afastados da posição canônica, obedecem a motivações diversas das da ordem sintática linear (cf. cap.3), podendo conservar ou não a preposição – o que vale dizer que, nesta situação, podem-se realizar como PPs, com P realizada ou não, ou como DPs. É o que examinamos nos dados levantados. Chamamos atenção para o fato de que, a princípio, estes constituintes são tratados como PPs, na medida em que estão ligados a posições canônicas ocupadas por constituintes desta categoria. Consoante com nosso intuito – observar o comportamento de P em PPs topicalizados –, focalizamos apenas as preposições ditas *essenciais*; as acidentais e as locuções prepositivas não foram consideradas, assim como não o foram os PPs oracionais, cuja relação com V e situação no enunciado obedecem a restrições diferentes das de PPs cuja configuração básica se realiza como em (1):



O levantamento dos dados partiu, assim, da identificação dos PPs em posição acima de IP, ligados ou co-referentes a *ec* no interior de IP. Para ter uma visão geral do fenômeno em observação, foram considerados os PPs ligados ou co-referentes a posições tanto da sintaxe nominal quanto da sintaxe verbal, que constituíram os dois primeiros grupos, cada um desses divididos em dois subgrupos: o dos constituintes cuja posição de origem é de complementação e o daqueles cuja posição de origem é de adjunção², cada um destes considerados sob o prisma de realização/apagamento de P. A partir daí, a observação dos

² Quanto ao movimento e local de pouso de adjuntos adverbiais, cf. Rizzi (1997), em 3.2.2.1. Considerou-se a questão de complementação *vs.* adjunção também na sintaxe nominal. Esclarecemos que, ao encetarmos pesquisa sobre o assunto, consideramos a possibilidade de haver, na realização do PP deslocado à esquerda, diferenciação relacionada à sintaxe de complementação *vs.* adjunção. Em razão de nosso foco principal ser a sintaxe verbal, não nos aprofundamos aqui em questões relativas à sintaxe nominal.

dados foi feita considerando-se a função- θ e o Caso (Oblíquo, Genitivo e Dativo, — os dois primeiros incontestavelmente inerentes, com função- θ e Caso atribuídos, respectivamente, por Preposição e por Nome/Adjetivo, enquanto o último é, como vimos, motivo de discussões, tanto no âmbito da GT (cf. 2.1), quanto no da GG (cf. MEISEL, 1973; TORRES MORAIS e BERLINCK, 2002; OLIVEIRA, 2004); este aspecto da análise inclui a classificação de P como funcional ou lexical.

No plano textual, observou-se o constituinte, na sua relação com a sentença, a partir de considerações semântico-discursivas. Outros aspectos foram examinados, tais como o tipo de verbo, de nome ou de sentença, aspectos estes somente considerados em função de sua relevância.

Os dados foram, pois, assim distribuídos:

A. Sintaxe Nominal

- | | |
|------------------------|------------------------|
| 1) Adjunção | 2) Complementação |
| a. Com realização de P | a. Com realização de P |
| b. Com apagamento de P | b. Com apagamento de P |

B. Sintaxe Verbal

- | | |
|------------------------|------------------------|
| 1) Adjunção | 2) Complementação |
| a. Com realização de P | a. Com realização de P |
| b. Com apagamento de P | b. Com apagamento de P |

Temos por objetivo, após identificação dos contextos em que tais fenômenos ocorrem, estabelecer, quando possível, generalizações descritivo-explicativas.

4.2 ANÁLISE DOS DADOS

Começamos a análise por uma observação geral dos fatos, englobando os constituintes pertencentes à sintaxe verbal e nominal, conforme a Tabela 1 abaixo, verificando percentual de ocorrências com realização ou não-realização de P por tipo de constituinte:

Tabela 1: Quantificação geral dos dados³

	P não realizada	%	P realizada	%
Adjunto adverbial	75	15	428	85
Complemento verbal	41	68	19	32
<i>Subtotal</i>	116	21	447	79
Complemento nominal	12*	52	11*	48
Adjunto adnominal	7	44	9	56
<i>Subtotal</i>	19	49	20	51
TOTAL	135	22	467	78

4.2.1 Sintaxe Nominal

Em Leite e outros (1996), constatou-se que o PP interno a DP, que aparece em posição de tópico geralmente com cancelamento da preposição *de*, desempenha função semântica de Tema do nome; os autores registram apenas um caso de tópico com P realizada; entretanto, apesar da quantidade não significativa, Leite e outros (1996) propõem a hipótese de que o apagamento ocorre se o nome completado está presente em sua forma plena (cf. 3.4). Deve-se ressaltar que não há, em Leite e outros (1996), a diferenciação que ora fazemos entre complementos e adjuntos de nomes.

Pudemos constatar, na totalidade dos dados de complementação nominal levantados, a presença do DP ao qual se referem os PPs complementos topicalizados⁴ tanto com realização de P, como em (2), quanto com seu apagamento, como em (3):

(2) a. ... era muito protegida por minha mãe, **de meu pai** eu tinha um certo *receio* ___ assim, ... [03-17-EM]

b. ... **aos homens** ele não tinha essa *restrição* toda ___ não entendeu, aos homens ele...[DOC2: Liberava mais.]**16:** Liberava mais, agora **com mulher** ele era mais *ríspido* ___ e mais *rigoroso* ___. [16-70-EM]

(3) a. **Ele** realmente não tenho *queixa* ___. [16-70-EM]

b. ... **televisão** essa hora (...inint...) é muito caro o *conserto* ___ né, ... [31-54-EP]

³ Quanto às ocorrências marcadas com asterisco, ver notas acerca da tabela 2.

⁴ Empregamos o termo topicalizar (e seus derivados), com inicial minúscula, ao nos referirmos aos constituintes deslocados para a periferia esquerda, no qual incluímos os adjuntos adverbiais. Ao tipo de tópico, referimo-nos com o termo Topicalização, com inicial maiúscula.

Nos enunciados em (2) e (3), em que temos, respectivamente, casos de Topicalização e Topicalização Selvagem (cf. 3.3.2), as preposições, realizadas ou não, são do tipo realizadoras de Caso, na medida em que os nomes e adjetivos atribuem Caso inerente (ou seja, associado à atribuição de papel- θ), porém os nomes que o recebem não são capazes de o realizar sem o recurso da preposição; trata-se, portanto, de P funcionais.

No plano textual, observamos que, enquanto em (3) os constituintes sintáticos na periferia esquerda correspondem de fato aos tópicos (= temas da conversação), em (2) estes complementos nominais topicalizados não são efetivamente os temas da conversação, seriam mais um subtema: tanto em (2 a.) quanto em (2 b.), pode-se detectar como tema central da conversação a questão do relacionamento, expressa, em (2 b.), no nome *restrição*⁵ e nos adjetivos *ríspido* e *rigoroso*; em (2 a.), onde se evidencia mais claramente o tema central – o relacionamento entre pais e filhos –, os constituintes *minha mãe* e *meu pai* corresponderiam aos subtemas, que se realizam no plano textual como elementos em contraste.

No plano sintático, o que se pode constatar nos enunciados em (2) e (3) é que a lacuna correspondente à posição de complemento de N é gerada, em construções canônicas, como posição de PP (com Caso Genitivo, em (2 a.) e (3 a. e b.) e Oblíquo (em (2 b.)), atribuído por N e realizado por P do tipo funcional. Considerando-se o que é preconizado na literatura funcionalista sobre a tendência, no português, à não-realização de P em construções de *tópico* (cf. PONTES, 1987; VASCO, 1999; CINTRA e PEZATTI, 2004), confirma-se, em (3), o comportamento esperado de P (funcional), diferente do que ocorre em (2), onde a preposição, também funcional, é realizada. Seguindo proposta de Kato (1999, *apud* KATO, 2003), os DPs *ele* e *televisão*, em posição de Tópico, são analisados como possuindo Caso Nominativo *default*, tendo em vista que a posição A' não exige checagem de Caso (cf. 2.3.2.2); sendo assim, P estaria ausente da numeração.

O que constatamos, como fato freqüente, foi que os contextos em que ocorre a realização de P são do tipo contrastivo (7 casos⁶), o que nos leva à hipótese de a preposição ser empregada para evidenciar o contraste: o Caso Oblíquo aí aparece com a presença inequívoca do realizador (a preposição), núcleo do PP complemento do nome: o movimento deste constituinte (*de meu pai*, em (2 a.), e *aos homens* e *com mulher*, em (2 b.)) para TopP ocorre como último recurso, necessário por questões discursivas (cf. RIZZI, 1997), e a

⁵ Observe-se o emprego do determinante *essa*, que evidencia a referência a um tema em pauta.

⁶ Note-se que são os 7 enunciados (63,6 % dos casos) em que se realizam estruturas típicas de complementação nominal; as outras são: 3 construções de quantificação aí inseridas por falta de opção melhor (cf. BRITO, 2003, p. 362-365) e um outro dado, em que detectamos um Tópico Pendente estabelecendo, em relação a S, uma idéia de Causa, não apenas referência. A discussão em torno de tais fatos foge ao escopo dessa dissertação.

realização de P se faz por razões sintático-semânticas. Observe-se a preposição *a*, por exemplo: normalmente funcional e fonologicamente fraca, é com bastante frequência apagada (ou, como ocorre em constituintes Dativos, substituída por *para* (cf 2.2.2.5)). No entanto, se nos mostra em sua forma plena em (2 b.)⁷.

Os dados da sintaxe de complementação nominal estão sintetizados na Tabela 2:

Tabela 2: Quantificação de dados da sintaxe de complementação nominal

	Tipo de Pred			Papel-θ			Tipo Top. ^{*4}		
	V _{leve}	SC _{cop}	Outros	Alvo	Tema	Outros	TS	TOP	Outros
Apag. : 12	5 ^{*1}	1	1 Exist ^{*2} [q/p ^{*3} : 5]		4	3 Comit [q/p: 5 Campo]	6	-	1LD
Real.: 11	2	6	[q/p: 3]	2 (Alvo+ Exper)	2	1 Causa 3 Exper [q/p: 3 Campo]	-	7	1LD

Observações acerca da Tabela 2:

*1 Incluímos aqui a expressão idiomática *morrer de medo* (fome, saudade, etc.), pois, apesar de o verbo *morrer* ser verbo inacusativo que seleciona argumento interno [+animado], semanticamente o associamos a V leve, aqui com traço semântico de intensificação, correspondendo a *ter (muito) medo*.

*2 Em função da imprecisão semântica, o verbo *ter* foi associado a V leve. Sobre a ambigüidade que cerca o emprego do V Exist *ter*, cf. discussão acerca do enunciado em (5): *Meu pai então não tinha conversa*.

*3 Os dados q/p correspondem aos da sintaxe de **quantificação / partição**, ou seja, expressões quantitativas nominais e partitivas⁸, que não analisamos aqui.

*4 Excluídos os casos q/p.

⁷ Brito (2003, p.341), quanto à impossibilidade de se separar o PP do núcleo ao qual se refere, como em (i), observa que isto é possível se os PPs forem topicalizados contrastivamente, como em (ii).

(i) * Da Maria chegou o pai.

(ii) Do Manuel, encontrei o pai, mas da Maria não encontrei nenhum familiar.

⁸ Sobre estas expressões, Brito (2003, p. 362-364) afirma que, pela sua forma, são aparentadas com as construções de complementação nominal: o segundo nome é precedido de um *de*, que é *mais marca do genitivo do que uma verdadeira preposição*. São construções do tipo exemplificado em (i):

(i) **mulher** pode vim *um bocado*, porque é difícil *mulher* procurar *confusão*, ... [09-27-EP]

Quanto às construções partitivas, Brito (2003, p. 364-365) afirma que apresentam sempre a forma: exp. de quant **+de** + Art def / Dem + N e por meio delas faz-se referência a uma parte (vaga ou precisa) de uma entidade previamente determinada. São construções como as do enunciado em (ii):

(ii) **DOC**: E, e Popó já, eh, já foi pro ringue com algum desses famosos? **18**: **Desses famosos** não porque não é a categoria dele, (...) [18-23-EP]

Esclarecemos que, por falta de melhor colocação, estão incluídas, na sintaxe de complementação nominal, as estruturas de **quantificação/ partição**: entre as com apagamento de P, em número de 5, entre as com P realizada, em número de 3. Consideramos que tais enunciados por si sós merecem um estudo aprofundado e específico, que está além dos objetivos desta dissertação.

Na tabela acima, destaca-se a totalidade de verbos lexicalmente esvaziados: uma ocorrência de verbo *ter* existencial, 7 ocorrências de V leve e 7 estruturas com verbo copulativo (estruturas de SC⁹). Constata-se, ainda, a distribuição praticamente complementar entre verbos leves e copulativos, os primeiros predominando nos dados com apagamento de P e os últimos, nos de P realizada, os quais, como vimos, aparecem em enunciados com semântica de contraste, seja explícita, como em (2), ou implícita, como em (4). Ainda no tocante aos tipos de verbos, ressalte-se que o único dado com verbo não copulativo nem leve é o enunciado em (5), cujo verbo é o existencial *ter*:

(4) [DOC: E como foi a experiência, foi boa?] **Pra mim** foi boa porque eu já vim de indústria, não ia de encontro a ninguém, ... [15-54-EM]

(5) [... naquele tempo não era palmadinha, era surra, era pancada mesmo.] **Meu pai** então não tinha conversa, entendeu? Mas eu não adoto violência,... [06-75-EP]

Note-se a ambigüidade que pode advir do emprego do V *ter* existencial¹⁰; em (5), por exemplo, o verbo pode ter as seguintes interpretações, com implicações no emprego ou não de P: (i) *com meu pai não havia conversa*; (ii) *com meu pai não se tinha conversa* (não se conversava; *meu pai* = comitativo); (iii) *meu pai não tinha conversa* (*meu pai* não conversava, *meu pai* = agente). Tendo em vista o esvaziamento semântico e a possibilidade registrada em (ii), associamos esta ocorrência à dos verbos leves. Assim sendo, pode-se considerar a totalidade de ocorrências de complementos nominais, nos dados levantados, como enunciados com verbos leves ou copulativos.

Quanto aos adjuntos adnominais, as informações estão registradas nas Tabelas 3 e 4¹¹:

Tabela 3: P em AAdn: ocorrências em relação a tipo de predicado, papel- θ e tipo de tópico

	Tipo de Pred			Papel- θ			Tipo Top.		
	SC _{cop}	V _{trans}	V _{inac}	Posse	Fonte	Espec	TS	TOP	Outros
Apag.7	7	-	-	6 ^{*3}	-	1 ^{*3}	6		LD 1
Real. 9	-	7 ^{*1}	2 ^{*2}	1 ^{*3}	5 (1 tempo)	3		9	

⁹ Sigla para Small Clause (oração pequena ou mini-oração): “predicação que se estabelece entre um constituinte que é sujeito e um outro que é predicado sem que o núcleo desse predicado seja um verbo (ou uma flexão verbal)” (MIOTO, FIGUEIREDO SILVA, LOPES, 2004, p.107).

¹⁰ Cf. comentário em 3.3.2, acerca do enunciado (27 b.) “A Tijuca já **tem** bastante prédio”.

¹¹ Sobre adjuntos adnominais, cf. nota 2.

Observações acerca da Tabela 3:

- *1: 1 trans. pass. (*da Bahia é escondida*); 1 dado com ambigüidade em relação à posição de origem do constituinte (*do futebol eu não tenho muita história ec pra contar ec não*).
- *2: 1 V inac. exist. (foi = teve); 1 inac. dinâm. (sair).
- *3: Idéias semelhantes a *posse*.

Tabela 4: P em AAdn: ocorrências em relação a N modificado

	FS de N		Tipo de N			Realização ou não de N	
	SUJ	CV	Deverbal	Concreto	Deadjet.	Real.	Não (na S)
Apag.7	7		4	3* ²		6	
Real. 9	4* ¹	5	1	7* ³	1	1* ⁴	8

Observações acerca da Tabela 4:

- *1: 2 sujeitos de Vinac e 1 de pass (daí gerado como complemento verbal (CV)); só em 1 é SUJ de Vtrans.
- *2: *Notas; músicas e prova*.
- *3: Nomes não relacionados com outra categoria.
- *4: Ambigüidade: **do futebol** eu não tenho muita história **ec** pra contar **ec** não.

Verificamos que a omissão de P, em 6 casos¹², pode tornar os enunciados ambíguos, por haver diferentes possibilidades de preenchimento da posição de núcleo de PP; sugerimos haver aí a omissão da preposição *de*. Quanto a esta, Avelar (2006) defende que, devido à imprecisão de conteúdo semântico, pode haver ampla possibilidade de substituição por outras (*em, com e para*). É uma observação que, em se considerando tratar-se de PP adjunto com apagamento de P, não se pode generalizar, conforme verificamos nos dados¹³:

- (6) a. ... **as crianças pequenas, as menores**, como eram as *brincadeiras*, como são... [16-70-EM] (?com, ?para, *em)
- b. Eh, que **eles, as brincadeiras** são outras, ... [21-27-EM] (?com, ?para, *em)
- c. Você está achando que **esses... que estão chegando agora** a ... as música são diferente? [36-45-EP] (*com, ?para, *em)
- d. ... **a gente**, assim as conversas são mais parecidas,... [03-17-EM] (?com, ?para, *em)
- e. ..., **recuperação paralela** o, o nível da prova já é mais baixo um pouquinho,... [04-21-EM] (em, para, *com)
- f. ... hoje as crianças de hoje em dia tem tudo, e **as crianças de antigamente** a vida era mais privada né,... [35-64-EP] (?com, ?para, *em)

¹² Cf. Tabela 2: trata-se de ocorrências de Topicalização Selvagem; o dado em que se registra Deslocamento à Esquerda, que registramos em (i), não é considerado, tendo em vista que a preposição se realiza no interior de S:

(i) porque **essa minha neta aí**, as notas *dela* são invejáveis... [16-70-EM]

¹³ * (indicativo de agramaticalidade) informa a impossibilidade da preposição, enquanto ? indica possibilidade, mas com alteração de significado.

Com relação a (6 f.), por exemplo, constata-se que a substituição por **para** é possível, mas, embora a semântica não se altere, há alteração de relação sintática: de adjunto adnominal (AAdn) de *vida* passa a complemento nominal (CN) de *mais privada*, ou seja, argumento do AdjP; fazendo-se a substituição por **com**, haverá, além da alteração de função sintática (de AAdn para CN), mudança na semântica (de experienciador passa a comitativo); já a substituição por **em** torna o enunciado agramatical.

Vale ressaltar que a realização de P, nestes contextos, não pode ocorrer, como se comprova pela agramaticalidade nos exemplos em (7)

- (7) a. *... que **deles**, *as brincadeiras* são outras, ...
 b. *... que **da gente**, assim as conversas são mais parecidas, ...

O cotejo com os AAdns com preposição **de** realizada nos aponta para a questão semântico-discursiva: nestes enunciados, constatamos haver tópicos contrastivos, sendo o contraste expresso de forma explícita, como em (8), ou implícita, como em (9):

(8) A violência aqui está muita mas é escondida, só sai mais a, nos jornais só sai mais a violência do Rio, de São Paulo e Minas Gerais esses lugares mas **da Bahia** é escondida né, mas a violência aqui da brava. [18-23-EP]

(9) [O Sr. Conhece praticamente esses filmes todos dessa época?] **Da época** conheço \emptyset ,... [06-75-EP]

Podemos comprovar as implicações semânticas do emprego de P a partir de sua inserção em enunciados originalmente com apagamento de P. Observemos esse procedimento no enunciado em (12) e (13), a partir dos dados em (10) e (11):

(10) ..., porque **essa minha neta aí**, as notas *dela* são invejáveis, ela, ela, ela vai ser a maior frustração se ela fizer o vestibular agora e não passar, ... [16-70-EM]

(11) ... a recuperação paralela tem o teste e prova, o aluno não conseguiu o sete tem recuperação paralela, **recuperação paralela** o, o nível da prova já é mais baixo um pouquinho, o cara chega lá faz um prova boa,... [04-21-EM]

Em (10), temos um caso de LD (cf. 3.3.2), não sendo, portanto, um caso de movimento do constituinte topicalizado. Pode-se verificar que, caso P se realizasse, o enunciado adquiriria

um outro matiz semântico: *as notas dessa minha neta e não as dos (as) outras (outros)*:

(12) ... , porque **dessa minha neta aí**, as notas (dela) são invejáveis, ...

Quanto ao enunciado em (11), observe-se que se trata de um constituinte de sintaxe ambígua entre AAdn e AAdv (adjunto adverbial), o que possibilita a inserção de P **de** ou **em**. Assim, em (13), propomos duas alternativas com realização de P:

- (13) a. ... na recuperação paralela o, o nível da prova já é mais baixo (AAdv)
 b. ... de recuperação paralela o, o nível da prova já é mais baixo (AAdn)

Novamente, o que se verifica é que, com P **de**, em (13 b.), o enunciado transmite idéia de contraste. Entretanto, aqui se pode acrescentar à discussão o fato de que, no caso de AAdv, em (13 a.), a idéia de contraste não se realiza por meio do emprego de P, sendo necessária outra estratégia: a entonação¹⁴.

Deve-se ressaltar também que, nos enunciados em que o constituinte topicalizado (AAdn) é aparentemente do tipo DP, o nome por ele modificado está realizado na oração, como em (6 a.), aqui repetido em (14):

(14) **DOC**: Hum, sim mas **as crianças pequenas, as menores**, como eram as *brincadeiras*, como são... [16-70-EM]

Observe-se que nos referimos ao constituinte *as brincadeiras* como *o nome por ele modificado*, o que por si só aponta para a relação semântico-sintática entre o constituinte topicalizado e o nome em itálico, no interior de IP: trata-se de especificação, delimitação. Se fosse realizado em posição canônica, teríamos claramente AAdn com Caso Genitivo:

(15) ... mas, como eram as *brincadeiras* **das crianças pequenas, das menores**, como são...

Entretanto, o emprego do constituinte com P realizada em posição TopP torna o enunciado em (16) agramatical:

¹⁴ Especificamente nestes enunciados, pode-se observar que contribui para a idéia de contraste o quantificador *mais*, modificando o adjetivo *baixo*. Acreditamos, porém, que tal fato não invalida a análise aqui apresentada.

(16) *mas **das crianças pequenas, das menores**, como eram as *brincadeiras*, como são...

Por outro lado, pode-se verificar que a preposição realizada seria possível em contexto de tópico contrastivo. Dessa forma, preferimos uniformizar em torno de que se considerem tais constituintes topicalizados, como em (14), como PPs com P não realizada, uma vez que, em contextos idênticos (tanto do ponto de vista da sintaxe quanto do discurso), há a possibilidade de realização ou não da preposição em decorrência, respectivamente, do traço [+contraste] ou [- contraste], ou seja, de fatores semânticos.

Nos dados com PP AAdn topicalizado, constatamos a elipse dos nomes modificados, como em (9). Encontramos uma exceção apenas, registrada em (17):

(17) [DOC: você tem alguma história pra contar pra gente do, do, do futebol?] Do futebol? Deixa eu ver, não, **do futebol** eu não tenho muita história pra contar não. [18-23-EP]

Entretanto, pode existir aqui, a nosso ver, ambigüidade quanto à posição de origem do PP, conforme evidenciamos em (18); neste caso, o PP tanto pode ser AAdn de *história* quanto AAdv de *contar* (= *sobre futebol*, com aceção de *assunto*):

(18) a. **do futebol** eu não tenho muita história *ec* pra contar não. (= *eu não tenho muita história do futebol pra contar*)

b. **do futebol** eu não tenho muita história pra contar *ec* não. (= *eu não tenho muita história pra contar do futebol*)

O que podemos concluir acerca das análises acima é que, no âmbito da sintaxe nominal, os constituintes topicalizados, com função de AAdn e CN, podem-se realizar na forma PP com P realizada ou não, estando tais ocorrências relacionadas a aspectos semântico-discursivos. Não houve, nos dados coletados, preponderância de uns sobre outros, mas sobressai nos enunciados a atuação de P como elemento ativo na semântica dos enunciados, na medida em que é realizada evidenciando idéia de contraste.

Observe-se, ainda, que, em enunciados como em (19),

(19) [...antigamente só o segundo grau que podia sair pro intervalo, pro recreio, hoje sai primeiro, sai ginásio, de quinta a oitava normal,] **de quinta série em diante** já pode sair no intervalo e tudo, é mais liberal. [04-21-EM]

a realização de P não evita a ambigüidade quanto ao local de origem do PP. Neste enunciado, o PP pode ter como posição de origem tanto AAdv [+Tp], sendo interpretado como ponto de partida temporal (o que equivaleria a responder a uma pergunta do tipo *quando?*), quanto AAdn de N elíptico, sujeito nulo de *pode*, tendo aqui a leitura: *turmas (ou alunos) de quinta série em diante*. Assim teríamos, no primeiro caso, P lexical, atribuindo Caso e papel- θ , enquanto, no segundo, seria P funcional, realizando Caso Genitivo, atribuído pelo N elíptico, recuperado no discurso.

Um outro aspecto observado foi a interferência do contexto na recuperação da relação sintática do constituinte PP, como se verifica em (20), onde o PP, isolado do contexto, admite a análise como AAdn de *ele*, o que não condiz com a situação discursiva: o PP é AAdn de um nome elíptico — *mulher* — também recuperado no discurso.

(20) ... mas naquele tempo eu tinha trinta ano, aí eu disse assim, “oh doutor V...”, “ah mas você está muito nova”, hoje em dia até **com vinte ano** ele está operando, mas naquele tempo já sabe né... [31-54-EP]

Assim, a preposição realizada, embora em alguns contextos participe da construção do sentido, em outros não apenas não elimina a ambigüidade quanto à posição de origem do constituinte topicalizado, conforme (19), como também não permite a interpretação do constituinte que encabeça sem que se recorra ao contexto discursivo, como em (20).

4.2.2 Sintaxe Verbal

Nesta seção examinamos os casos de topicalização de PPs da sintaxe verbal (SV), ou seja, as ocorrências aqui analisadas dizem respeito a constituintes preposicionados na periferia esquerda da oração, sejam eles da sintaxe de complementação ou da sintaxe de adjunção verbal. Ressalte-se que, segundo Rizzi (1997), o posicionamento tanto de complementos quanto de adjuntos na periferia esquerda decorre de movimento, com a diferença de que, enquanto o argumento topicalizado envolve mediação de um operador que assegura conexão com uma posição aberta na sentença, o advérbio¹⁵ se move de sua posição-

¹⁵ Rizzi (1997) refere-se, em grande parte, a advérbios (*adverbs*), citando poucas vezes os adverbiais (*adverbials*, cf., e.g. RIZZI, 1997, p. 311). Nosso trabalho lida com os adverbiais, acatando a defesa que o autor faz acerca da posição em TopP. (cf. 3.2). Ressalte-se sua observação de que, se for *advérbio do tipo oracional*, pode ser gerado no sistema Top.

base por si só, sem operador (cf. 3.2.2.1). Acatamos tal enfoque, tendo em vista o escopo do adjunto adverbial sobre o IP; melhor dizendo, se não há vinculação sintática, há vinculação semântica. E mais: é importante relembrar que o movimento é *último recurso*, o que nos faz considerar, neste estudo, questões discursivas.

4.2.2.1 Os adjuntos adverbiais na periferia esquerda da oração

Na Tabela 1 acima constatamos a forte predominância de AAdv e, dentre estes, a predominância de sintagmas com P realizada. Considerando-se o total de 602 dados, seja com P realizada ou não, o número de constituintes da sintaxe verbal, que corresponderam a 93,5 % do total de dados, apresentam a seguinte tabela de ocorrências:

Tabela 5: Ocorrências de PPs da SV na periferia esquerda (percentual referente ao total de dados)

	PPs constituintes da sintaxe verbal na periferia esquerda			
	P realizada	%	P não-realizada	%
Complementos verbais (CVs)	19	3	41	7
Adjuntos adverbiais (AAdv)	428	71	75	12

Antes de apresentar a análise dessas ocorrências, alguns comentários gerais se fazem necessários. Em primeiro lugar, há, entre os AAdv com P realizada, certas circunstâncias que se repetem, algumas em grande número, como *naquele tempo* (37 ocorrências), *na época* e variantes, tais como *naquela época*, *nessa época* (30 ocorrências), *até hoje* (16 ocorrências), entre outras. Tais expressões ocupam posição na periferia esquerda estabelecendo referência temporal para o comentário a seguir; além disso, podem indicar retomada de informação anterior, seja de forma anafórica explícita, como ocorre com as primeiras, ou implícita, como se depreende da última (limite de tempo a partir de fatos anteriores).

Em segundo lugar, quanto aos AAdv com apagamento de P, consideramos para a análise o fato de que, embora em alguns enunciados a relação se torne indefinida ou ambígua, é inegável a relação circunstancial que se estabelece entre a expressão e o comentário seguinte; com base nesta relação, fizemos a avaliação de P não realizada.

Vale ressaltar que, em se tratando de AAdv, estamos lidando, a princípio, com PPs, cujo núcleo, sob a ótica da Teoria da Regência e Ligação, é P lexical, atribuidor de

papel- θ e Caso. Daí, segundo Oliveira (2004), enquanto é esperada a não realização da preposição introdutora de complemento nos casos em que o verbo puder atribuir Caso, em função de adjunto, a autora considera como não possível a realização nula de P (cf. 2.2.2.4). No que tange a adjuntos, se em posição canônica, observamos que a possibilidade existe, embora restrita, tendo em vista ser possível a realização nula de P em constituintes com função semântica tempo, como em

(21) ... são profissionais, professoras, elas sentam também pra estudar **aquele determinado horário**, pra o filho sentir que ela tem um horário pra estudar... [07-53-EM]

Se o estudo dos AAdvS em si já traz dificuldades, seja no âmbito da GT, seja no da GG, tais dificuldades se avolumam quando da análise deste constituinte na periferia esquerda da oração. Bechara (2001, p.439), por exemplo, refere-se à heterogeneidade da classe tanto do ponto de vista formal quanto do ponto de vista do valor semântico, o que conduz à freqüente falta de nitidez em relação às fronteiras com outras funções sintáticas “e com conteúdos de pensamento designado vizinhos”. Lima (1998, p.257) também se refere às dificuldades quanto à classificação dos AAdvS, apontando como motivo o fato de ela depender das relações, “muita vez sutis”, estabelecidas pela preposição. Rocha (2001, p.20) registra o fato de que a teoria gerativista

parece se preocupar mais com estruturas de complementação e predicação (no sentido mais estrito), deixando pouco espaço para acomodar e/ou explicitar a ocorrência, dentre outros, de constituintes tradicionalmente denominados de adjuntos adverbiais, orações adverbiais, etc.

A análise dos AAdvS na periferia esquerda da oração deve se pautar, a nosso ver, em aspectos primordialmente semântico-discursivos, mais do que sintáticos, tendo em vista que se trata de informação periférica, isto é, não faz parte das relações centrais do VP, que dizem respeito à grade de seleção de V. A análise dos adjuntos, que ora fazemos, tem como ponto de referência teórica a possibilidade de a preposição estar presente, realizada ou não, conforme Meisel (1973) e McCawley (1988) (cf. 3.4). Para identificação de papéis- θ , amparamo-nos principalmente em gramáticas tradicionais (LIMA,1998; BECHARA, 2001), mas recorreremos, também, a Berg (2005). Nosso passo inicial, o levantamento dos papéis- θ , nos forneceu os fatos registrados na tabela 6 a seguir, onde se observa a predominância dos adjuntos com realização de P:

Tabela 6: PPs AAdvS na periferia esquerda e papel- θ : percentual de ocorrências *com* e *sem* P

	P realizada	%	P não-realizada	%
Tempo	251* ¹	85	43	15
Locativo	108	86	17	14
Causa	17	68	8	32
Campo	16	100	-	-
Aspecto	12	92	1	8
Modo	4	67	2	33
Fim	3	75	1	25
Alvo	1	50	1	50
Assunto	1	50	1	50
Meio	1	50	1	50
Opinião	8	100	-	-
Instrumento	1	100	-	-
Comitativo	1	100	-	-
Comparativo	1	100	-	-
Condição	1	100	-	-
Inclusão	1	100	-	-
Limite	1	100	-	-
TOTAL	428	85,1	75	14,9

Observações acerca da Tabela 3:

*1: Ressalte-se a repetição de certas circunstâncias, como as que referimos acima.

Considerando-se que, no PP AAdv, P é o atribuidor de Caso ao DP interno ao PP e que, em se tratando de Caso Oblíquo, que é inerente, esta atribuição associa-se à de papel- θ , a realização de PPs com P realizada é forma canônica de ocorrência, e os números o confirmam.

Embora consideremos as questões discursivas, semânticas e sintáticas intrinsecamente relacionadas, em função da busca por clareza na exposição dos fatos aqui registrados, abordamos, em 4.2.2.1.1, questões em que predominam aspectos discursivos; em 4.2.2.1.2, questões com predominância de aspectos semânticos e, em 4.2.2.1.3, aspectos semântico-discursivos, todos eles com reflexos na sintaxe de realização do PP AAdv, mais especificamente, na realização ou não do núcleo P.

4.2.2.1.1 Questões discursivas: sua relação com o comportamento de P

Embora não seja feita distinção entre adjuntos e tópicos (cf. 3.4), e embora se adote a análise de Rizzi (1997) quanto à posição dos advérbios na periferia esquerda como sendo semelhante à de tópicos (cf. capítulo 3), verifica-se que, no tocante ao emprego de constituintes cujo papel- θ funciona como informação circunstancial, a tendência é a realização de P, mesmo com constituintes que disponham de traço [+F], como ocorre com frequência com os que possuem função semântica [+Tp] e [+Loc].

Entretanto, apesar de se tratar de realização “padrão”, há algumas considerações a serem feitas, além do fato de haver um grande número de constituintes que se repetem, conforme registramos acima. Uma questão é a das formas cristalizadas, como algumas que funcionam de forma semelhante a operadores discursivos; exemplos desses constituintes são: *nisso, com isso / aquilo, num ponto ... no outro, por / pra mim, daqui a pouco*. Estas expressões, já cristalizadas com a preposição, possuem funções específicas, tais como: *com isso / aquilo*, empregado em situações que indicam a causa, e *por/prá mim*, para transmitir opinião. No caso de *daqui a pouco*, por exemplo, observa-se que, na extensão temporal curta que se expressa pela composição da combinação de P *de* + adv dêitico com *a* + indefinido *pouco*, o advérbio, em sendo dêitico com referente *tempo passado*, seria *aí* ou *ali*; mas tal não é o que acontece: a cristalização da forma se evidencia na expressão *daqui a pouco*, em que o advérbio perde a referência dêitica temporal (*aqui* com sentido de *neste momento, no momento presente*) e é empregado em referência a tempo passado:

(22) ... porque a gente fazia zoada e aí jogavam pedra, incomodavam a sala do lado, aí sempre vinham reclamar e tudo, aí pa, parava uns dias, **daqui a pouco** a gente voltava de novo, ... [21-27-EM]

O que defendemos aqui, no tocante às preposições, é que, em se tratando de forma fixa, a preposição não admite omissão por ser amalgamada à expressão.

A partir da observação dos constituintes introduzidos por *qualquer*, em posição de TopP, com relação [+circunstancial], que normalmente aparecem sem P introdutória, obtivemos um outro dado relevante. Tais constituintes serão comentados mais adiante; entretanto, embora para a análise só tenhamos um exemplar de cada (com P realizada em (24) e com P não-realizada em (23)), verificamos que, no contexto com apagamento de P, como em (23), focaliza-se a questão *lugar*:

(23) [DOC: Mas, as pessoas por exemplo cedem o lugar para os mais velhos, como é que você vê essa questão da educação? (...)] 05: Lá? DOC: Lá ou aqui, **qualquer lugar**, como é que as pessoas se comportam? [05-21-EP]

Assim, apesar de *qualquer lugar* não ser o tópico (inclusive por faltar-lhe um referente definido, referente este que é uma característica de constituintes em posição TopP), faz parte de um assunto em pauta — trata-se, pois, de um tópico circunstancial (Tc)¹⁶, que focalizamos melhor adiante, ao analisarmos ocorrências de AAdv sem cabeça. O constituinte **qualquer lugar** está em concordância semântica com o Tc [+Loc] e o que propomos é que esta concordância favorece o apagamento de P, como é comum com os tópicos. Já no enunciado em (24) não temos tal concordância entre o constituinte **em qualquer lugar** e o contexto em que se insere, tendo em vista que o Tc é [+Tp]¹⁷. A preposição, então, se realiza, evidenciando o Caso Oblíquo e o papel-θ [+Loc] do constituinte PP:

(24) (...), no meu tempo de adolescente a brincadeira era tudo, todo mundo sadio, hoje em dia a maldade está em tudo agora, **em qualquer lugar** você vê duas crianças hoje juntos você não sabe se eles está, se ele está indo pra um bom pensamento ou ele está com um mal pensamento hoje em dia, (...) [09-27-EP]

A realização ou não de P pode, portanto, estar na dependência de questões semântico-pragmáticas e é isto que nos indicam os dados que examinamos a seguir.

Um fato que se mostrou freqüente foi a realização de P em contextos de tópicos contrastivos, tal como acontece com os constituintes da sintaxe nominal, como se constata nestas ocorrências de adjuntos adverbiais em posição TopP. No enunciado em (25), por exemplo, verifica-se a realização de *em*, uma preposição fraca (cf. BERG, 2005), introduzindo constituintes que funcionam como tópicos contrastivos¹⁸:

(25) Qual a diferença do, dos colégios? 18: A diferença? DOC: Hum.] 18: Que **no Rui Barbosa** tinha menino pintão e no, **no Azevedo**, que era no Pelourinho, quando tinha o antigo Maciel era muita briga,... [18-23-EP]

¹⁶ Com esta denominação nos referimos à circunstância adverbial (basicamente, +Tp, +Loc) que funciona como um “tópico” discursivo mais amplo e latente, no qual se podem inserir tópicos secundários dentro do mesmo campo semântico.

¹⁷ Ressalte-se que não se trata do tema, que, no contexto em estudo, é a questão *comportamento infanto-juvenil*.

¹⁸ Observe-se a não-distinção entre tópico e AAdv: tradicionalmente analisados como adjuntos, tais constituintes em (25) são, efetivamente, tópicos.

Constata-se neste enunciado, inclusive, a realização de P em posição onde é comum o seu apagamento, ou seja, antecedendo verbo existencial (*no Rui Barbosa tinha menino pintão*), posição em que é usual a ocorrência de DP preenchendo a posição sujeito (*o Rui Barbosa tinha menino pintão*)¹⁹. cremos ser possível depreender daí o reflexo na sintaxe de fatores semântico-discursivos, pois, a nosso ver, a preposição se mostra como item lexical pleno atuando como elemento predicador, atribuindo (e evidenciando) o Caso Oblíquo e a função- θ [+Loc] de constituintes que, pragmaticamente, funcionam como tópicos contrastivos.

No terreno semântico de tópicos contrastivos, situam-se os AAdvS que se relacionam com o predicado registrando circunstâncias de CAMPO e ASPECTO; nestes, em função mesmo do sentido da circunstância (ao determinar um campo / aspecto, excluem-se outros campos / aspectos), a construção se sustenta em estabelecimento de um contraste. A análise dos dados nos mostrou que, nestes contextos, a preposição aparece fonologicamente realizada, como se pode observar nos enunciados em (26) e (27), estando a idéia de contraste explícita, como nos enunciados em a., ou implícita, como em b. Tanto em (26), onde se registram exemplos de circunstância ASPECTO, como em (27), em que temos a circunstância CAMPO, a preposição empregada é *em*, que aparece com forte predominância introduzindo os PPs adverbiais com idéia de ASPECTO (75% dos casos vs. 25% com a preposição *por*):

(26) a. [E a senhora acha o, o, essa educação dos, dos jovens de hoje, como é que a senhora vê isso?] Olha, eu acho que **num meio termo** está tudo certo, agora **no exagero** aí é que enrola, (...) [27-80-EM]

b. [DOC: Então você foi uma criança muito ativa, né, nesse aspecto?] **Nesse ponto** eu tinha assim um, um donzinho artístico,... [07-53-EM]

(27) a. ... não é porque eu fui criada espancada eu vou espancar meu filho, não, aí tem que ensinar diferente agora **na educação** tem que ensinar igual, do jeito que foi criada...[36-45-EP]

b. A educação hoje em dia dizem que melhorou né, mas eu acho que piorou viu, o, o, **em matéria de educação familiar** eu acho que piorou. [09-27-EP]

Já quanto aos PPs com idéia de CAMPO, a preposição *por* é a que aparece em maior número (56 % dos dados), mas o que se observa é uma maior variedade de preposições,

¹⁹ O que levaria à realização de construções de Tópico-sujeito, referidas no capítulo 3 (cf. 3.3.2).

praticamente todas do tipo fracas: *com* (19 %), *de* (19 %), e apenas uma do tipo forte: *sobre* (6 %)²⁰. Ressalte-se, entretanto, que a escolha de P não é aleatória, pois o seu emprego decorre de situações específicas, conforme exemplificamos em (28):

(28) a. [DOC: E você, você era sozinho ou tinha outro irmão?] Não, eu sou, **de irmão homem** só, só tem eu. [18-23-EP]

b. [DOC: (...), você gosta muito de televisão... 31: Eu gosto. DOC: De que é que você gosta de televisão?] 31: **De televisão** eu gosto muito de novela, eu gosto. [31-54-EP]

O que se observa nos dados em (28) é que a preposição *de* acrescenta, em ambos os enunciados, uma idéia de partitivo: em (28 a), a preposição introduz o PP cujo referente é parte do total de irmãos; em (28 b), esta preposição repete a estrutura da pergunta do documentador, na qual o constituinte Wh²¹ *de que* tem por referente uma parte do todo *programas (de televisão)*, NP cujo núcleo N é culturalmente recuperado²².

Um outro fato encontrado nos dados e que diz respeito a questões discursivas é o emprego de constituintes que fazem referência ou retomam circunstâncias expressas anteriormente, estabelecendo a coesão exofórica e endofórica, como ocorre em

(29) [DOC: [A escola] Procurasse, procurasse atender mais as próprias crianças...] É, atender mais. Eu acharia também que **com esse negócio de informática** todas as escolas deveria ter informática, (...) [21-27-EM]

(30) [(...), ele também estava aquele tempo todo sozinho, aí veio logo pra cima de mim, eu já tinha tomado dois copos de cerveja... DOC: Olha, (risos) aceitou...] 31: Aí aceitei, uh meu Deus, pronto que **com esse copo aí**, que **com esse negócio** a gente está até hoje... [31-54-EP]

(31) (...) e ele chegou até a me espancar, inclusive foi na época pra polícia, na segunda delegacia que também já existia lá no bairro da Liberdade, registrar uma queixa, e **com aquilo** eu me senti assim tão triste, (...) [13-30-EM]

²⁰ Quanto a P fracas e fortes, cf. Berg (2005).

²¹ “Wh é a sigla internacional criada a partir das expressões *who, what, when, which, etc.* do inglês para representar as expressões interrogativas”. (MIOTO, FIGUEIREDO SILVA, LOPES, 2004, p.70-71)

²² O NP *programas* é, mais exatamente, complemento de DP com D nulo, o que imprime ao sintagma a marca de amplitude genérica; esta leitura indefinida é própria do Caso partitivo.

(32) (...) o que eu posso dizer do passado também, que apesar de ser um passado assim triste mas veio me trazer maturidade para o presente, eh, **com isso** eu pude buscar também conhecimento (...) [13-30-EM]

Nestes enunciados, os constituintes AAdv estabelecem com a oração uma relação de causa, ao tempo em que atuam na coesão textual²³.

No tocante à preposição, o que se observa é que a possibilidade de apagamento somente ocorreria com os sintagmas definidos nos enunciados em (29) e (30), em decorrência da função pragmática tópico, que assim prevaleceria sobre a semântica (Causa) e a sintática (AAdv) (cf. CINTRA e PEZATTI, 2004); entretanto, apesar dessa possibilidade, a preposição se realiza, evidenciando o Caso Oblíquo e a função semântica Causa, tal como acontece com os indefinidos em (31) e (32). Paralelo a isso, em (33) constatamos, com Cintra e Pezatti (2004), a omissão de P que introduz o PP AAdv com a função pragmática de tópico, ao passo que, com a função analisada por estes autores como Organizador de Cenário, a preposição é fonologicamente realizada:

(33) [DOC: Está certo, mas eu quero ainda agora saber o seguinte, você me falou que eh, nas férias costuma viajar, e falou geralmente pra onde? **03**: Pra Alagoinhas.DOC: Pra Alagoinhas e? **03**: **Feira de Santana** eu só fui duas vezes. DOC: E Feira de Santana. E, geralmente em férias, o que é que você faz geralmente em férias, vai em casa de quem.?] **03**: **Feira** é uma casa de um, de um tio meu que se mudou daqui e foi morar lá em Feira, (...) agora **em Alagoinhas** é a minha tia, L... que é a minha prima, e o marido dela e outra que é, (...inint...) [03-17-EM]

Neste enunciado, os constituintes em destaque, apresentando igualmente o traço [+F_{Loc}], merecem comentários diferentes no tocante ao emprego de P, embora todos possam desempenhar a função Tópico. *Feira de Santana*, argumento do verbo inacusativo dinâmico *fui*, é exemplo do que Duarte (2003c) denomina Topicalização Selvagem (cf. 3.3.2). A segunda ocorrência, *Feira*, embora aparentemente ocupe a posição sujeito de SC, não perde, a nosso ver, a função semântica [+Loc] e sintática AAdv, o que se confirma na ocorrência do

²³ Em (29) e (30) temos, respectivamente, exemplos de coesão exofórica e de coesão endofórica, na medida em que, no primeiro, se faz, por meio de expressão definida, referência a algo que, conforme Duarte (2003a, p.111), “tem uma identidade incontroversa para o alocutário / leitor / ouvinte”; já em (30), a expressão definida, com estrutura semelhante, tem por co-referente fatos registrados em sentenças anteriores.

AAdv final *em Alagoinhas*; observe-se que a preposição, neste constituinte, evidencia o Caso Oblíquo e, concomitantemente, o papel- θ [+Loc]. O que se pode dizer da cópula nos dois casos é que se trata de verbo existencial (= *tem*) com sujeito expletivo. O emprego de P, na última ocorrência, tem a ver com os fatos já analisados de tópico contrastivo; já a omissão nas anteriores, *Feira de Santana* e *Feira*, pode ser creditada à predominância da função pragmática (Tópico) sobre a semântica ([+Loc]) e sintática (AAdv); entretanto, quanto à primeira, há ainda a presença do verbo, que seleciona argumento [+Loc] da categoria PP, ao qual a preposição *a*, seu núcleo, acrescenta o traço [+Meta], sendo esta omitida por ser facilmente recuperada como parte integrante da semântica do verbo. Este fato será explorado melhor ao abordarmos os complementos verbais.

Ratificando a análise feita acima, observemos os enunciados em (34):

(34) a. [DOC: Mas não passa carro.] Não passa carro ali não, fica alguns carros ali parado, mas **na pista** *que a gente vai* não tem carro não, tem um pistão que está fazendo agora, a gente pode ir pelo pistão, sobe, sobe a ladeira. [05–21–EP]

b. [DOC: Essa rua é isolada?] Não, tem casas, tem um bocado de casas lá. **DOC:** Mas eu falo isolada assim **a pista** passa carro? **05:** **Essa pista** não passa carro não, tem lama. [05–21–EP]

O cotejo entre os dois enunciados em (34) nos mostra a presença, em ambos, do mesmo constituinte²⁴, possuidor de traço [+F_{Loc}] e com a função [+Tópico]. O que se questiona é o que faz P ser fonologicamente realizada em (34 a), enquanto é apagada em (34 b). Quanto a este último, pode-se acatar a análise proposta por Cintra e Pezatti (2004) de o apagamento decorrer da função pragmática predominar sobre as funções semântica e sintática. Entretanto, não se explica com isso a diferença entre as formas dos constituintes em questão: DP em a., PP em b., tendo em vista que a função pragmática é a mesma em ambos os enunciados.

A realização de P em (34 a.) pode, de fato, ser creditada a outro fator. Considerando-se a relativização do DP interno ao PP, a interpretação que advém do fato de ser uma relativa restritiva é de que o referente, como parte de conjunto maior, está em contraste com os componentes deste (*a pista que a gente vai* — onde passa carro — vs. *as outras* — onde não passa carro); trata-se, portanto, de explicação já aventada neste trabalho: P se realiza em contextos de tópico contrastivo. Observe-se que isto acontece apesar da

²⁴ Com o mesmo referente, inclusive.

existência de fator que favorece o apagamento (o verbo da oração é do tipo existencial, e, sendo impessoal, tende a ter sua posição sujeito preenchida (cf. 3.3.2)), como já observamos anteriormente, em relação à realização de P nos enunciados em (25) e (28 a.).

Quanto a (34 b.), observe-se, de antemão, que a primeira ocorrência do constituinte, na fala do documentador (DOC), não é exatamente o tópico discursivo, mas, em se considerando o traço [+F_{Loc}], constata-se que há concordância de traços com o tópico “rua”, mencionado anteriormente; acresça-se a isso o fato de o verbo ser do tipo inacusativo, que, tendo apenas o argumento interno, possibilita a reanálise do AAdv como sujeito (cf. 3.3.2)²⁵. Vale ressaltar que, na fala do entrevistado, o AAdv reanalisado como sujeito de *passar* na primeira oração é o referente do sujeito nulo do verbo existencial na oração final *tem lama*. Trata-se, portanto, de um caso de tópico-sujeito.

4.2.2.1.2 Questões semânticas: sua relação com o comportamento de P

Na Tabela 6 acima, constatamos que, quanto aos adjuntos sem cabeça, a não-realização de P é mais freqüente nas circunstâncias temporais (59% dos dados), seguidas das locativas (25% dos dados). Entretanto, esta predominância se observa também nas ocorrências com P realizada: o percentual das circunstâncias de tempo é de 57% dos dados, enquanto há 23% das locativas. Tal fato é esperado, tendo em vista que se trata das circunstâncias básicas das elocuições, principalmente se se levar em conta o conteúdo das entrevistas (os entrevistados são instados a narrar fatos, daí a constante localização no *tempo* (o *quando*) e no *espaço* (o *onde*)). Quanto às outras circunstâncias, podemos constatar, além da ocorrência unitária de várias delas, todas introduzidas por P, alguns outros aspectos que devem ser avaliados no seu todo.

Observando os papéis- θ que se repetem, ou seja, não se levando em conta aqueles cuja incidência é insignificante (consideramos aqui os de número inferior a cinco), os adjuntos desempenham as seguintes funções semânticas: Tempo, Lugar, Aspecto, Causa, Campo, e ainda o de Opinião, cuja incidência foi apenas com P realizada. Não se constata, portanto, a avaliação de Leite e outros (1996, p. 334) de serem “as funções de causa, aspecto, condição, etc. privativas das formas oracionais”, na forma de adjunto com cabeça. Embora a variedade das funções seja mais freqüente nesta forma, as ocorrências de várias funções na forma “sem cabeça”, além das de Tempo e Lugar, que foram detectadas por estes autores (cf.

²⁵ Mais especificamente, acerca das questões aqui discutidas, cf. DECAT (1989), VASCO (1999), GALVES (2001) e ORSINI (2005).

cap. 3), indicam a possibilidade de sua realização; o que deve ser examinado é a forma de atribuição do papel- θ e Caso, já que são enunciados gramaticais. Tais circunstâncias posicionam-se na periferia esquerda por razões discursivas e o reflexo destas na sintaxe é o que veremos a seguir.

Retomamos enfoque de Chafe (1976, *apud* LAMBRECHT, 1996) acerca do tópico — de que este compõe uma estrutura espacial, temporal e individual em que a predicação central se sustenta (cf. 3.1) — e estendemos tal definição para a ocorrência de AAdvS na periferia esquerda. O estudo dos PPs na posição de tópico (em TopP, à esquerda da oração, cf. RIZZI, (1997)) levou-nos, conforme registramos no capítulo 3, ao exame de estruturas de complementação e de adjunção. E de fato foram constantes os problemas encontrados no terreno da classificação das estruturas. O que deixamos claro é que nosso enfoque é o comportamento de P — e isto já se nos mostrou uma zona de conflitos e sutilezas. Partimos do pressuposto de que, salvo erros de *performance* e mudanças de percurso, os constituintes com relação de informação circunstancial devem, a princípio, ser PPs. Em se considerando a predominância de constituintes com P realizada, isto se confirmou no levantamento dos dados, diferente do que se constatou quanto aos constituintes com relação de complementação (cf. Tabela 1).

Lima (1998), como vimos, atribui às relações estabelecidas por P a dificuldade em classificar os adjuntos adverbiais, mas a complexidade não se restringe a este item, como mostramos no capítulo 2. E foi, de fato, o que encontramos na interpretação dos constituintes — com e sem P realizada, conforme (35) e (36):

(35) [DOC: (...) eu adorava aventura, até tanto que o único lugar no mundo que eu tinha vontade de conhecer é a Austrália, por causa desses livrinhos de bolso, porque passava muito, tinha muito livro que era passado lá pela Austrália, e **aquelas descrições que eles faziam**, eu tinha uma vontade louca de conhecer a Austrália. [27-80-EM]

(36) (...) que ele é Popó mão de pedra, vai botar a mão, vai derrubar, e derruba mesmo, mas **na marmelada** até eu né, até **no sopro** me pagando pra cair eu caio. [18-23-EP]

Em (35), entendemos haver a relação de Causa entre o DP relativizado e a S a seguir (“*eu tinha uma vontade louca de conhecer a Austrália*”); no estudo de Berg (2005) seria *desencadeador*, uma das relações que a autora registra para a preposição *com* e classificação bem adequada ao presente contexto. Observe-se que a posição é exigida pelo discurso, não

apenas por retomar informações anteriores (*livros* e *Austrália*), mas também pelo fato de o escopo da circunstância ser toda a predicação. Já em (36), com P realizada, a relação não se faz de forma transparente: entendemos haver aí uma relação de Condição, quanto ao primeiro PP (*na marmelada*), e de Causa, quanto ao segundo PP (*no sopro*), embora ambos sejam introduzidos por *em*. A propósito desta preposição, é importante destacar que se trata de P de sentido fraco, o que lhe permite portar uma grande variedade de sentidos (cf. BERG, 2005); é, portanto, esperada a diversidade acima.

O que objetivamos destacar nestes enunciados é que, embora tais interpretações não nos pareçam definitivas, existe uma relação circunstancial evidente, mesmo com ausência de P; e que a relação semântica pode ser imprecisa, apesar da presença de P.

4.2.2.1.3 O comportamento de P: sua relação com aspectos semântico-discursivos

O passo seguinte no exame de constituintes adverbiais sem a preposição introdutória teve como meta o levantamento das ocorrências sob o ponto de vista dos traços semânticos intrínsecos [+F] (cf. LARSON, 1985) e sob o ponto de vista do discurso (\pm Top, ou seja, se se trata ou não de tópico). Este estudo levou-nos à constatação de que, em alguns enunciados, a circunstância adverbial (basicamente, +Tp, +Loc) pode funcionar como um “tópico” discursivo latente, amplo e geral (um “hipertópico”), de caráter circunstancial, dentro do qual se localiza a informação, ou mesmo, o tópico específico; a este fenômeno denominamos tópico circunstancial (Tc), exemplificado em (37); considerou-se como Tc também um caso de enunciado em que o constituinte [+Loc] tem sua função semântica identificada através do contexto, tendo em vista que porta traço [-F], e que registramos em (39). Comparem-se estes dois tipos de ocorrências com a que registramos em (38), no qual a circunstância é o tópico (= tema) do enunciado:

(37) (...) carnaval, a gente fazia carnaval da gente era ali mesmo era um bocado de lata saía tocando por aí. E **São João** ia pra casa de um, pra casa de outro (inint) [36-45-EP]

(38) (...) eu fui crescendo um menino assim meio revoltado, meio triste, brigava muito, tentava assim pra cumprir, pra manter assim como se o meu pai tivesse presente, **a ausência dele** eu tinha que me defender, (...) [13-30-EM]

(39) [DOC: E talvez faça, isso faça com que diminui o mercado de trabalho pra ele.] (...) Pois é, você vem que tem mulher aí tudo né, a cobradora, em tudo quanto é, lugar você vê que tem mulher né, **construção civil** tem mulher que trabalha, **registro de pis essas coisas todas** né. [21-27-EM]

Em (37), consideramos como Tc o traço [+Tp] já que se faz referência a como eram as festas numa época determinada; assim, embora o constituinte em destaque não seja Tópico, este possui o traço [+Tp] que permeia o enunciado de forma abrangente. Em (38) temos um tópico cujo papel semântico identificamos como Causa, embora acreditemos haver possibilidade de compartilhamento de valores: *Causa + Tempo*. Em (39) temos outras questões a comentar. Em primeiro lugar, consideramos clara a relação [+Loc], mas se trata de interpretação amparada no contexto; em segundo lugar, temos aqui um caso de tópico-sujeito (cf. ORSINI, 2005; VASCO, 1999), em que se constata o preenchimento da posição sujeito, freqüente com verbos existenciais (cf 3.3.2); há, entretanto, a possibilidade de se analisar como apagamento de P do PP adverbial decorrente de a função pragmática Tópico se sobrepôr à sintática e à semântica.

Verificamos ainda o emprego de constituintes introduzidos pelo indefinido *qualquer*, bastante freqüente na língua oral; trata-se de enunciados do tipo

(40) Mamãe, mamãe era um troço, mamãe era um, **qualquer coisinha** ela pegava a orelha “ti ti”, era na orelha e no beliscão,(...).[27-80-EM]

(41) ... era a pastelaria de seu Tabuada, a gente gostava muito e **qualquer dinheirinho** *que a gente achava* ia comprar sardinha pra comer com pão e refrigerante, (...) [27-80-EM]

De construções desse tipo, entre os adverbiais sem cabeça, coletamos 9 ocorrências, com diferentes funções- θ : Causa, como em (40): 5 enunciados; Modo: 2 enunciados; Locativo: 1 enunciado; Meio, como em (41): 1 enunciado.

Consideramos que tais fatos merecem um estudo específico, que vai além de nossos objetivos nesta dissertação, daí o cômputo dos dados se basear, para o cálculo percentual, no número total de 66 enunciados.

Na Tabela 7, registramos o levantamento das ocorrências de AAdv sem cabeça com traço [\pm F] e função pragmática [\pm T]. O levantamento de funções- θ dentro deste enfoque está registrado na Tabela 8, cujas informações nos levam a concluir que, quanto aos adjuntos

sem cabeça na periferia esquerda da oração, há forte tendência ao emprego de constituintes com traços [+F]: 82 % dos dados:

Tabela 7: Adjuntos sem cabeça: o traço [\pm F] e a função Tópico (\pm Top)

	Ocorrências	%
[+ F] / [- Top]	33	50
[+ F] / [+Top]	12	18
[+ F] / [Tc]	9	14
[- F] / [+Top]	10	15
[- F] / [-Top]	1	1,5
[- F] / [Tc]	1	1,5
Total	66	100

Tabela 8: ocorrências de funções- θ sob enfoque [\pm F] e [\pm T]

função- θ	+F	%	+FT	%	+F	%	- F	%	-F	%	-F	%
	- T		c		+T		+T		-T		Tc	
Tempo	33	100	9	100	1 ^{*1}	15	1	10				
Locativo					11	85	3	30			1	100
Causa							3	30				
Fim							1	10				
Alvo							1	10				
Refer/assunto							1	10				
Refer/aspecto									1	100		

Observação acerca da tabela 8:

*1: Compartilhamento de valores semânticos: tempo + causa.

É importante destacar que, entre os constituintes considerados como [-F] (12, ou seja, 18 % do total), 10 (83 %) são constituintes com a função discursiva tópico; já entre os [+F], a proporção de não-tópicos [-Top] é maior do que de tópicos [+Top]: 61% vs. 22%. Observe-se que, entre os constituintes [+Top], predominam os que portam o traço [+F]: 55% vs. 45% de [-F], mas não se trata, a nosso ver de diferença tão significativa. Se, entretanto, considerarmos a função Tc entre os tópicos, teremos um total de 32 ocorrências, dentre as quais, 66 % com traço [+F] e 34 % [-F]. Levando-se em conta o ponto de vista de Cintra e Pezatti (2004), vemos que a função tópico, considerando-se inclusive a de Tópico circunstancial (Tc), ocorre em 47 % dos casos.

O que se constata aqui é o fato de que, tanto em relação às ocorrências de não-tópicos (total de 34 dados), quanto em relação ao traço [+F] (total de 54 dados), é grande a proporção de constituintes com papel- θ [+Tp]: 97 % de não-tópicos e 80 % dos constituintes [+F]. Apenas um dado dessa função semântica classificamos como [-F], mas é uma ocorrência não relevante em termos de função semântica Tempo:

(42) [... aí no final dizia rato podre, eu fiquei no, no fim, aí eu não sabia, aí bati palma o rato podre sozinha na sala, ...] **DOC: Rato podre** não era pra bater palma. [03-17-EM]

Como podemos perceber, a função semântica é interpretada contextualmente; observe-se que a preposição é omitida inclusive em posição canônica de adjunção ao VP. A preposição, em se considerando a circunstância Tempo, é *em*, embora, na posição canônica, haja a possibilidade de inserção de *para*, mas esta apenas em função de o verbo *bater* (associado ao DP *palma*) prever em sua grade temática o constituinte com função semântica Alvo / Benefactivo.

Incluindo-se o Tc, o quadro vem confirmar o que se esperava em relação aos dados: a omissão da preposição nos adjuntos adverbiais na periferia esquerda da oração está condicionada à presença do traço [+F] e/ou ocorre se o constituinte desempenha a função de tópico. Em apenas um enunciado detectamos a ocorrência de [-F] [-T]; neste, o AAdv traduz Aspecto, sendo portanto [-F], e, sem o traço [+definitude], não exerce função de tópico:

(43) [DOC: Então ser criança hoje seria melhor do que... **06** Muito melhor ... **DOC: Do que algum tempo atrás.] 06 É ... Ser criança hoje ... e ... e não, em tudo, todos os pontos de vista falando, todos, tudo, tudo, tudo. [06-75-EP]**

Para ilustrar a questão de traços [+F] associada a compartilhamento de traços, papel- θ e função pragmática, veja-se o enunciado em (44), onde o constituinte em destaque exerce a função discursiva foco (trata-se de construção clivada):

(44) Tinha que falar de microfone, eu nunca vi isso na minha vida, primeiro ano viu, eu acho que **terceiro ano** que usa microfone... [04-21-EM]

Pode-se considerar aí a possibilidade de compartilhamento de papéis- θ , já que, em função de possuir, em princípio, traço [+F_{Tempo}], que advém do Nome *ano*, este se soma à função

semântica [+Loc]: aqui a referência é feita às *turmas de terceiro ano*, ou seja, uma referência espacial. Ressalte-se que, segundo Cintra e Pezatti (2004), a função *foco* é condição para realização, e não para apagamento de P²⁶. Os autores exemplificam com o enunciado em (45):

(45) Pra tua casa eu vou, pra dele eu não vou não.

Entretanto, quanto a este enunciado em particular, devemos registrar que, tendo por base informações que obtivemos nos dados coletados, a realização de P pode estar condicionada à idéia de contraste aqui presente.

Antes de encerrar esta discussão, registramos a seguir um dado que consideramos significativo quanto à existência do traço [+F]:

(46) ... tem alguma coisa interessante pra contar pra gente durante a sua infância, quer dizer no sentido da escola? **Na escola** tem alguma coisa interessante pra você contar?[09-27-EP]

Observe-se que, em se considerando a função semântica Assunto, a preposição que encabeça o PP deveria ser *sobre* (ou *de*); creditamos ao traço [+F_{Loc}] o emprego de *em*, mais freqüentemente associada ao papel- θ Locativo.

4.2.2.2 *Os complementos verbais na periferia esquerda*

A Tabela 5, em 4.2.2.1, nos mostra que, quanto aos complementos verbais, há uma inversão no percentual de ocorrências de constituintes com P realizada e não-realizada: enquanto entre os adjuntos adverbiais (total de 503 dados) a maioria é de constituintes com P realizada (85 %), entre os complementos verbais (total de 60 dados), a maior parte é de constituintes com apagamento de P (68 %). Se, no tocante aos AAdv, argumentamos que a realização de P era o comportamento “padrão”, tendo em vista ser este elemento que checa Caso Oblíquo e papel- θ do DP interno ao PP, a respeito dos complementos é, de fato, de se esperar o contrário: o verbo (V) é que, em princípio, checa Caso e papel θ dos constituintes internos ao VP, já que complementos são categorial e semanticamente selecionados pelo verbo. Isto, porém, é fato indiscutível apenas quanto ao OD, o argumento interno de V;

²⁶ A discussão sobre a função *foco* foge aos objetivos de nosso estudo; o dado nos interessa, como se vê adiante, devido à idéia de contraste.

quando se trata de PP argumento, os fatos são bem mais complexos e passíveis de discussão. Estes foram aspectos que se nos mostraram como freqüentes dificuldades na análise dos dados, já que o estudo de PPs argumentais topicalizados, e, por conseguinte, conectados a posição aberta na sentença, parte do exame de V núcleo do VP do qual, a princípio, se extraiu o constituinte.

Embora não seja nosso objetivo neste trabalho um aprofundamento em questões acerca da transitividade verbal, há alguns aspectos a serem previamente examinados quanto aos complementos verbais. Atente-se, por exemplo, para o fato de que há verbos que permitem diferentes estruturações de VPs, em função de poderem se realizar com e sem complemento (como *beber*, *comer*), e outros que, além disso, em sua grade de seleção admitem DP e/ou PP (como *escrever*, *ler*); há, ainda, os que, selecionando complemento da categoria DP, não são atribuidores Casuais (cf. RAPOSO, 1992, p.370), sendo P inserida para a realização casual do complemento: são os verbos idiossincráticos, dos quais Raposo cita, como exemplo, *precisar* e *necessitar*, e entre os quais incluímos o verbo *gostar* (cf. cap. 2); há, ainda, a imprecisão que pode acontecer na classificação de alguns constituintes como AAdv ou CV, na medida em que parecem ocupar uma zona limítrofe entre a posição de constituinte interno a VP, como o *é*, indiscutivelmente, o OD (com Caso acusativo checado em V), ou externo a VP, como o *é* o AAdv (que checa Caso Oblíquo em P) (mas cf. 2.3.2.1, em referência ao OI). Este é um campo em que, inclusive na GT, a análise de forma alguma se nos mostra totalmente fechada, coerente, precisa. Bechara (2001, p. 437), por exemplo, discorrendo sobre a diferença entre adjunto adverbial ou circunstancial e complemento relativo, afirma:

Os adjuntos adverbiais respondem às clássicas perguntas como?, quando?, onde?, por quê?, enquanto o complemento relativo responde à pergunta que?, quem?, precedidos da preposição que acompanha tradicionalmente o verbo.

Ele cita, como exemplo de complemento relativo, o enunciado (47), que diferencia de (48), onde o PP é um AAdv:

(47) Pedro fala sempre *de negócios*.

(48) Pedro fala sempre *de memória*.

Segundo o gramático, enquanto em (47) perguntamos “fala de quê?”, tratando-se, portanto, de complemento relativo, em (48), pergunta-se “como fala?”, fazendo com que o constituinte em destaque seja um adjunto adverbial.

O autor, no entanto, ao tratar do adjunto adverbial de *assunto* ou *matéria tratada*, cita, como exemplo, o enunciado em (49):

(49) Hoje o professor falou pouco *de história*. (BECHARA, 2001, p. 448)

É, portanto, clara a inconsistência na classificação dos PPs nestes casos.

Fato semelhante ao que ocorre com esse verbo, verificamos com o verbo *reclamar* no enunciado em (50), onde à topicalização se acresce a complexidade das construções relativas. O exame destas vai além de nosso objetivo, porém o dado ilustra a questão do constituinte limítrofe entre argumento (*reclamar da farda*) e adjunto verbal (no caso, *assunto: reclamar algo sobre a farda*):

(50) (...) eu gostava da farda né, do Costa e Silva e tudo, eu gostei, **a farda** eu não tenho nada o que reclamar não. [21-27-EM]

À parte essas imprecisões quanto à classificação de alguns dados, foram encontradas 41 ocorrências do que inicialmente denominamos *apagamento de P* e 19 complementos que se realizaram na forma PP. Na Tabela 9 adiante, estão relacionados apenas os verbos que se mostraram mais significativos, seja por aparecerem mais de uma vez, seja por aparecerem com P realizada e não-realizada²⁷. Verifica-se, nesse quadro, a maior incidência do verbo *gostar* em contextos de Topicalização Selvagem, na terminologia de Duarte (cf. 3.3.2): 29 %. Outro verbo freqüente nestes contextos, o verbo *ir*, aparece em 17 % dos casos; há ainda ocorrências com o verbo *lembrar*, em 10 % dos casos. Quanto ao verbo *bater*, o número de ocorrências não é tão relevante, tendo em vista que se trata do mesmo falante numa única seqüência textual. O quadro nos aponta, assim, para a possibilidade de um diagnóstico, baseado na repetição de ocorrências, mas também para a necessidade de se traçar um paralelo entre os contextos de realização e de não-realização em função de alguns verbos ocorrerem com argumentos de diferentes categorias, PP e DP, como *gostar*, *ir* e *brigar*. Para além disso, deve-se verificar a natureza dos verbos e/ou dos contextos que permitem apagamento de P ou requerem a sua realização.

Tabela 9: comportamento de P em CVs topicalizados: Vs com mais de uma ocorrência

²⁷ O objetivo desta tabela é apontar os verbos que mais freqüentemente aparecem com o complemento sem P realizada e sobre os quais fazemos comentários a seguir. Os outros verbos cujo complemento é realizado sem P são relacionados adiante.

Verbo	PREPOSIÇÃO	Comportamento de P	
		Apagada	Realizada
Gostar	DE	12	2
Ir	EM/PARA	7	2
Lembrar	DE	4	-
Bater	EM	3	-
Brigar	COM	1	1
Dar (castigo)	EM	-	2

Além dos acima mencionados, os verbos cujo argumento, a princípio da categoria PP, se realizou como DP foram: *pedir, reclamar, aprofundar-se, encostar, ajudar, encontrar, chegar, envolver, saber, queixar-se, contribuir, virar (a cara), dever (respeito), correr (atrás)*.

Estas ocorrências evidenciam uma grande diversidade quanto à natureza dos verbos. Há os que, como vimos, selecionam DP, mas precisam de P como realizador de Caso, como *gostar*; há os verbos que selecionam argumentos do tipo circunstancial [+Loc], como *ir* e *chegar*, cuja análise se enquadra na dos AAdv, em função do traço [+F_{Loc}] que possuem; há, ainda, aqueles cuja seleção categorial é variada, como *lembrar-se*, acerca do qual a GT recomenda o uso de complemento preposicionado (cf. BECHARA, 2001, p.577; LIMA, 1998, p.435-437), mas que pode, como o verbo *esquecer(-se)*, se realizar ou não na forma pronominal, e selecionar argumento, respectivamente, da categoria PP ou DP.

Há, além destes, os verbos que se enquadram na questão da ambigüidade de análise do constituinte entre complemento e AAdv (*bater, aprofundar-se, encostar, reclamar, ajudar*). É, por exemplo, o caso do verbo *bater*, do qual encontramos três ocorrências. Novamente Bechara (2001, p.181) nos dá subsídios para discussão, uma vez que o gramático inclui este verbo numa relação de casos em que o pronome pessoal átono pode substituir “termos que na oração funcionam como adjuntos adverbiais”; embora consideremos apenas um caso como sendo AAdv, o (51 g.), destacamos o valor da relação no que diz respeito ao emprego de pronomes oblíquos normalmente associados a OI, substituindo PPs que, a nosso ver, funcionam como complementos relativos²⁸:

²⁸ Registramos a relação em função da classificação dos constituintes, com a qual não concordamos por acharmos serem os termos em destaque argumentos e não adjuntos, com exceção de (51 g.); interessa-nos, assim, pelas divergências de análise; observe-se, entretanto, que, para além do fato de o pronome *lhe* estar em desuso no PB oral, as construções à direita, mais em função da colocação pronominal, não são representativas desta língua.

- (51) a. Pôs-se *diante dele* — Pôs-se-*lhe* diante
 b. Ficava *detrás ele* — Ficava-*lhe* detrás
 c. Deu um abraço *no pai* — Deu-*lhe* um abraço
 d. Bateu *nele* — Bateu-*lhe*
 e. Ralhar *com ele* — Ralhou-*lhe*
 f. Fugir *de mim* — Fugiu-*me*
 g. Tudo girou *em volta dele* — Tudo *lhe* girou em volta

Confirma-se, assim, a imprecisão, na GT, quanto à classificação de constituintes, que abordamos acima com relação ao verbo *falar*. Na GG, se pensarmos no argumento como o constituinte necessário a compor a cena cujo núcleo é o verbo (como em “Pedro pôs o livro na estante”), a distinção se faz com maior precisão; entretanto, em alguns casos, não havendo propriamente uma cena a compor, a ambigüidade também se faz presente — como é o caso do verbo *falar*. Quanto ao verbo *bater*, nos três dados em que está presente, consideramos indubitável a classificação dos constituintes como argumentos; em (52) registramos um desses enunciados, a título de ilustração, esclarecendo que foram produzidos pelo mesmo falante e que, nestas ocorrências, a sintaxe é bastante semelhante no que diz respeito ao constituinte topicalizado e a posição de CV a que corresponde a lacuna:

- (52) Não **o de 9** ela não bate muito ____ não só a menina porque a menina é mais, fica pulando, brincando, é... [36-45-EP]

Outros verbos apresentam diversidade na c-seleção, seja por selecionarem, conforme registramos acima, indiferentemente DP ou PP — sem alteração de significado, como *encontrar* (com argumento [+humano]: *encontrar (com) alguém*), ou com alteração sutil, como *saber* ((*de*) *algo: conhecer ou ter informação acerca de*) —, seja por admitirem emprego com argumento implícito, como ocorre com *virar* (*a cara = ignorar, rejeitar*), *correr* (*atrás = lutar por*)²⁹, *queixar-se*, *reclamar*, entre os quais *saber* também se inclui, uma vez que pode ocorrer na forma da expressão “*não quero nem saber*”, de uso corrente, que se pode analisar como caso de objeto nulo recuperado no discurso, indicando predisposição a ignorar algo (como em: *Disseram que é perigoso ir ali, mas não quero nem saber, vou assim mesmo*).

²⁹ Estes últimos casos, como constatamos, podem ser considerados lexias.

Tendo em vista que o movimento é sempre motivado, na análise dos constituintes há que se considerar a situação textual específica em que se encontram, como em (53):

(53) DOC: E uma coisa, **acompanhamento de escola dos filhos** o senhor se envolveu?
[16-70-EM]

Neste enunciado, o documentador introduz um tópico de transição (ou inaugura um novo tópico), situação em que o falante pode fazer uso de duas estratégias, conforme registra Duarte (2003c): a construção de Tópico Pendente e a de Topicalização, esta última a que temos em (53), na variante Topicalização Selvagem. Nesta situação discursiva não caberia, assim, o enunciado em (54), com o CV na posição canônica:

(54) E uma coisa, o senhor se envolveu *no acompanhamento de escola dos filhos*?

O que os dados nos mostram em relação ao CV topicalizado é a existência de: (i) verbos cujos CVs em posição de tópico se realizam preferencialmente sem P, como *gostar* e *ir*³⁰; (ii) verbos que permitem as duas formas de realização do CV topicalizado. Os dados não nos informam acerca da obrigatoriedade *sintática* nem de apagamento nem de realização de P; os fatores que detectamos como relevantes foram os de ordem semântico-discursiva, como no caso dos tópicos contrastivos. Dessa forma, não consideramos possível afiançar que o apagamento de P se dá, conforme Kato (2003), nos casos em que P não é subcategorizada por V (cf. 2.3.2.2). Observe-se que, na relação dos verbos com apagamento de P no seu complemento topicalizado, incluem-se verbos que subcategorizam complemento da categoria PP, como, por exemplo, *chegar* e *envolver*, além do verbo *contribuir*, comentado adiante. Nenhum desses subcategoriza P funcional *de* e, com exceção de *contribuir*, esses verbos não selecionam CP, daí não ser possível a verificação proposta por Raposo (1992)³¹. Mas

³⁰ A estes podemos nos referir como se tratando de realização preferencial tendo em vista a quantidade de ocorrências coletadas (cf. Tabela 9). Ressalte-se, a propósito destes verbos, que os CVs são de diferentes naturezas, conforme Lima (1998): o CV de *gostar* é do tipo complemento relativo, enquanto o de *ir* é complemento circunstancial, classificação que preferimos à de Bechara (2001), que os considera como complementos relativos. Nossa preferência diz respeito à natureza de P: em CVs do tipo do de *gostar*, a preposição é mero realizador de Caso, ao passo que em CVs do tipo dos do verbo *ir* a preposição colabora com o verbo na atribuição de caso (cf. OLIVEIRA, 2002 e 2004; FARIAS, 2005).

³¹ De acordo com Raposo (1992, p. 370), a preposição se realiza morfologicamente diante de C (núcleo de CP) quando V subcategoriza de fato um PP, o que não ocorre com os verbos idiossincráticos. O autor cita os exemplos em (i) e (ii), respectivamente:

- (i) Persuadi João [_{PP} a [_{CP} que lesse o livro]].
- (ii) Eu preciso [que tu me emprestes dinheiro].

consideramos que são verbos que atribuem papel- θ ao complemento preposicionado de forma composicional com P, já que esta contribui para a função semântica do complemento, o que podemos observar a partir da diferença que se estabelece entre *envolver-se em* e *envolver-se com*; *contribuir com* ou *para*; *chegar em* ou *de*. Embora participando da atribuição temática, entretanto, tais preposições são omitidas no constituinte topicalizado, contrariando, pois, o que defende Kato (2003).

Quanto a tais questões, decorrentes da dupla possibilidade de realização do constituinte CV do tipo PP em posição de tópico – com e sem preposição –, optamos pela análise unificadora proposta por Kato (2003), registrada em 2.3 (item III), embora descartemos a justificativa de que a preposição se apaga quando não subcategorizada por V. Assim, o constituinte com P apagada em TopP tem Caso Nominativo *default* que, diferente do Caso atribuído, não requer checagem, o que só é possível por estar o DP em posição de tópico, ou seja, na periferia esquerda da oração, em posição não-argumental. A ausência de P na numeração se deve a razões semântico-discursivas: na posição de tópico o apagamento de P não interfere na interpretação do constituinte desde que o contexto o permita³², conforme vimos que ocorre mesmo com AAdvS, em que a atribuição do Oblíquo (um Caso inerente) por P é concomitante à de papel- θ .

A frequência com que o apagamento ocorre com CVs do verbo *gostar*, conforme observam Raposo (1992, p. 370-371) e Kato (2003, p. 154), decorre do fato de se tratar de V que seleciona na verdade um DP, mas que, na impossibilidade de atribuir Caso ao complemento, precisa de P como realizador casual, como vimos no capítulo 2 (cf. 2.3 (item III)). Em (55), por exemplo, o complemento do verbo *gostar* realiza-se como PP em posição canônica, ao passo que, em posição de tópico, sua ocorrência se dá como DP com Caso *default*, segundo análise de Kato (2003):

(55) (...), a madre gostava tanto *da minha filha mais velha* que era mais falante, ela gostava *de todas as duas* mas **a mais falante** ela gostava mais que ela, (...) [31-54-EP]

Esclarecemos, ainda, que a análise assumida implica *vP remnant movement* (cf. 3.5), que ilustramos adiante, a propósito do enunciado em (70).

Observemos, na tabela 10, o comportamento de P sob a perspectiva da função semântica:

³² As análises nem sempre apontam para o mesmo motivo quanto à grade de seleção verbal, mas não é nosso intuito aqui o aprofundamento nesse assunto em cada caso em particular.

Tabela 10: relação papel- θ — comportamento de P

	P não-realizada	%	P realizada	%
Alvo	9	20	5	26
Benefactivo	1	2	2	10,5
Campo	1	2	-	-
Comitativo	1	2	1	5
Experienciador	-	-	1	5
Fonte	-	-	3	16
Loc / Meta	8	20	2	10,5
Loc / Fonte	-	-	1	5
Loc / Estativo	-	-	1	5
Tema	21	51	3	16

Vemos que, no que concerne aos dados com P não-realizada, os que desempenham o papel- θ Tema correspondem, praticamente, à metade dos dados, enquanto esta função representa apenas 16 % dos dados com P realizada; os dados com papel- θ Alvo correspondem aos dos verbos *ir* (7 casos) e *chegar* (1 caso). Observamos ainda, nesta Tabela, que a incidência mais equilibrada entre constituintes com realização e não-realização de P ocorre nos dados que possuem papel- θ Alvo, mas quanto aos com P não-realizada, são necessários alguns esclarecimentos.

Quanto aos enunciados interpretados como Alvo, verificamos que, enquanto em (56) a função se nos mostra claramente como Alvo, em outros enunciados, como em (57) e (58), recorremos a tal classificação por mais se aproximar dos fatos registrados, mas entendemos serem possíveis outras interpretações, inclusive Tema:

(56) [DOC: E a mulher enfrenta mais a vida.] 21: Enfrenta, enfrenta, **qualquer coisa** ela está correndo atrás. [21-27-EM]

(57) ...**violência, eh, meninos de rua**, o professor de redação é quem mais se aprofunda *t*, mas os outros... [04-21-EM]

(58) ...então **todos os meninos** que vinham da minha idade ou maior do que eu brigava comigo eu brigava, (...) [13-30-EM]

O enunciado em (56) merece ainda maiores comentários. Ocorre que é de uso comum o emprego de *correr + atrás* formando um constituinte verbal com o significado de *lutar, esforçar-se*, sem argumento explícito, o que possibilitaria ao enunciado a realização registrada em (59):

(59) Enfrenta, enfrenta, ela está sempre correndo atrás³³.

Dessa forma, no enunciado em (56), se justificaria a ausência de P no constituinte topicalizado. Além disso, temos aqui a expressão *qualquer coisa*, cuja frequência com que é empregada na periferia esquerda da oração já comentamos (cf. 4.2.2.1)³⁴. O que apontamos aqui é que, quanto à função semântica Alvo, em não se considerando os três enunciados ((56), (57) e (58)) em função dos comentários acima, teríamos um equilíbrio entre as ocorrências com P não realizada (54,5%) e com P realizada (45,5%).

Ressaltamos que a Tabela 10 apresenta um problema para uma análise comparativa da relação entre a realização ou não de P e os papéis- θ , pois a forte diversidade entre as duas colunas no tocante à distribuição destes se deve, na verdade, à grande incidência de repetições nos dados da primeira coluna, o que não ocorre na segunda (cf. Tabela 9)³⁵. Além disso, não se evidencia no quadro, por exemplo, a questão dos constituintes limítrofes nem o caso especial dos argumentos circunstanciais, dos quais se computaram 8 ocorrências, constituintes estes que podem ser analisados sob o enfoque dado aos AAdv: todos possuem traço [+F_{Loc}], o que, como vimos, é um fator que favorece a não-realização de P.

Assumindo-se que, no que se refere aos argumentos de V, a posição TopP favorece a realização de DPs, devemos atentar à possibilidade de P se realizar fonologicamente no complemento topicalizado por razões semântico-discursivas. O que detectamos como relevante foi a incidência de tópicos contrastivos nos enunciados com

³³ Há outras acepções possíveis, como “correr atrás do prejuízo”, cujo significado se opõe ao que focalizamos aqui (buscar eliminar o prejuízo); não é nosso objetivo, entretanto, o aprofundamento em questões semânticas.

³⁴ Em se eliminando as repetições, a relação ocorrências-porcentagem seria: Alvo e Tema: 7 ocorrências (36%) cada, Loc / Meta: 2 (11%).

³⁵ Em alguns casos, como em (59), a posição canônica do constituinte, necessariamente realizado como PP, acarretaria alteração na interpretação, conforme (i):

(i) Enfrenta, enfrenta, ela está sempre correndo atrás **de qualquer coisa**.

Observe-se que, neste enunciado, em lugar da acepção que temos em (56), de “lutar por conseguir algo”, o significado seria o de não haver critério na escolha do objeto buscado. A topicalização, portanto, além de motivação pragmática, apresenta razões semântico-sintáticas.

³⁵ Em se eliminando as repetições, a relação ocorrências-porcentagem seria: Alvo e Tema: 7 ocorrências (36%) cada, Loc / Meta: 2 (11%).

realização de P, como constatamos tanto na sintaxe nominal, quanto na adjunção verbal, enquanto que, com apagamento de P, foram encontrados apenas dois dados³⁶, ambos em torno do mesmo verbo: o enunciado em (52) e o em (61):

(61) (...) aí ela... a pancada para ela já relaxou, ela bate a menina na mesma hora está fazendo. **A minha** não bato, só faço (inint.) com ela assim, (...) [36-45-EP]

Constatamos esse tipo de tópico em 25% dos dados, confirmando-se o que afirma Brito (2003, p. 393), para quem a possibilidade de o PP poder se deslocar por determinados processos sintáticos, como a topicalização, comprova seu caráter de constituinte, aumentando-se sua aceitabilidade em contextos contrastivos (cf. nota 7, neste capítulo).

Afora estes casos, em três enunciados constatamos o emprego de PP em orações com elipse do verbo; sobre estes levantamos a hipótese de que P é necessária nestes contextos em função de evidenciar Caso e papel- θ , como se constata no enunciado em (62):

(62) DOC: Sim, e ele deu algum castigo? **18:** Não, **a mim** não, ele foi lá com o advogado falou com a delegada lá e me soltaram, (...).[18-23-EP]

Enquanto em tais contextos a realização de PP nos parece obrigatória, há alguns em que P poderia ser omitida, como no caso de orações com o verbo *gostar* e *ir*, e ainda em

(63) Eu sou um pouquinho duro, não bato, pra, **com ele** basta falar que ele fica na dele, mas é difícil labutar com ele viu. [09-27-EP]

(64) Eu tive mais dificuldade, porque **pro estudo mesmo** quem se interessava mais era a minha mãe, o certo era isso, meu pai não,... [15-54-EM]

A realização de P, com temos visto até aqui, evidencia o Caso Oblíquo e imprime ao enunciado a idéia de contraste. Para além disso, em (63), a preposição, marcando o Caso Oblíquo, elimina a ambigüidade, evitando que o constituinte seja interpretado como sujeito de *falar*; este mesmo constituinte, entretanto, poderia se realizar sem P, caso não houvesse

³⁶ A terceira ocorrência é um caso de Deslocamento à Esquerda, e não de Topicalização Selvagem, não sendo, pois considerado em função de a preposição se realizar em S:

(i) Aí **essa menina**, a mãe dela bate *nela*,... [36-45-EP]

risco de ambigüidade, como em (65), em que o PP [*com ele*], complemento de *falar* em oração encaixada, ao se realizar na periferia esquerda da oração, sofre apagamento de P:

(65) Eu sou um pouquinho duro, não bato, \emptyset **ele**_i eu acho que basta falar [-]_i que ele fica na dele ... [09-27-EP]

No caso dos CVs, devemos lembrar a análise de Berg (2005), para quem os verbos são predicadores por excelência, sendo possível especificar seus argumentos lógicos mesmo fora do contexto sentencial. Daí a interpretação não ser prejudicada quando da elipse de P. Há ainda a questão de a função semântica do constituinte preposicionado poder se dar composicionalmente, conforme registra Berg (2005) (cf. 2.2.2.2). Em função disso, consideramos que, num enunciado como em (66),

(66) [(...), ao meu ver só aprende o que não presta, porque é filme, coisa,] acho que *polícia*, *essas violências*, **tudo isso** eu acho que a televisão contribuiu muito. [01-69-EP]

a relação semântica entre o DP **tudo isso**, em TopP, e a proposição se estabelece, com interpretação de Meta, apesar da ausência de P (no caso, *para*). Note-se que temos, na periferia esquerda da oração, DPs com referentes não definidos (ausência de artigo em *polícia*, plural discursivamente genérico em *essas violências*, os indefinidos anafóricos em *tudo isso*) e que a preposição *com*, mantendo-se o significado do enunciado, não é possível aqui. Assumindo-se o que Kato (2003) defende acerca da realização de P em constituintes topicalizados (de que, em sendo subcategorizada, não se apaga), concluiríamos que a preposição *com*, diferentemente de *para*, é subcategorizada por V, já que esta pôde ser apagada, enquanto a ausência de *com* pode tornar o enunciado agramatical, seja o constituinte [+humano] ou [-humano], como se vê em

- (67) a. *O governador, eu acho que a televisão contribuiu muito.
b. *Uma grande quantia, este empresário contribuiu.

Entretanto, adotando-se o procedimento sugerido por Raposo (1992, P. 370) para verificação do fenômeno de subcategorização, chegaríamos à conclusão de que *para* é subcategorizada, já que, se o complemento de *contribuir* for oração finita, a preposição não se apaga:

(68) Ele contribuiu *para* (*Ø) que a festa fosse um sucesso.

Consideramos, porém, que o constituinte encabeçado por *para* é do tipo limítrofe entre argumento e AAdv (com acepção de *finalidade*). Acrescente-se que, quanto a *com*, não é possível a verificação proposta por Raposo (1992)³⁷, tendo em vista que o conjunto *V (contribuir) + P (com)* não seleciona CP.

Já vimos que, quanto ao constituinte topicalizado com P não-realizada, a proposta de Kato (2003) (cf. 2.3, seção III) é de que possui Caso *default* nominativo. Embora haja análises de VP topicalizado considerando-o gerado no local³⁸, assumimos com Kato (2003)³⁹ que a topicalização de VP é derivada por movimento (cf. cap 3). Entretanto, não pudemos verificar a questão da extração para fora de ilhas, já que no único dado encontrado o constituinte topicalizado é do tipo limítrofe entre complemento e adjunto verbal:

(69) [DOC: E com a sua irmã?] Com minha irmã, porque **pra essas coisas** eu acho que a mente dela ainda não abriu pra falar *sobre essas coisas*. [03-17-EM]

O enunciado, em verdade, foi computado não apenas pelo aspecto limítrofe, mas também pela ambigüidade entre a co-referência a uma posição aberta no VP *abriu* e um caso de mudança de percurso. A ambigüidade, em função do aspecto limítrofe do PP, pode ser atribuída também ao verbo *abriu*, no sentido de este ter dois argumentos (o interno, *a mente*, ao qual ele não dá Caso por ser aqui empregado como verbo inacusativo, e o Oblíquo com papel-θ Alvo, atribuído composicionalmente por V + P), ou apenas um argumento (o interno, sendo o PP adjunto adverbial). Quanto a isso destacamos que, em qualquer caso, a preposição *pra* destaca-se como item lexical, seja como núcleo de PP AAdv, em que é atribuidor de Caso e papel-θ, seja no caso de mudança de percurso, em que se sobressai o seu valor meramente semântico, traduzindo o sentido de Meta / Alvo.

Observe-se, também, em (70), o emprego de *para*, e não *a*, evidenciando o papel-θ Meta⁴⁰, função inter-relacionada semanticamente ao PP topicalizado *Dali* com papel-θ [Loc_{origem}]:

³⁷ Cf. nota 31 acima.

³⁸ Quanto a esse fato, Kato (2003, p. 144) cita o trabalho de Matos (1992).

³⁹ Vale ressaltar que nossa posição é de que os constituintes ocupam posição na periferia esquerda (TopP) por meio de movimento (cf. RIZZI, 1997).

⁴⁰ Cf. discussão acerca de *para* vs *a*, no capítulo 2.

(70) (...) depois eu passei a programador. (...) *Dali* eu passei *pra gerente*... [06-75-EP]

Com relação ao enunciado acima, um problema exige uma reflexão mais acurada. Quanto aos complementos verbais deslocados para TopP, assumimos a proposta de Kato (2003) (cf. cap. 3). Tal análise, entretanto, conforme o reconhece a autora, enfrenta problemas, como o dos tópicos preposicionados – problema este que serviu de ponto de partida para as questões discutidas nesta dissertação, e que registramos em 2.3 (seção III) – e o dos verbos ditransitivos com apenas um dos complementos como Tópico. Recordemos que, segundo Kato (2003), há no PB movimento de todo o vP para TopP (*vP Remnant Movement*); no caso de verbos ditransitivos⁴¹, o constituinte que aparentemente fica na posição de origem alçou-se, na realidade, a uma posição FP antes do movimento de vP – e é isto que demonstramos em (71), que registra a análise de (70):

(71) [_{vP} t_i t_v [dali_{origem} t_v t_k]]_j eu passei [_{FP} pra gerente_k [_{vP} ____]]_j

A posição do constituinte topicalizado é contextualmente motivada e licenciada pela gramática, correspondendo a

(72) De programador eu passei pra gerente.

Entretanto, embora em (71) tenhamos utilizado um verbo ditransitivo, com dois argumentos do tipo PP, um com papel-θ [+Fonte / Origem] e o outro com papel-θ [+Meta], constatamos que a análise proposta por Kato (2003) não dá conta dessa espécie de verbos. A questão que se coloca aqui é a impossibilidade do movimento, para TopP, do vP com o constituinte [+Meta], caso fosse este o tópico discursivo, mesmo alçando-se para FP o constituinte [+Fonte]:

(73) a. *Pra gerente eu passei de programador.

b. *[[_{vP} t_i t_v [t_k t_v pra gerente_{meta}]]_j [eu passei [_{FP} de programador_k [_{vP} ____]]_j

Sobre a agramaticalidade em (73) há duas possibilidades de reflexão:

⁴¹ A autora refere-se a verbos com dois complementos, sendo um DP e o outro PP (cf. 3.5).

(i) Semântica: vamos considerar que este tipo de verbo instancia um tipo de predicado complexo do tipo *gave John a book* (cf. nota 53, na seção 3.6), com a diferença de que, no caso que ora analisamos, o predicado complexo se forma com os dois argumentos inter-relacionados, um com papel- θ [+Fonte / Origem] e o outro com papel- θ [+Meta]; a agramaticalidade derivar-se-ia da impossibilidade cognitiva de [Meta] definir a cena da proposição tendo escopo sobre [Origem]; assim, nos enunciados em (74), sem deslocamento dos argumentos, ou seja, sem movimento do vP para TopP, constata-se que (74a) é possível, mas (74b) não é⁴²:

- (74) a. Eu passei de programador pra gerente.
 b. *Eu passei pra gerente de programador.

(ii) Sintática: a agramaticalidade em (73) adviria da impossibilidade de o argumento [+Fonte / Origem], no seu caminho para TopP, pular FP (posição A'), pouso do argumento [+Meta] – algo semelhante ao que ocorre no Movimento Wh⁴³; assim há uma barreira ao deslocamento de vP. Tal realização tornar-se-ia possível, embora marginal, com o emprego da locução *depois de*:

- (75) ? A gerente eu passei *depois de* programador.

Entretanto, neste caso o constituinte [+Fonte / Origem] *programador* não está em posição de complemento de V, e sim de adjunção a VP; não há, portanto, deslocamento para FP.

Constatamos, pois, que, ao adotarmos a hipótese de *vP Remnant Movement*, hipótese esta amparada na sintaxe, temos que resolver questões desse tipo, que, a nosso ver, podem ter raízes semântico-sintáticas.⁴⁴

Encerrando este capítulo, fazemos uma reflexão acerca de um enunciado cuja estrutura consideramos bastante problemática:

⁴² Com a interpretação de (72).

⁴³ Sobre restrições ao Movimento Wh, cf. Raposo (1992, cap. 14).

⁴⁴ O que constatamos em relação a verbos ditransitivos desse tipo é que temos um predicado complexo, cujo verbo do tipo *leve* apresenta, de acordo com Duarte (2001c, p. 312) “esvaziamento lexical, a que alguns autores chamam gramaticalização, que permite que o centro semântico da frase se desloque para a expressão nominal” que lhe serve de complemento. No caso em estudo, o centro semântico da frase está na combinação dos dois constituintes [+Fonte] e [+Meta]. Pode-se explicar assim, a nosso ver, a restrição ao movimento do segundo PP (com papel- θ Meta) por sobre o primeiro (com papel- θ Fonte).

(76) **DOC: Com as suas duas irmãs** qual a que você se dá melhor. [04-21-EM]

Trata-se de enunciado com estrutura complexa, que inclui construção de tópico, oração relativa, DP partitivo e, além disso, se poderia incluir nos casos de *migrações de preposição* a que Bechara (2001, p. 568-569) se refere. Apresentando tal gama de complexidades, esta estrutura foge ao escopo deste trabalho, tendo sido aqui incluída apenas como ilustração do papel de P, conforme o fizemos em relação ao enunciado em (69); aqui, entretanto, PP evidencia-se não apenas como elemento constitutivo da semântica do enunciado, mas também carrega em si sua ligação sintática com posição no interior do VP, na medida em que P que o encabeça é subcategorizada por V (*dar-se com*) e deveria encabeçar o PP complemento de V com traço [+Wh]. Portanto, se por um lado, ao se realizar como cabeça do constituinte em TopP, P marca o papel- θ Comitativo, por outro lado o emprego de *com* em lugar de *de*, que marcaria o Partitivo, evidencia a ligação desse constituinte a V.

Assim, se questões semântico-pragmáticas foram preponderantes no estudo de AAdvS, na análise dos CVs a questão sintática é que se mostrou mais presente, tendo em vista a ligação do PP na periferia esquerda da oração à *ec* no interior do VP.

Nossas conclusões acerca das questões aqui discutidas são registradas a seguir, no capítulo 5.

Capítulo 5

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objeto de estudo a preposição, mais especificamente o comportamento de P em PPs na periferia esquerda da oração, buscando elementos que explicassem sua realização ou seu apagamento. Considerando-se que partimos da perspectiva das construções de tópico marcado, haja vista que o fato motivador de nosso estudo foi o enunciado “*cerveja eu gosto*” que, na terminologia de Duarte (2003c), corresponde a um caso de Topicalização Selvagem, buscamos a possibilidade de associação de fatores sintáticos a fatores semântico-discursivos.

O estudo do comportamento de P assim proposto colocou-nos diante de várias questões que, a nosso ver, exigiriam estudos específicos. No plano textual, no que diz respeito à atuação de P, destacamos a importância desse item na sustentação da coesão textual, como nas construções *nisso, nesse ponto, naquela época, com aquilo*; destacamos ainda que P, embora normalmente definido como item preponderantemente sintático, se mostrou, quando encabeçando constituintes na periferia esquerda da oração, um elemento atuante na construção da semântica dos enunciados, como portador de traços [+partitivo], [+comparativo] e [+contrastivo], com escopo sobre S.

No terreno da sintaxe verbal, a meta inicial — analisar a sintaxe dos constituintes com relação de adjunção ao VP e a dos que, no interior do VP, exercem função de complemento — encontrou, como problema central, a existência de constituintes que designamos como ‘limítrofes’, por se posicionarem “a meio caminho entre os verdadeiros complementos verbais e os adjuntos circunstanciais”, nas palavras de Bechara (2001, p. 422)¹. Tal fato confirma, como vimos, as imprecisões existentes nas análises da GT.

¹ Este diagnóstico o autor o faz em relação à posição do OI nos esquemas sintáticos (cf. 2.3.2.1), mas o consideramos adequado também aos constituintes aqui referidos.

Um outro item que, sob a perspectiva de análise que aqui fazemos, identificamos como ‘limítrofe’, foram as construções de tópico-sujeito, pois, a nosso ver, os constituintes assim classificados se situam numa zona ambígua entre sujeito e adjunto com P não realizada (cf. 3.3.2).

Houve, além disso, constituintes topicalizados com possibilidade de relação de co-referência a posições diferentes em S, como em “*de futebol eu não tenho muita história __ pra contar __ não*”. A propósito deste dado, esclarecemos que se trata da única ocorrência de AAdn com realização de P estando visível o Nome modificado no interior da oração; entretanto, em função do que focalizamos anteriormente (a possibilidade de ter, como posição de origem, a adjunção ao VP), o dado não é representativo para a análise da sintaxe nominal. O que se observa, no âmbito desta sintaxe, é que os constituintes topicalizados se realizam como PPs ou DPs, sem predominância de uns sobre outros, mas constata-se que a realização de P está na dependência de fatores semânticos e sintáticos. Como fatores que desencadeiam a realização fonética de P, detectamos que tal se dá ou como decorrência do apagamento do Nome modificado no interior da oração, no caso dos adjuntos, ou por exigência semântica, no caso da idéia de contraste, como veremos adiante.

No âmbito da sintaxe de adjunção verbal, chamamos atenção para o fato de que o contexto se mostrou um fator preponderante no que diz respeito aos PPs sem cabeça na periferia esquerda da oração. Constatou-se que, a partir das relações contextuais, recuperam-se as preposições assim como as funções semânticas, eliminando-se a ambigüidade (cf. 3.4.1). Este ponto nos remete à questão do sentido composicional abordado em vários estudos (cf., por exemplo, BERG (2005), em 2.2.2.2, e também FARIAS (2005), em 2.2.2.3, ao tratar de preposições *half-way*). Devemos ressaltar que a preposição realizada não é condição *sine qua non* para a interpretação do constituinte AAdv, tendo em vista que, apesar da realização de P, há casos de ambigüidade, não só quanto à posição de origem do PP, conforme vimos acima, mas também quanto à sua interpretação semântica, a qual deve se amparar no contexto.

A hipótese de associar a realização ou não de P a aspectos relativos meramente à sintaxe, como o fato de serem funcionais ou lexicais², não se mostrou compatível com os dados coletados. Constatamos diversas ocorrências (embora em percentual inferior aos da sintaxe de complementação) com constituintes com escopo circunstancial sobre S, e que, portanto, analisamos como PPs com P apagada – e esta necessariamente é do tipo lexical (neste caso, P, quando realizada, checa Caso e papel temático do DP, pois se trata de Caso

² A classificação como lexical ou funcional é decorrente da relação sintática entre os sintagmas.

Oblíquo, um Caso inerente; quando do apagamento, o que propomos, na linha de Kato para os complementos, é o Caso *default*; em se tratando de AADV, o Oblíquo *default*).

Da mesma forma, não foi possível relacionar os dados analisados a aspectos concernentes intrinsecamente às preposições, tais como serem do tipo ‘*forte*’ ou ‘*fraco*’³. Com relação às do primeiro tipo, o que se constatou foi a exigüidade de ocorrências: destas encontramos apenas alguns poucos dados: com **até**, **desde** (em circunstâncias de Tempo que não se mostraram relevantes para a investigação) e **sobre**, desta apenas um dado com realização fonológica e outro como uma possibilidade, uma vez que não realizada (mas não relevante, já que com acepção de assunto, correspondente a **de**, preposição do tipo fraca). Verificou-se, por outro lado, a quase totalidade de dados com preposições fracas (principalmente **de** e **em**) e que, independente de serem funcionais ou lexicais, se realizaram ou não em decorrência de outros aspectos, preponderantemente por razões semântico-discursivas.

Um fato que pode bem ilustrar este tipo de motivação é a freqüência com que P se realiza em contextos de tópico contrastivo (seja esta idéia implícita ou explícita), que pudemos constatar na sintaxe nominal e na verbal, tanto nos dados com relação de complementação, quanto nos com relação de adjunção. Ou seja, o traço [+contrastivo] prepondera sobre aspectos de ordem sintática. E prepondera também sobre motivações de ordem sintático-discursiva, já que se constatou ser a semântica de contraste um fator decisivo quanto à realização de P no PP em TopP, posição esta que favoreceria seu apagamento; verificamos, por exemplo, que, com acepção de contraste, o constituinte PP se realiza com P aberta mesmo em posição que favoreceria a ocorrência da construção de tópico-sujeito. Esta construção resulta de topicalização de constituinte [+Loc], movimento cujo resultado é o preenchimento da posição de sujeito de V existencial, restaurando-se a ordem S V O, fenômeno freqüente no PB (cf. 3.3.2); a realização de P, nestes contextos, vai de encontro, portanto, a uma tendência geral nesta língua, evidenciando a preponderância do traço semântico [+contrastivo] sobre questões de ordem sintático-discursiva.

Esclarecemos que, no terreno semântico de tópicos contrastivos, incluímos os AAdvS que traduzem circunstância de Campo/Aspecto, em decorrência da semântica intrínseca de contraste desses constituintes; incluímos também os constituintes com N relativizado, já que a oração relativa restritiva também tem traço [+contrastivo], na medida em que o constituinte relativizado é interpretado como elemento de um conjunto, em relação

³ Classificação proposta em Berg (2005), tendo por base Lima (1984).

de contraste com outros elementos. Vale ressaltar que este comportamento de P ocorre, inclusive, quando este item é um realizador de Caso, o qual, embora possa ser considerado elemento *dummy* em posição canônica (cf., e.g., OLIVEIRA, 2004), não o é na posição TopP.

No que diz respeito especificamente aos dados da sintaxe verbal, a análise teve que se concentrar em aspectos diversificados. Embora se possa considerar, como fizemos, o AAdv na periferia esquerda da oração como em decorrência de movimento, a relação entre o constituinte adverbial em posição de TopP e a *ec* na posição base é de co-referência, diferente, pois, do que ocorre com o argumento topicalizado, que está ligado a *ec* no interior do VP e, portanto, envolve, a intermediação de operador anafórico para assegurar a ligação com a posição aberta na sentença (cf. RIZZI, 1997). Quanto a adjuntos sem cabeça, embora vários tenham apresentado problemas para identificação precisa da função semântica, o que devemos frisar é que, nestes casos, a relação circunstancial está presente e é interpretada, mesmo na ausência do atribuidor de papel- θ e Caso, evidenciando o papel do contexto nestas relações.

A conclusão a que nosso levantamento nos permite chegar é de que o apagamento da preposição nos AAdv deslocados à esquerda é possível com os mais diversos papéis- θ , desde que o constituinte obedeça a condições específicas, sendo estas de ordem semântica — portar traço [+F] — ou discursiva — Tópico (ou Foco). Para explicar tal fato, a partir do que verificamos nos dados analisados, consideramos duas possibilidades: traço [+F] e P zero. Havendo traço [+F], acata-se, seguindo Larson (1985), a atribuição de Caso por esse traço; isto resolve o caso de constituintes [+Loc] e [+Tp], os de maior número. Mas a questão que se coloca é quanto aos constituintes [-F] que mantêm relação semântica circunstancial com a proposição; considerando-se que o AAdv é, intrinsecamente, um constituinte de categoria PP (cf. MEISEL, 1973), adotamos, com McCawley (1988), a análise considerando-se P zero. Em se tratando de posição que não exige checagem de Caso, pode-se considerar o Caso *default* (cf. KATO (2003)), mas, devido à natureza preposicional do constituinte, sugerimos, neste caso, o Oblíquo, e não o Nominativo.

Enquanto no estudo de AAdv a discussão se concentrou em torno de aspectos semântico-pragmáticos, o que se evidencia na proposta de traço [+F], que é eminentemente semântico, no que diz respeito aos CVs, a análise se concentrou em aspectos sintáticos, tendo em vista que o que se focaliza em primeiro plano é a ligação do PP na periferia esquerda da oração a *ec* em posição de complemento de V. Atente-se para o fato de que, mesmo em face de não haver “conectividade categorial e casual entre o constituinte topicalizado e a posição de que o mesmo foi extraído” (cf. DUARTE, 2003, p. 501), a análise se faz considerando-se o constituinte em sua posição de origem em relação sintática de complementação com V (cf.

KATO, 2003. p. 153-155). Assim, o enunciado *Cerveja eu gosto*, no capítulo 1, enunciado a partir do qual encetamos este trabalho de pesquisa, terá a derivação ilustrada em (1):

- (1) a. Cerveja eu gosto.
 b. [VP gostar cerveja_[caso default]]
 c. [VP Eu gostar_v [VP t_v cerveja_[caso default]]]
 d. [IP Eu_i gostar_v + I [VP t_i t_v [VP t_v cerveja_[caso default]]]
 e. [VP t_i t_v [VP t_v cerveja_[caso default]]]_j [IP Eu_i gostar_v + I [VP t_j]]

A possibilidade de Caso *default* é, como vimos, uma decorrência da posição A', não-argumental.

Quanto às hipóteses que nortearam a pesquisa, podemos concluir que:

(i) quanto ao apagamento da preposição, este fato pode ocorrer tanto com os itens funcionais quanto com os lexicais, estando este fenômeno na dependência de fatores discursivos, uma vez que a posição TopP tende a ser preenchida por DPs;

(ii) o apagamento da preposição decorre do fato de o item ser recuperável no discurso e, no caso de complementos verbais, a omissão da preposição na construção topicalizada não está na dependência de se tratar de item subcategorizado ou não.

(iii) constatou-se que a posição de tópico, à esquerda da oração, pode de fato exercer influência na realização ou não da preposição, na medida em que, nesta posição, os fatores semânticos podem desencadear a realização inclusive de P fraca e funcional que em posição canônica é do tipo *dummy*.

Pudemos constatar, portanto, que a perspectiva adotada – a posição à esquerda da oração – se mostrou eficaz quanto a alguns aspectos que cercam a questão do comportamento da preposição e seu papel nas relações sintáticas. Destacamos a validade da pesquisa em razão da perspectiva múltipla que proporcionou – além dos aspectos sintáticos, foram enfocados, em função de se tratar de posição própria do discurso, aspectos semânticos e discursivos. Ressaltamos que o trabalho assim direcionado apontou para a necessidade de estudos específicos de vários aspectos, como dos que dizem respeito aos constituintes da sintaxe nominal e da sintaxe de adjunção verbal, principalmente em face da possibilidade de interpretação de funções semânticas na ausência de P predicado, responsável pela atribuição de Caso e papel- θ .

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Edivalda Alves. *As construções de tópico do português nos séculos XVIII e XIX: uma análise sintático-discursiva*. 2006. Tese (Doutorado em Lingüística) – UFBA, Salvador, BA
- AVELAR, Juanito Ornelas de. *Adjuntos adnominais preposicionados no português brasileiro*. 2006. 219 f. Tese (Doutorado em Lingüística) – Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP, Campinas.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37.ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.
- BENTES, Anna Christina. Lingüística textual. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Orgs.). *Introdução à lingüística*. São Paulo: Cortez, 2001, v. 1, p. 245-285.
- BERG, M. B. A natureza categorial da preposição. *Revista de Estudos Lingüísticos*, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 107–124, 1998.
- BERG, M. B. *O comportamento semântico-lexical das preposições do português do Brasil*. Tese de doutoramento em Lingüística, Faculdade de Letras da UFMG, Belo Horizonte, 2005.
- BRITO, Ana M. Categorias sintáticas. In: MIRA MATEUS, Maria Helena *et al.* *Gramática da língua portuguesa*. 5. ed. Lisboa: Editorial Caminho, 2003, cap. 11.
- CALLOU, Dinah *et al.* Topicalização e deslocamento à esquerda: sintaxe e prosódia. In: CASTILHO, Ataliba T.(Org.). *Gramática do português falado*. Campinas, SP: Editora da Unicamp/FAPESP, v.3, 1996.
- CAMARA JR., J. Mattoso. *Princípios de Lingüística Geral*. 4ª edição revista e aumentada. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1969.
- CHOMSKY, N. *Lectures on Government and Binding*. Foris, Dordrecht, 1981
- CHOMSKY, N. *O conhecimento da língua, sua natureza, origem e uso*. Trad.: Anabela Gonçalves e Ana Teresa Alves. Lisboa: Caminho, 1992
- CHOMSKY, N. *Linguagem e mente: pensamentos atuais sobre antigos problemas*. Trad.: Lúcia Lobato. Brasília: Editora Universidade de Brasília (UnB), 1998.
- CHOMSKY, N. *O Programa Minimalista*. Trad.: Eduardo P. Raposo. Lisboa: Caminho, 1999.
- CINQUE, Guglielmo. *Types of A'- Dependencies*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1990.

CINTRA, Marcos R.; PEZATTI, Erotilde G. Os adverbais posicionados à margem esquerda na oração: uma interpretação funcionalista. *Estudos Lingüísticos* XXXIII, 2004, p. 1048-1053. Disponível em http://www.gel.org.br/4publica-estudos-2004/4publica-estudos2004-pdfs-comunicos/os_adverbais_posicionados.pdf Acesso em 20 abr 2005.

CUNHA, Celso & CINTRA, Luis F. Lindley. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, [1995].

DECAT, Maria Beatriz Nascimento. Construções de tópico em português: uma abordagem diacrônica à luz do encaixamento no sistema pronominal. In TARALLO, F. (org.). *Fotografias sociolingüísticas*. Campinas, SP: Ed. da Universidade Estadual de Campinas, 1989, p. 113-139.

DUARTE, Inês. Aspectos lingüísticos da organização textual. In: MIRA MATEUS, Maria Helena *et al.* *Gramática da língua portuguesa*. 5. ed. Lisboa: Editorial Caminho, 2003a, cap. 5.

DUARTE, Inês. Relações gramaticais, esquemas relacionais e ordem de palavras. In: MIRA MATEUS, Maria Helena *et al.* *Gramática da língua portuguesa*. 5. ed. Lisboa: Editorial Caminho, 2003b, cap. 10.

DUARTE, Inês. Frases com tópicos marcados. In: MIRA MATEUS, Maria Helena *et al.* *Gramática da língua portuguesa*. 5. ed. Lisboa: Editorial Caminho, 2003c, cap. 12.6.

DUARTE, Inês; BRITO, Ana M. Predicação e classes de predicadores verbais. In: MIRA MATEUS, Maria Helena *et al.* *Gramática da língua portuguesa*. 5. ed. Lisboa: Editorial Caminho, 2003, cap. 7.

FARIAS, Jair. Sobre a natureza categorial das preposições *a*, *para* e *em* em contextos estruturais com verbos do tipo *ir* e *chegar*: item lexical ou funcional? In: MOURA, Denilda; FARIAS, Jair. *Reflexões sobre a sintaxe do português*. Maceió: Ed. UFAL, 2005.

HAEGEMAN, L. *Introduction to Government and Binding Theory*. Oxford e Cambridge: Blackwell Publishers Ltd, 1996.

HORNSTEIN, N.; NUNES, J.; GROHMANN, K. K. *Understanding Minimalism*, Cambridge, Cambridge University Press, 2005.

KATO, Mary A. Recontando a história das relativas em uma perspectiva paramétrica. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary A. (Orgs). *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1993.

KATO, Mary *et al.* As construções-Q no português brasileiro falado: perguntas, clivadas e relativas. In: INGEDORE, G. Villaça Koch (org.). *Gramática do português falado*. V. VI: Documentos. São Paulo: Editora da Unicamp/FAPESP, 1996.

KATO, Mary. Tópicos como alçamento de predicados secundários. *Caderno de Estudos Lingüísticos*, Campinas, v. 34, p. 67-76, jan.-jun. 1998.

KATO, Mary. Null objects and VP ellipsis in European and Brazilian Portuguese. In: QUER, J. *et al.* (eds). *Romance Languages and Linguistic Theory*. Amsterdam: John Benjamins, 2003.

LAMBRECHT, Knud. *Information structure and sentence form*. Topic, focus, and the mental representations of discourse referents. Cambridge, Cambridge University Press, 1996.

LAMBRECHT, Knud. A framework for the analysis of cleft constructions. In: *Linguistics*, 39, 3. 2001. Disponível em <http://www.degruyter.de/journals/linguistics/2001/pdf/39_463.pdf> Acesso em 15 mar. 2005.

LARSON, Richard K. "Bare-NP adverbs". In: *Linguistic Inquiry*, 16, 1985, p. 595-621.

LEITE, Yonne *et al.* Tópicos e adjuntos. In: CASTILHO, Ataliba T.; BASILIO, Margarida (Orgs.). *Gramática do português falado*. Campinas, SP: Editora da Unicamp/FAPESP, v. 4, 1996.

LI, Charles N.; THOMPSON, Sandra A. Subject and topic: a new typology of language. In: LI, Charles N. (ed). *Subject and topic*. New York: Academic Press, 1976.

LIMA, Rocha. *Gramática da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.

LOPES, Norma da Silva. PEPP, Programa de Estudos do Português Popular de Salvador. In: SOARES, Maria Elias (org.). *XVIII JORNADA DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS*. Anais. Fortaleza: GELNE. 2003.

McCAWLEY, James D. "Adverbial NPs: Bare or Clad in See-Through Garb". In: *Linguistic Inquiry*, 64 n°3, 1988, p. 583-590.

MEISEL, J. M. Prepositions in objects and adverbials. *Lingua*, 31, 1973, p. 237-269.

MIOTTO C.; FIGUEIREDO SILVA. M. C.; LOPES, Ruth E. V. *Novo manual de sintaxe*. Florianópolis: Ed. Insular, 2004

OLIVEIRA, Marilza. *Preposição em complementos verbais*. Texto apresentado no Concurso de livre-docência. FFLCH/DLCV/Área de Filologia e Língua Portuguesa. SP: USP, 2002. Ms

OLIVEIRA, Marilza. *Adjuntos e complementos verbais introduzidos pela preposição 'a'*. www.fflch.usp.br/dlcvlport/moliveira001.pdf. Acesso em: 05 dez 2004.

ORSINI, Mônica Tavares. *As construções de tópico no português do Brasil: uma análise sintático-discursiva em tempo real*. Disponível em <<http://www.filologia.org.br/viiicnlf/anais/caderno05-07.html>> Acesso em 20 abr. 2005.

PONTES, Eunice. *O tópico no português do Brasil*. Campinas: Pontes, 1987.

RADFORD, A. *Syntactic theory and the structure of English: a Minimalist approach*. Cambridge, Cambridge University Press, 1997.

RAMOS, J. O emprego de preposições no português do Brasil. In: TARALLO, F. *Fotografias sociolingüísticas*. Campinas: Pontes: Ed. da Universidade Estadual de Campinas, 1989.

RAPOSO, Eduardo P. *Teoria da gramática: a faculdade da linguagem*. Lisboa: Caminho, 1992.

RAPOSO, Eduardo P. *Towards a unification of topic constructions*. U. California, Santa Barbara, ms.

RIZZI, Luigi. The fine structure of the left periphery. In: HAEGEMAN, Liliane. *Elements of grammar – Handbook in generative syntax*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1997.

ROCHA, Maura A. de F. Adjuntos sem cabeça no português do Brasil. In: CASTILHO, Ataliba T.; BASILIO, Margarida (Orgs.). *Gramática do português falado*. Campinas, SP: Editora da Unicamp/FAPESP, v. 4, 1996.

TORRES MORAIS, Maria Aparecida; BERLINCK, Rosane. *A preposição e a caracterização do objeto indireto: aspectos sincrônicos e diacrônicos*. Texto apresentado no V Congresso do PHPB. Ouro Preto 14-17 outubro 2002. ms

VASCO, Sérgio Leitão. *Construções de tópico no Português: as falas brasileira e portuguesa*. 128 f. Dissertação de Mestrado – UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, 1999.

VASCO, Sérgio Leitão. *Construções de tópico no Português Brasileiro fala popular*. Disponível em <http://.filologia.org.br/viicnlf/anais/caderno07-05.html> Acesso em 30 jul 2005.